

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	52
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	122
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	123
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	124
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.204.620.569
Preferenciais	4.453.438
Total	2.209.074.007
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	12.474.937	12.241.267
1.01	Ativo Circulante	5.593.227	4.970.063
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.243.540	957.597
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.620.922	1.496.268
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.620.922	1.496.268
1.01.02.03.01	Aplicações Financeiras	1.620.922	1.496.268
1.01.03	Contas a Receber	1.505.243	1.513.118
1.01.03.01	Clientes	1.505.243	1.513.118
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	1.505.243	1.513.118
1.01.04	Estoques	36.916	17.008
1.01.06	Tributos a Recuperar	546.512	495.156
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	546.512	495.156
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	459.353	419.732
1.01.06.01.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	87.159	75.424
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	640.094	490.916
1.01.08.03	Outros	640.094	490.916
1.01.08.03.01	Aquisição de combustível - conta CCC	41.873	29.855
1.01.08.03.02	Serviços pedidos	202.148	217.578
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	141.346	100.448
1.01.08.03.06	Outros créditos a receber	254.727	143.035
1.02	Ativo Não Circulante	6.881.710	7.271.204
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.007.983	5.261.684
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	24.713	24.471
1.02.01.03.01	Aplicações Financeiras	24.713	24.471
1.02.01.04	Contas a Receber	336.946	348.444
1.02.01.04.01	Clientes	336.946	348.444
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.646.324	4.888.769
1.02.01.10.03	Sub-rogação da CCC - valores aplicados	91.688	85.120
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	79.041	71.208
1.02.01.10.05	Instrumentos financeiros derivativos	100.872	213.533
1.02.01.10.06	Impostos e contribuições a recuperar	264.087	444.640
1.02.01.10.07	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	49.520	49.520
1.02.01.10.08	Plano de aposentadoria e pensão	5.840	5.840
1.02.01.10.09	Outros créditos a receber	61.346	270.184
1.02.01.10.10	Ativo financeiro da concessão	3.736.549	3.613.371
1.02.01.10.12	Serviços pedidos	572	572
1.02.01.10.13	Ativos contratuais	256.809	134.781
1.02.02	Investimentos	32.776	13.938
1.02.03	Imobilizado	16.653	22.157
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	16.653	22.157
1.02.04	Intangível	1.824.298	1.973.425

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	12.474.937	12.241.267
2.01	Passivo Circulante	2.735.668	2.535.530
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.535	15.794
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.535	15.794
2.01.01.02.01	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	19.535	15.794
2.01.02	Fornecedores	708.538	750.901
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	708.538	750.901
2.01.03	Obrigações Fiscais	204.616	188.784
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	204.616	188.784
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	136.539	152.601
2.01.03.01.02	Impostos sobre lucro a recolher	68.077	36.183
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.327.706	1.020.443
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.031.968	779.981
2.01.04.02	Debêntures	295.738	240.462
2.01.05	Outras Obrigações	468.731	554.075
2.01.05.02	Outros	0	554.075
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	459	66.559
2.01.05.02.06	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	155.438	123.194
2.01.05.02.07	Participação nos lucros dos empregados	30.799	37.924
2.01.05.02.08	Valores a pagar da recuperação judicial	46.194	30.652
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	193.101	178.810
2.01.05.02.11	Contribuição de iluminação pública	28.488	28.820
2.01.05.02.12	Passivo de arrendamento	5.710	7.132
2.01.05.02.13	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	8.542	80.984
2.01.06	Provisões	6.542	5.533
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.542	5.533
2.02	Passivo Não Circulante	6.176.390	6.332.559
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.897.516	3.185.932
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.711.019	1.976.662
2.02.01.02	Debêntures	1.186.497	1.209.270
2.02.02	Outras Obrigações	2.757.107	2.650.527
2.02.02.02	Outros	2.757.107	2.650.527
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	165.979	171.306
2.02.02.02.04	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	256.303	170.307
2.02.02.02.05	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	0	67.545
2.02.02.02.06	Valores a pagar da recuperação judicial	985.703	940.279
2.02.02.02.07	Plano de aposentadoria e pensão	53.233	41.435
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	31.386	30.187
2.02.02.02.09	Encargos setorial CCC	298.638	266.358
2.02.02.02.10	Passivo de arrendamento	12.168	14.558
2.02.02.02.11	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	953.697	948.552
2.02.03	Tributos Diferidos	401.812	372.621
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	401.812	372.621
2.02.04	Provisões	119.955	123.479
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	119.955	123.479

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03	Patrimônio Líquido	3.562.879	3.373.178
2.03.01	Capital Social Realizado	1.624.459	1.624.459
2.03.02	Reservas de Capital	17.994	15.025
2.03.03	Reservas de Reavaliação	74.589	81.269
2.03.04	Reservas de Lucros	1.498.971	1.653.711
2.03.04.01	Reserva Legal	108.729	108.729
2.03.04.02	Reserva Estatutária	983.299	983.299
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	39.276	39.276
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	367.667	367.667
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	154.740
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	340.422	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.444	-1.286

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.565.629	3.100.329	1.164.408	2.448.794
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.120.264	-2.217.014	-823.475	-1.731.122
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-721.959	-1.492.881	-516.557	-1.138.614
3.02.02	Custo de construção	-223.051	-409.056	-165.630	-314.080
3.02.09	Custo da operação	-175.254	-315.077	-141.288	-278.428
3.03	Resultado Bruto	445.365	883.315	340.933	717.672
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-138.452	-301.062	-192.978	-317.238
3.04.01	Despesas com Vendas	-64.224	-85.616	-39.180	-78.948
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.411	-128.014	-59.417	-109.631
3.04.02.01	Despesas gerais administrativas e amortização	-33.411	-128.014	-59.417	-109.631
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-38.407	-72.285	-95.795	-120.288
3.04.03.01	Perdas por redução ao valor recuperável	-38.407	-72.285	-95.795	-120.288
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.410	-15.147	1.414	-8.371
3.04.05.02	Outras despesas	-2.410	-15.147	1.414	-8.371
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	306.913	582.253	147.955	400.434
3.06	Resultado Financeiro	-46.341	-150.495	-26.809	-83.195
3.06.01	Receitas Financeiras	89.768	281.902	114.133	433.849
3.06.02	Despesas Financeiras	-136.109	-432.397	-140.942	-517.044
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	260.572	431.758	121.146	317.239
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-50.851	-98.016	-21.962	-108.833
3.08.01	Corrente	-65.324	-68.825	-7.429	-7.429
3.08.02	Diferido	14.473	-29.191	-14.533	-101.404
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	209.721	333.742	99.184	208.406
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	209.721	333.742	99.184	208.406
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,09	0,15	0,04499	0,09453

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.99.01.02	PNA	0,09	0,15	0,04499	0,09453
3.99.01.03	PNB	0,09	0,15	0,04499	0,09453
3.99.01.04	PNC	0,09	0,15	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,09	0,15	0,04499	0,09453
3.99.02.02	PNA	0,09	0,15	0,04499	0,09453
3.99.02.03	PNB	0,09	0,15	0,04499	0,09453
3.99.02.04	PNC	0,09	0,15	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	209.721	333.742	99.184	208.406
4.02	Outros Resultados Abrangentes	18.487	1.050	-6.487	519
4.02.01	Ganho em hedge de fluxo de caixa	25.167	7.730	-6.487	519
4.02.03	Realização da reserva de reavaliação	-6.680	-6.680	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	228.208	334.792	92.697	208.925

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	908.666	539.188
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	548.246	829.666
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	333.742	208.406
6.01.01.02	Amortização	166.444	151.356
6.01.01.03	Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	72.285	120.288
6.01.01.04	Baixa de intangível, financeiro e contratual	-433	-8.909
6.01.01.05	Atualização do ativo financeiro	-100.828	-2.406
6.01.01.06	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	172.394	471.558
6.01.01.07	Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	59.189	-336.717
6.01.01.08	Ajuste a valor presente	10.405	10.648
6.01.01.09	Atualização financeira de títulos baixados do contas a receber	2.243	14.359
6.01.01.10	Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	2.226	3.125
6.01.01.11	Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros	-206.007	97.422
6.01.01.12	Valor justo das opções de compra	5.277	0
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	68.825	101.404
6.01.01.14	Imposto de renda e contribuições sociais correntes	29.191	7.429
6.01.01.15	Atualização e provisão de encargos setoriais	37.351	20.777
6.01.01.16	Rendimentos de aplicações financeiras	-34.573	-29.074
6.01.01.17	Participação nos lucros	12.148	0
6.01.01.18	Acréscimo moratório de energia vendida e desconto concedido	-75.276	0
6.01.01.19	Atualização da Sub-rogação da CCC	-6.357	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	409.374	-196.174
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	20.121	-22.952
6.01.02.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	19.633	-22.998
6.01.02.04	Contas a receber - bandeiras tarifárias	0	-505
6.01.02.05	Aquisição de combustível - conta CCC	-12.018	19.186
6.01.02.06	Serviços pedidos	5.181	-19.316
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-7.833	29.827
6.01.02.08	Almoxarifado	-19.908	-4.749
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recuperar	-11.729	4.002
6.01.02.10	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	-11.735	-16.677
6.01.02.11	Sub-rogação da CCC - valores aplicados	143.030	0
6.01.02.12	Outros créditos a receber	97.146	3.434
6.01.02.13	Fornecedores	-47.709	-129.305
6.01.02.14	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-10.082	7.909
6.01.02.15	Impostos e contribuições a recolher	79.853	-22.559
6.01.02.17	Encargos Setoriais	-30.123	-9.106
6.01.02.18	Participação nos lucros	-19.273	-6.173
6.01.02.19	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	219.561	0
6.01.02.20	Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-4.741	-6.192
6.01.03	Outros	-48.954	-94.304

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01.03.01	Contribuição de iluminação pública	-332	8
6.01.03.02	Juros pagos	-95.306	-82.146
6.01.03.03	Outras contas a pagar	13.182	-12.166
6.01.03.04	Plano de aposentadoria e pensão	11.798	0
6.01.03.06	Juros recebidos	21.704	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-384.645	-672.564
6.02.01	Aquisições no ativo contratual e intangível	-385.541	-313.198
6.02.02	Aplicações financeiras	-90.323	-525.249
6.02.04	Adições de obrigações especiais	91.219	165.883
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-238.078	4.109
6.03.01	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	178.682	220.000
6.03.02	Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	-192.108	-7.823
6.03.03	Amortização do passivo de arrendamento	-3.812	-4.023
6.03.04	Valores pagos da recuperação judicial	0	-27.522
6.03.05	Dividendos pagos	-220.840	-176.523
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	285.943	-129.267
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	957.597	350.945
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.243.540	221.678

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.624.459	96.294	1.653.711	0	-1.286	3.373.178
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.624.459	96.294	1.653.711	0	-1.286	3.373.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.969	-154.740	0	0	-151.771
5.04.08	Valor Justo das Opções de Compra - Vesting Period	0	2.969	0	0	0	2.969
5.04.09	Dividendos Adicionais Distribuídos	0	0	-154.740	0	0	-154.740
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	333.742	7.730	341.472
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	333.742	0	333.742
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.730	7.730
5.05.02.06	Resultado de Hedge Accounting de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	7.730	7.730
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6.680	0	6.680	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-6.680	0	6.680	0	0
5.07	Saldos Finais	1.624.459	92.583	1.498.971	340.422	6.444	3.562.879

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.624.459	94.285	1.584.865	0	-1.735	3.301.874
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.624.459	94.285	1.584.865	0	-1.735	3.301.874
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-154.731	0	0	-154.731
5.04.09	Dividendos adicionais distribuídos (Nota 22)	0	0	-154.731	0	0	-154.731
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	208.406	519	208.925
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	208.406	0	208.406
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	519	519
5.05.02.08	Resultado de hedge accounting de fluxo de Caixa	0	0	0	0	519	519
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-7.833	0	7.833	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-7.833	0	7.833	0	0
5.07	Saldos Finais	1.624.459	86.452	1.430.134	216.239	-1.216	3.356.068

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	4.105.044	3.296.985
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.177.329	3.435.725
7.01.02	Outras Receitas	0	-18.096
7.01.02.01	Provisão (reversão) de processos cíveis, fiscais e trabalhistas	0	-9.725
7.01.02.02	Outras despesas (receitas) operacionais	0	-4.044
7.01.02.03	Outras despesas (receitas) não recorrentes	0	-4.327
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-72.285	-120.644
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.193.758	-1.698.393
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.901.937	-1.452.694
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-225.688	-182.766
7.02.04	Outros	-66.133	-62.933
7.02.04.01	Subvenção – CCC	-46.986	-62.933
7.02.04.02	Outros	-19.147	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.911.286	1.598.592
7.04	Retenções	-166.444	-149.239
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-166.444	-149.239
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.744.842	1.449.353
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	288.250	438.797
7.06.02	Receitas Financeiras	288.250	438.797
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.033.092	1.888.150
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.033.092	1.888.150
7.08.01	Pessoal	85.056	68.201
7.08.01.01	Remuneração Direta	55.673	48.031
7.08.01.02	Benefícios	23.532	18.656
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.851	3.724
7.08.01.04	Outros	0	-2.210
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.182.221	1.093.155
7.08.02.01	Federais	478.502	476.731
7.08.02.02	Estaduais	703.032	615.939
7.08.02.03	Municipais	687	485
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	432.073	518.388
7.08.03.01	Juros	369.757	468.853
7.08.03.02	Aluguéis	-324	1.344
7.08.03.03	Outras	62.640	48.191
7.08.03.03.01	Encargos com parte relacionada	2.767	2.969
7.08.03.03.02	Outros	59.873	45.222
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	333.742	208.406
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	333.742	208.406

Comentários de desempenho – 2T21

Comentário do Desempenho



Brasília, 10 de agosto de 2021 - A Equatorial Energia S.A., holding com atuação no setor elétrico brasileiro, nos segmentos de Distribuição, Transmissão, Geração, Comercialização e Serviços (B3: EQTL3; USOTC: EQUQY) anuncia hoje os seus resultados do segundo trimestre de 2021 (2T21) e acumulado (1S21).

EBITDA Consolidado Ajustado alcança R\$ 1.223 milhões no trimestre (+42,7% vs 2T20), com aumento do Resultado Líquido Ajustado em 15,4% (R\$ 447 milhões). Companhia avança na estratégia de crescimento com aquisição da CEA.

- ▶ **EBITDA Consolidado Ajustado alcançou R\$ 1.223 milhões** no trimestre, aumento de 42,7%, beneficiado pelo expressivo aumento do mercado nas distribuidoras, aumento da tarifa fio B e na redução da PECLD.
- ▶ **Volume total de energia distribuída** atingiu **5.921 GWh**, com crescimento consolidado de **10,7%** em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Piauí, Pará, apresentaram crescimentos de 14,7%, 13,2%, respectivamente e Maranhão e Alagoas, ambas crescendo 7,2%.
- ▶ **Perdas totais recuaram na maioria das distribuidoras em comparação ao 1T21**, nos estados de **Alagoas** (22,5%, -0,5p.p.) e **Piauí** (20,6%, -0,7p.p.) pelo sétimo e nono trimestre consecutivo, respectivamente, reduzindo também no **Pará** (30,1%, -0,6p.p.), e aumentaram no **Maranhão** (19,2%, +0,5p.p.).
- ▶ No 2T21, os **Investimentos consolidados da Equatorial** totalizaram **R\$ 473 milhões**, redução de 21,3% comparada ao 2T20, resultado da conclusão dos empreendimentos de transmissão.
- ▶ **Alavancagem consolidada** no 2T21 registrou 2,0x, medida pela relação **Dívida Líquida/EBITDA Ajustado**, caindo 0,3x em comparação ao 2T20 (2,3x) e menor 0,2x do que o 1T21 (2,2x), fruto da forte geração de caixa nos períodos. As **disponibilidades** atingiram **R\$ 8,1 bilhões**, correspondendo a **3,1x da dívida de curto prazo**.
- ▶ **Aprovado Índice de Reajuste Tarifário Anual para Equatorial Pará**, em 06 de agosto de 2021, com efeito médio a ser percebido com **efeito médio para os clientes de +9,01%**. A Parcela B apresentou um aumento de 34%, alcançando R\$ 2.927 milhões.
- ▶ Em 01 de junho foi emitido pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) o Termo de Liberação de Definitivo (TLD) para 100% da Receita Anual Permitida (RAP) do ativo SPE 03, no valor total de R\$ 116,5 milhões. Com a entrada desta SPE, a Equatorial Transmissão passa a ter todos os ativos com RAP ativa..
- ▶ Em 02 de junho, a Equatorial Serviços S.A, adquiriu a E-Nova Instalação e Manutenção Ltda, com foco em oferecer soluções técnicas em eficiência energética e em geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, inclusive por meio da geração distribuída.
- ▶ Em 28 de junho, o Grupo Equatorial Energia venceu Leilão para **aquisição do controle acionário da CEA**, concessionária de distribuição de energia do estado do Amapá. A aquisição depende da conclusão de condições precedentes e autorizações regulatórias.
- ▶ **Concluído processo de aquisição da CEEE-D**, em 8 de julho de 2021, com assinatura do contrato de compra e venda, após serem observadas as condições precedentes e aprovações regulatórias.

Destaques financeiros (R\$ MM)	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
Receita operacional líquida (ROL)	3.482	4.272	22,7%	7.689	8.695	13,1%
EBITDA ajustado (trimestral)	857	1.223	42,7%	1.926	2.304	19,6%
Margem EBITDA (%ROL)	24,6%	28,6%	4,0 p.p.	25,1%	26,5%	1,4 p.p.
EBITDA ajustado (últ.12 meses)	4.730	5.155	9,0%	4.730	5.155	9,0%
Lucro líquido ajustado	387	447	15,4%	762	853	11,9%
Margem líquida (%ROL)	11,1%	10,5%	-0,7 p.p.	9,9%	9,8%	-0,1 p.p.
Lucro líquido ajustado por ação (R\$/ação)	0,38	0,44	15,4%	0,75	0,84	11,9%
Investimentos	601	473	-21,3%	1.167	844	-27,7%
Dívida líquida	10.933	10.298	-5,8%	10.933	10.298	-5,8%
Dívida líquida/EBITDA ajustado (últ.12 meses)	2,3	2,0	-0,3 x	2,3	2,0	-0,3 x
Disponibilidade / Dívida de curto prazo	2,2	3,1	0,9 x	2,2	3,1	0,9 x

EBITDA ajustado (trimestral)	2T20	2T21	Var.	2020	2021	Var.
EQTL Maranhão	203	302	48,6%	431	636	48%
EQTL Pará	219	415	89,7%	530	817	54%
EQTL Piauí	42	156	275,6%	95	287	203%
EQTL Alagoas	56	97	73,3%	110	206	87%
Transmissão (Regulatório)	84	254	202,4%	161	468	191%

Dados operacionais	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
Energia distribuída (GWh)	5.349	5.921	10,7%	10.929	11.725	7,3%
Nº de consumidores (Mil)	7.709	7.876	2,2%	7.709	7.876	2,2%

Para fins de comparabilidade, o 2T21 não considera ajuste de R\$ 283 milhões, referente a ganhos e perdas na realização do ativo de contrato das transmissoras, com impacto positivo na linha de "Receita Operacional Líquida (ROL)" e negativo em "Custos de Energia Elétrica", sem impacto no semestre.

Comentário do Desempenho

1.Eventos de Divulgação

**TELECONFERÊNCIA EM PORTUGUÊS
COM TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA INGLÊS**

QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2021

14H00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

13H00 (HORÁRIO DE NOVA YORK)

TELEFONES: +55 11 3181-8565/ +55 11 4210-1803

+1 412 717-9627/ +1 844 204-8942

CÓDIGO: EQUATORIAL

- ▶ Os participantes devem se conectar aproximadamente 10 minutos antes do início das teleconferências.
- ▶ SLIDES E WEBCAST: Os slides da apresentação estarão disponíveis para visualização e download na sessão de Relações com Investidores em nosso website <http://www.equatorialenergia.com.br/ri> a partir da data da teleconferência. O áudio das teleconferências será transmitido ao vivo pela Internet, no mesmo site, onde ficará disponível após o evento.

Relações com Investidores

- ▶ E-mail: ri@equatorialenergia.com.br
- ▶ Website: www.equatorialenergia.com.br

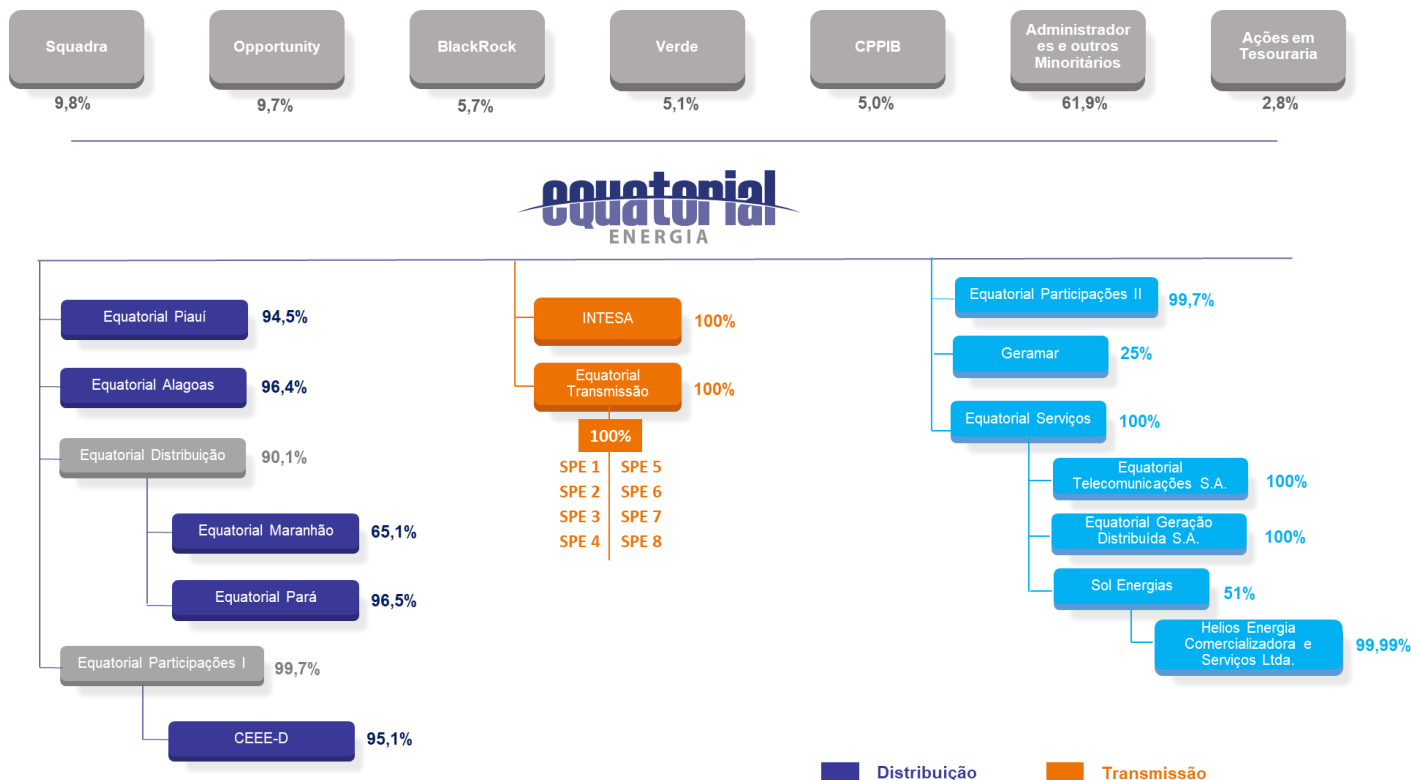
Comentário do Desempenho

<u>1. EVENTOS DE DIVULGAÇÃO.....</u>	<u>1</u>
<u>RELAÇÕES COM INVESTIDORES.....</u>	<u>2</u>
<u>2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA.....</u>	<u>4</u>
<u>3. EQUATORIAL TRANSMISSÃO.....</u>	<u>4</u>
<u>4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....</u>	<u>6</u>
<u>5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....</u>	<u>15</u>
5.1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	15
5.1.1 - RECEITA OPERACIONAL.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
5.1.2 - CUSTOS E DESPESAS.....	18
5.2 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – SEGMENTO DE TRANSMISSÃO.....	28
5.2.1 EQUATORIAL TRANSMISSÃO - SPES 01 A 08.....	28
5.2.2 INTESA.....	29
<u>6. DESTAQUES REGULATÓRIOS.....</u>	<u>30</u>
6.1 REVISÃO TARIFÁRIA - TRANSMISSÃO.....	30
6.3 BASE DE REMUNERAÇÃO.....	31
6.4 PARCELA B.....	32
6.5 ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	33
<u>7. ENDIVIDAMENTO.....</u>	<u>34</u>
7.1 – ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO.....	34
7.2 – CAPTAÇÕES RELEVANTES.....	35
<u>8. INVESTIMENTOS.....</u>	<u>36</u>
<u>9. MERCADO DE CAPITAIS.....</u>	<u>37</u>
<u>10. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE.....</u>	<u>37</u>
<u>AVISO.....</u>	<u>37</u>
<u>ANEXO 1 – RESULTADO GERENCIAL DA OPERAÇÃO DO SISTEMA ISOLADO NA EQUATORIAL PARÁ (R\$ MM).....</u>	<u>39</u>
<u>ANEXO 2 – APURAÇÃO DE IRPJ E CSLL NAS DISTRIBUIDORAS (R\$ MM).....</u>	<u>39</u>

Comentário do Desempenho

2. Composição Acionária

O quadro abaixo representa a versão simplificada do Grupo Equatorial Energia. As informações constantes desta seção são pró-forma e refletem a composição acionária atual, conforme consta na data de divulgação destes comentários de desempenho.



3. Equatorial Transmissão

Atualmente, a Equatorial Energia, através da Equatorial Transmissão possui 8 lotes concluídos, e 100% de participação direta na Intesa, linha operacional. A RAP ativa hoje é de R\$ 1.220,2 milhões.

3.1 Resumo dos lotes

Data base: 07/2021

Informação	Intesa	SPE 1	SPE 2	SPE 3	SPE 4	SPE 5	SPE 6	SPE 7	SPE 8
Contrato de Concessão da Aneel nº	02/2006	07/2017	08/2017	10/2017	12/2017	13/2017	14/2017	20/2017	48/2017
Localização	TO/GO	BA	BA	BA/PI	BA/MG	BA/MG	MG	PA	PA
Extensão da Linha	695	250	235	372	588	250	325	129	434
Tensão da Linha	500	500	500	500	500	500	500	230/500	230
Fim da Concessão	27/04/2036	10/02/2047	10/02/2047	10/02/2047	10/02/2047	10/02/2047	10/02/2047	10/02/2047	21/07/2047
Início da Operação	30/05/2008	01/05/2020	22/01/2020	01/06/2021	31/10/2020*	23/12/2020	05/03/2021**	22/09/2020	03/06/2019
RAP	182.590.360,39	95.217.491,56	86.355.384,64	125.884.981,56	227.055.401,42	104.772.027,12	129.896.418,44	109.839.234,07	158.569.237,70
Índice de Reajuste RAP	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Redução da RAP em 50%	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Revisão Tarifária	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Impostos Indiretos	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%
Regime Tributação	Lucro Real	Lucro Real	Lucro Real	Lucro Real	Lucro Real	Lucro Real	Lucro Real	Lucro Real	Lucro Real
Benefício Sudam/Sudene	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Área/Receita Benefício (%)	87%	100%	100%	100%	59,66%	100%	29,56%	100%	100%
Percentual Benefício Sudam/Sudene	65%	75%	75%	75%	45%	75%	22%	75%	75%

* Em 31 de outubro de 2020, foi iniciada a operação comercial de 50,6% da SPE 04, equivalente a uma RAP (Receita Anual Permitida) de R\$ 106,3 milhões (valores de jun/20). O restante da receita é, atualmente, proveniente de Termo de Liberação de Receitas (TLR) emitido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), totalizando R\$ 213 milhões. Embora 100% concluído, a SPE 04 tem 49,4% de sua estrutura impossibilitada de entrar em operação pois aguarda conclusão de uma subestação a qual a SPE 04 se ligará, de propriedade de outra transmissora.

**Considera, para a SPE06, Termo de Liberação de Receitas (TLR) emitido no dia no dia 09 de abril de 2021 pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Embora o empreendimento esteja com seu avanço físico 100% concluído, o início da operação da finalização da estrutura (subestação) a qual a SPE 06 se ligará, de propriedade de outra transmissora. Desta maneira, foi emitido TLR retroativamente a data de 05 de março de 2021.

Comentário do Desempenho

3.2 Financiamentos de Longo Prazo da Equatorial Transmissão

A necessidade de financiamento das SPEs da Companhia já está 100% contratada, resultando em uma alavancagem média de aproximadamente 80% nos projetos. Do total contratado, 96% já foi desembolsado, equivalente a R\$ 4,6 bilhões, sendo utilizados para fazer frente ao avanço físico das obras. O funding principal foi obtido de 3 diferentes fontes – BNDES, Banco do Nordeste e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) – e complementado por debêntures de infraestrutura para atingir o objetivo de alavancagem para cada SPE, conforme estrutura demonstrada abaixo.

SPE	Fonte	Contratado	Desembolsado	%
SPE 1	Banco do Nordeste	343	338	
	Debentures	55	55	
	Total	398	393	99%
SPE 2	Banco do Nordeste	353	350	
	Debentures	45	45	
	Total	398	395	99%
SPE 3	Banco do Nordeste	425	425	
	Debentures	90	90	
	Total	515	515	100%
SPE 4	BNDES	822	813	99%
SPE 5	Banco do Nordeste	356	278	
	Debentures	66	66	
	Total	422	344	81%
SPE 6	BNDES	419	412	98%
SPE 7	FDA	293	224	
	Debentures	130	130	
	Total	423	354	84%
SPE 8	FDA	495	465	
	Debentures	189	189	
	Total	684	654	96%
EQTT	Debentures	800	800	
	Total	800	800	100%
Total Equatorial Transmissão		4.881	4.680	96%

Comentário do Desempenho

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Vendas de Energia Elétrica – Consolidado por Classe

Classes de consumo (MWh)	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
Consolidado (MA + PA + PI + AL)						
Residencial	2.657.697	2.817.002	6,0%	5.207.364	5.568.267	6,9%
Industrial	212.127	222.072	4,7%	438.642	445.050	1,5%
Comercial	757.159	892.219	17,8%	1.690.271	1.773.228	4,9%
Outros	1.051.267	1.095.163	4,2%	2.184.336	2.195.325	0,5%
Total (cativo)	4.678.250	5.026.456	7,4%	9.520.614	9.981.869	4,8%
Industrial	434.694	516.117	18,7%	911.334	1.018.343	11,7%
Comercial	189.370	295.451	56,0%	408.580	561.861	37,5%
Outros	6.225	40.037	543,2%	9.095	76.978	746,4%
Consumidores livres	630.289	851.605	35,1%	1.329.009	1.657.182	24,7%
Energia de Conexão - outras Distribuidor	40.097	43.437	8,3%	79.608	86.278	8,4%
Total Distribuída*	5.348.636	5.921.498	10,7%	10.929.230	11.725.330	7,3%

(*) Inclui mercados cativo, livre, uso distribuidora e consumo próprio

Consumo por Distribuidora (MWh)	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
Equatorial Maranhão	1.561.073	1.674.008	7,2%	3.115.697	3.311.840	6,3%
Equatorial Pará	2.036.276	2.305.201	13,2%	4.125.587	4.472.356	8,4%
Equatorial Piauí	869.112	996.648	14,7%	1.773.860	1.950.097	9,9%
Equatorial Alagoas	882.175	945.641	7,2%	1.914.087	1.991.036	4,0%
Total (Cativo + Livre)	5.348.636	5.921.498	10,7%	10.929.231	11.725.330	7,3%

No 2T21, o consumo de energia elétrica dos mercados cativo e livre apresentou crescimento de 10,7% de forma consolidada na Equatorial, ou seja, considerando a soma dos mercados de Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas. Entre as classes, o destaque foi a retomada do segmento comercial, com o forte aumento de 17,8%, seguido pelo residencial, crescendo 6,0%. Individualmente os destaques do trimestre foram a Equatorial Piauí e Pará, com um crescimento de 14,7% e 13,2%, respectivamente. Já Equatorial Maranhão e Alagoas cresceram 7,2%.

Comentário do Desempenho

Na análise das distribuidoras, temos os seguintes destaques:

Volume Vendido	2T21					1S21				
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Total	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Total
MWh										
Residencial	883.054	1.045.654	483.722	404.573	2.817.002	1.761.592	2.023.390	957.154	826.130	5.568.267
Industrial	47.123	109.896	32.019	33.034	222.072	93.050	219.697	64.468	67.835	445.050
Comercial	223.039	353.716	159.711	155.753	892.219	445.136	686.054	316.495	325.543	1.773.228
Outros	344.546	357.957	210.001	182.658	1.095.163	671.153	697.099	405.192	421.881	2.195.325
Total (cativo)	1.497.762	1.867.222	885.453	776.019	5.026.456	2.970.931	3.626.240	1.743.309	1.641.390	9.981.869
Industrial	91.763	270.207	22.015	132.133	516.117	176.916	532.471	38.617	270.339	1.018.343
Comercial	82.238	143.848	36.095	33.270	295.451	158.119	267.325	65.920	70.496	561.861
Outros	852	23.923	15.261		40.037	2.655	46.320	28.003		76.978
Consumidores livres	174.853	437.979	73.371	165.403	851.605	337.690	846.116	132.540	340.836	1.657.182
Energia de Conexão	1.393		37.824	4.220	43.437	3.219		74.248	8.811	86.278
TOTAL (cativo + livre + conexão)	1.674.008	2.305.201	996.648	945.641	5.921.498	3.311.840	4.472.356	1.950.097	1.991.036	11.725.330
Var. % (2T21 vs 2T20)	7,2%	13,2%	14,7%	7,2%	10,7%	6,3%	8,4%	9,9%	4,0%	7,3%

Volume Vendido	2T20					1S20				
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Total	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Total
MWh										
Residencial	861.436	952.468	446.318	397.475	2.657.697	1.679.244	1.843.537	884.724	799.859	5.207.364
Industrial	48.796	99.184	30.326	33.821	212.127	97.331	205.608	64.031	71.673	438.642
Comercial	197.594	301.033	130.397	128.135	757.159	430.450	646.890	306.282	306.649	1.690.271
Outros	325.317	353.481	194.075	178.395	1.051.267	645.863	729.876	388.473	420.124	2.184.336
Total (cativo)	1.433.142	1.706.166	801.116	737.825	4.678.250	2.852.887	3.425.911	1.643.510	1.598.305	9.520.614
Industrial	72.266	233.192	9.911	119.324	434.694	141.550	495.486	20.177	254.120	911.334
Comercial	53.420	94.769	20.409	20.773	189.370	115.760	199.950	40.080	52.790	408.580
Outros	814	2.149	3.262	-	6.225	1.594	4.239	3.262	-	9.095
Consumidores livres	126.500	330.110	33.581	140.097	630.289	258.904	699.675	63.519	306.910	1.329.009
Energia de Conexão	1.430		34.415	4.253	40.097	3.906		66.831	8.871	79.608
TOTAL (cativo + livre + conexão)	1.561.073	2.036.276	869.112	882.175	5.348.636	3.115.697	4.125.587	1.773.860	1.914.087	10.929.230

EQUATORIAL MARANHÃO

O consumo de energia elétrica dos mercados cativo e livre da Equatorial Maranhão apresentou um crescimento de 7,2% no 2T21 em relação ao mesmo período de 2020, que foi impactado pelas medidas de isolamento social adotadas naquele momento para conter o avanço da pandemia. O consumo de energia neste trimestre foi comparativamente maior até no período pré-pandemia, subindo 7,9% em relação ao 2T19.

A classe Residencial, que representa 53% do total da energia distribuída pela Equatorial Maranhão, teve um crescimento de 2,5%, quando comparado com o mesmo trimestre do ano passado, com incremento de aproximadamente 22 GWh. O consumo médio da classe apresentou um crescimento de 1,6%, variando de 126,1 kWh/cliente em 2020 para 128,1 kWh/cliente em 2021, em função de condições climáticas, uma vez que grande parte do Maranhão apresentou um menor nível de precipitação quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

O segmento industrial apresentou crescimento de 14,7% no trimestre. O desempenho positivo é explicado pela ampliação de planta de alguns clientes, além de novas indústrias no Estado em diversos setores da economia. Os setores que mais impulsionaram esse resultado foram os de fabricação de produtos químicos (+39,6%), fabricação de produtos de minerais não-metálicos (+13,5%), extração de minerais metálicos (+10,0%), obras de infraestrutura (+33,4%), extração de minerais não-metálicos (+46,3%) e fabricação de produtos alimentícios (+5,2%). Juntos, esses setores foram responsáveis por 79% do incremento da classe industrial no período.

O segmento comercial apresentou forte aumento de 21,6% no 2T21 em relação ao mesmo período do ano anterior, beneficiado principalmente pelo avanço na retomada de atividades e pelo efeito comparativo em relação ao 2T20. Cabe destacar que este setor da economia foi até o momento o mais impactado a longo prazo pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia de Covid-19. Neste trimestre o consumo alcançou um total de 305 GWh, retornando a patamares pré-pandemia (304 GWh no 2T19). Os setores que mais contribuíram no trimestre foram os de comércio por atacado (+14,4%), comércio varejista (+21,1%), alojamento (+41,9%), serviços para edifícios e atividades paisagísticas (+44,2%) e educação (+128,4%) que representaram 78% do incremento do período.

Comentário do Desempenho

O consumo de outras classes, apresentou crescimento de 5,9% em relação ao mesmo período de 2020, com expansão em cerca de 19 GWh. As classes que mais contribuíram positivamente para esse resultado foram as Rural e Poder Público que cresceram, respectivamente, 14,6% e 12,9% no período. Na classe Rural, o crescimento é explicado principalmente pelo aumento do número de consumidores da classe, com incremento de cerca de 22,4 mil clientes no 2T21 em relação ao 2T20, decorrente de ações de atualização cadastral. Já a classe Poder Público tem seu comportamento explicado em grande parte, pela retomada de atividades no trimestre.

EQUATORIAL PARÁ

O volume de energia do mercado da Equatorial Pará apresentou crescimento de 13,2% no 2T21, atingindo 2.305 GWh de energia distribuída, com incremento de 269 GWh quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O resultado positivo é explicado parcialmente em função do efeito de base no período mais crítico da pandemia, em que ocorreram medidas mais severas de isolamento social e houve paralisação dos serviços considerados não essenciais para conter o avanço do Covid-19. Vale mencionar que comparado ao 2T19, o volume de energia cresceu 10,4%.

O consumo da classe residencial, que representa 45% do volume total de vendas da Equatorial Pará no 2T21, apresentou aumento de 9,8% em relação ao mesmo período do ano anterior influenciado pelas condições climáticas favoráveis ao consumo de energia com chuvas abaixo da média histórica em comparação com o mesmo período em 2020. O consumo médio residencial do período apresentou aumento de 7,8%, passando de 136 kWh/cliente no 2T20 para 146 kWh/cliente no 2T21. Além disso, ocorreu um aumento de aproximadamente 53 mil clientes no trimestre. Quanto aos consumidores classificados como Baixa Renda, o trimestre apresentou crescimento de 11,6%, passando de 692.399 clientes no 2T20 para 772.075 no 2T21.

A classe industrial (cativo + livre), responsável por 16% do consumo da Equatorial Pará, apresentou crescimento de 14,4% e incremento de 48 GWh no 2T21, influenciada principalmente pela retomada e recuperação do período de pandemia nos ramos de fabricação de produtos alimentícios (+13%), bebidas (+17%), produtos de madeira (+17%), minerais não metálicos (+19%) e metalurgia (+26%) que juntas representam 72% do consumo da classe, explicado principalmente por efeito de base, com a retomada das atividades econômicas em relação ao ano anterior.

O consumo total da classe comercial (cativo + livre), apresentou expressivo crescimento de 25,7% nas vendas do 2T21 em comparação ao mesmo período do ano anterior. O forte crescimento reflete o retorno das atividades comerciais no estado, sendo esta classe uma das mais afetadas no período crítico da pandemia, fruto das restrições sociais e parada das atividades não essenciais. As atividades que mais contribuíram para o crescimento da classe foram comércio varejista (+24%), atacadista (+17%), serviços administrativos (+7%) e educação (+45%), que juntas representam 64% da classe.

As demais classes (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e consumo próprio) registraram crescimento de 7,4% no consumo de energia, com incremento de 26 GWh em 2T21 versus 2T20. Influenciaram no aumento de consumo Rural (+10,3%), Poder Público (+12,2%) e Serviço Público (+7,4%). A classe Rural teve seu aumento explicado principalmente pelo incremento do número de consumidores, 18,7 mil clientes, decorrente de atualização cadastral. A classe Poder Público tem seu comportamento explicado em grande parte, pela retomada de atividades no trimestre, enquanto o serviço público apresentou crescimento explicado principalmente pelo aumento de consumo de clientes de alta tensão e novas instalações.

EQUATORIAL PIAUÍ

O consumo de energia elétrica da Equatorial Piauí apresentou crescimento de 14,7% no 2T21 em relação ao mesmo período do ano de 2020, representando um incremento de aproximadamente 124 GWh, passando de 869,1 GWh em 2020 para 996,6 GWh em 2021. O resultado é explicado em parte pelo efeito positivo na comparação com o 2T20, que registrou consumo mais fraco decorrente das medidas restritivas de combate à pandemia então vigentes. Importante observar que quando olhamos os números em relação ao 2T19, temos um crescimento de 11,2% neste 2T21.

Comentário do Desempenho

O consumo da classe residencial, que representa 50% do total de vendas da Equatorial Piauí, apresentou crescimento de 8,4% no 2T21 em relação ao mesmo período do ano anterior. Mesmo com o retorno das atividades econômicas, a classe residencial segue apresentando forte desempenho, com aumento do consumo médio, beneficiado pelas mudanças decorrentes do contexto da pandemia. Além do aumento do consumo desta classe, o desempenho do trimestre também reflete o efeito das ações de combate à perda, havendo uma redução de 10,6 GWh, correspondente a 4,15%.

O consumo de energia da classe industrial (cativo+ livre), apresentou crescimento de 34,3% no 2T21 em comparação ao 2T20. O desempenho positivo é explicado principalmente pelo efeito comparativo com o 2T20, auge das ações de restrição relacionadas ao contexto da pandemia, e reflete a retomada de atividades do atual momento, lideradas pelas atividades de Mineração (28,8%) e Bebidas (27,4%) e por um grande cliente do setor de fabricação de embalagens, que é o segundo maior cliente industrial do Piauí, que teve um crescimento de aproximadamente 131% no 2T21. O incremento de energia foi de 2,7 GWh, equivalente a 20% de todo incremento da classe no trimestre. Ao compararmos o 2T21 com 2T19 (sem efeito pandêmico), observa-se um crescimento de 4,7% o que demonstra um crescimento real em comparação a níveis pré-pandemia.

A classe comercial (cativo + livre), apresentou forte crescimento de 29,8% no 2T21 em relação ao 2T20. A classe sofreu grande impacto do isolamento social no estado em 2020, com reflexos ainda no resultado do trimestre atual. Apesar do elevado crescimento da classe, o resultado do trimestre aponta para a retomada dos níveis de consumo anteriores à pandemia. Destaca-se que, em 2020 a classe comercial perdeu aproximadamente 4 mil clientes em relação à 2021. Diante disso, o incremento de 45 GWh no trimestre demonstra uma recuperação dos clientes que conseguiram manter-se ativos mesmo com as condições econômicas desfavoráveis, ratificado pelo aumento de 36,12% do consumo médio da classe. Nesse cenário, evidencia-se o setor de comércio varejista, principalmente shoppings e lojas.

O consumo de outras classes (rural, poder público, iluminação pública, serviço público) no 2T21 apresentou crescimento de 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado do trimestre é impulsionado, principalmente, pela classe Rural que cresceu 43,2% devido a reclassificação de clientes anteriormente residenciais, agregando 21 GWh ao trimestre.

EQUATORIAL ALAGOAS

No 2T21 o consumo de energia elétrica dos mercados cativo e livre da Equatorial Alagoas apresentou crescimento de 7,2% em relação ao 2T20, resultado da recuperação no comparativo com o mesmo período do ano anterior, que foi fortemente atingida pelo cenário pandêmico, além do aumento no número de clientes (+3,3%).

O consumo da classe residencial, correspondente a 43% do total de vendas por classe da Equatorial Alagoas no 2T21, apresentou crescimento de 1,8% no período, com incremento de aproximadamente 7 GWh. Este incremento está relacionado ao aumento de aproximadamente 26 mil consumidores, acrescentando cerca de 3 GWh, e as mudanças no nível de consumo decorrentes do contexto da pandemia. Quanto aos consumidores classificados como Baixa Renda, apresentou aumento de 14,4%, passando de 305 mil clientes no 2T20, para 349 mil no 2T21, fruto do esforço de atualização cadastral de clientes.

O consumo de energia da classe industrial (cativo e livre), apresentou crescimento de 7,9% no 2T21 quando comparado ao mesmo período de 2020. O desempenho positivo é explicado pela melhoria do setor industrial do Estado e pela base de comparação de 2020 fragilizada pela pandemia.

O consumo da classe comercial (cativo e livre), apresentou expressivo crescimento de 26,9% com relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe destacar que este setor da economia foi até o momento o mais impactado pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia de Covid-19, o que explica o forte crescimento no 2T21, em comparação ao período de maiores medidas restritivas do ano passado.

Comentário do Desempenho

O consumo de outras classes (rural, poder público, iluminação pública, serviço público), apresentou crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período de 2020, com incremento de cerca de 4 GWh. As classes que mais contribuíram positivamente para esse resultado foram Poder Público e Rural, que cresceram, respectivamente, 4,5% e 2,9% no período. O aumento da classe Poder Público é explicado, em grande parte, pela retomada de diversas atividades ao longo do período e redução das medidas de restrição então vigentes. Já a classe Rural, o crescimento é explicado principalmente pelo aumento do número de consumidores de classe, com incremento de cerca de 10,6 mil clientes no 2T21 em relação ao 2T20, decorrente de ações de atualização cadastral e de migrações da classe residencial.

4.2 Número de Consumidores – Consolidado por Classe

No 2T21, o total de unidades consumidoras consolidado cresceu 2,2% em comparação ao 2T20, com destaque para o aumento da classe Residencial (convencional e baixa renda).

Cabe destacar o crescimento de 11,9% ou 166,1 mil consumidores classificados como baixa renda em relação ao 2T20, fruto do esforço da Companhia para o cadastramento de consumidores elegíveis ao benefício, o que se

intensificou após o início da Covid-19. Dentre os esforços realizados, destacamos a possibilidade do cadastramento pelo WhatsApp de novos clientes nessa classe, além de realização de campanhas junto aos municípios e desenvolvimento de ferramentas que integram informações e facilitam o cadastramento, com o intuito de garantir que as famílias que fazem jus à tarifa social possam usufruir do benefício. Vale notar que o descadastramento dos consumidores baixa renda, inicialmente previsto até março de 2021 (REN 891/20), e prorrogado até 30 de junho de 2021 pela REN 928/21, permanecerá vigente até 30 de setembro de 2021 (REN 936/21).

Também se observa um crescimento de 22% do número de consumidores da classe outros, em função de medidas de recadastramento direcionadas no sentido de cadastrar os consumidores que podem ser reconhecidos na classe rural. Esta classe possui subvenção que pode variar conforme o perfil do cliente, sendo 4% para clientes do grupo A sobre as tarifas azul ou verde e, como subvenção máxima, 90% para o grupo Rural Irrigante A no horário reservado.

Individualmente, vale notar o aumento da base total de clientes em todas as distribuidoras, com destaque para os estados de Piauí e Alagoas, que cresceram 3,3%, conforme quadro a seguir.

Número de Consumidores (cativo-Hivre)	2T20					2T21				
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Total	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Total
Residencial - convencional	1.507.454	1.655.639	690.483	723.971	4.577.547	1.438.238	1.616.324	642.254	705.648	4.402.464
Residencial - baixa renda	776.140	692.399	418.493	305.002	2.192.034	866.391	772.414	465.374	349.015	2.453.194
Industrial	7.365	3.947	2.653	1.870	15.835	6.825	4.070	2.420	1.985	15.300
Comercial	139.229	169.751	89.471	65.040	463.491	129.037	163.090	85.255	65.325	442.707
Outros	133.916	195.356	96.318	34.991	460.581	156.660	214.625	144.838	45.810	561.933
Total	2.564.104	2.717.092	1.297.418	1.130.874	7.709.488	2.597.151	2.770.523	1.340.141	1.167.783	7.875.598
Var. % (2T21 vs 2T20)						1,3%	2,0%	3,3%	3,3%	2,2%

Comentário do Desempenho

4.3 Balanço Energético

4.3 Balanço energético (MWh)	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
Maranhão						
Sistema interligado	1.917.923	2.118.874	10,5%	3.794.583	4.106.806	8,2%
Energia injetada	1.917.923	2.118.874	10,5%	3.794.583	4.106.806	8,2%
Energia distribuída	1.559.643	1.672.615	7,2%	3.111.791	3.308.621	6,3%
Energia de conexão com outras distribuidora	1.430	1.393	-2,6%	3.906	3.219	-17,6%
Perdas totais	356.851	444.866	24,7%	678.886	794.966	17,1%
Pará						
Sistema interligado	2.923.331	3.200.990	9,5%	5.807.054	6.203.934	6,8%
Sistema isolado	73.493	69.074	-6,0%	147.637	132.541	-10,2%
Energia injetada	2.996.824	3.270.063	9,1%	5.954.691	6.336.474	6,4%
Energia distribuída	2.036.276	2.305.201	13,2%	4.125.587	4.472.356	8,4%
Perdas totais	960.548	964.863	0,4%	1.829.104	1.864.118	1,9%
Piauí						
Sistema interligado	1.125.802	1.242.679	10,4%	2.243.130	2.407.329	7,3%
Energia injetada	1.125.802	1.242.679	10,4%	2.243.130	2.407.329	7,3%
Energia distribuída	834.698	958.824	14,9%	1.707.029	1.875.849	9,9%
Energia de conexão com outras distribuidora	34.415	37.824	9,9%	66.831	74.248	11,1%
Perdas totais	256.691	246.031	-4,2%	469.270	457.232	-2,6%
Alagoas						
Sistema interligado	1.162.545	1.204.785	3,6%	2.548.058	2.576.479	1,1%
Energia injetada	1.162.545	1.204.785	3,6%	2.548.058	2.576.479	1,1%
Energia distribuída	877.922	941.421	7,2%	1.905.215	1.982.225	4,0%
Energia de conexão com outras distribuidora	4.253	4.220	-7,6%	8.871	8.811	-7,7%
Perdas totais	280.370	259.144	-7,6%	633.972	585.443	-7,7%

A energia injetada no **Maranhão** cresceu 10,5%, quando comparado ao mesmo período do ano de 2020 e 12% em relação ao 2T19. O 2T21 foi influenciado pelas condições climáticas com anomalias de precipitação com chuvas abaixo das médias históricas. Em maio, na ilha de São Luís, que representa cerca de 31 % da injetada total, houve ainda um período de estiagem, dentro da estação chuvosa, provocando dias mais quentes. A energia injetada pela mini/microgeração tem se tornado cada vez mais relevante nesse indicador, representando 1,7% do total de energia injetada em todo o estado no primeiro segundo do ano de 2021. O crescimento deste tipo de fonte de geração de energia cresceu 122% no 2T21 quando comparado ao 2T20, equivalente a um incremento de aproximadamente 20 GWh.

A energia injetada do **Pará** apresentou crescimento de 9,1% no 2T21 versus 2T20 e 8,4% em relação ao 2T19. O comportamento está ligado diretamente ao efeito de base no período mais crítico da pandemia, em que ocorreram medidas mais severas de isolamento social, bem como paralisação dos serviços considerados não essenciais para conter o avanço do Covid-19. Em complemento, as condições climáticas também influenciaram para o crescimento da injetada com pluviometria abaixo da média histórica em 9,1%, correspondente a 116mm quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Também, a energia injetada pela mini/microgeração continua apresentando crescimento expressivo, alcançando representatividade de 1,5% do total de energia injetada no 2T21 versus 0,6% no 2T20, com crescimento de 165% e incremento de 25 GWh no 2T21 quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

A energia injetada da **Piauí** apresentou aumento de 10,4% no 2T21 quando comparado ao mesmo período do ano de 2020 e 5,1% em relação ao 2T19. Assim como nos casos anteriores, este comportamento deve-se, principalmente, ao comparativo com período de restrições vigentes no ano passado (2T20). O retorno das atividades econômicas no estado refletidas no comportamento do trimestre indica retomada aos patamares pré-pandemia. Destaca-se que o resultado do trimestre ainda teve influência desfavorável dos condicionantes climáticos, nesse período, o volume de chuvas em Teresina apresentou um aumento de 28,3% em comparação ao 2T20, em especial no mês de maio (+76,4%). No Piauí a mini/microgeração está em forte expansão, atualmente essa geração já representa 3% de toda energia injetada no estado. No 2T21 o crescimento foi de 118% em relação ao 2T20, em termos absolutos esse crescimento equivale a incremento de 20 GWh. Totalizando 18.255 clientes, desse, a maior representatividade é atribuída à classe residencial que detém 70% dos consumidores com geração distribuída, seguida pela classe comercial com 25% de participação. Em comparação ao 2T20, o número de consumidores teve um aumento de 161% (7.007 clientes em jun/20).

A energia injetada da **Equatorial Alagoas** apresentou um crescimento de 3,6% no 2T21, quando comparado ao mesmo período do ano de 2020, também beneficiado pelos efeitos comparativos com o 2T20, período mais agudo da pandemia. Vale registrar o crescimento da energia injetada pela mini/microgeração, representando 1,0% do total injetado em todo o estado, no segundo trimestre do ano de 2021, um crescimento de 158% quando comparado ao 2T20, equivalente a aproximadamente 7,3 GWh.

Níveis de cobertura contratual de compra de energia

Conforme as regras atualmente vigentes, as distribuidoras que estiverem dentro do percentual de 100% a 105% de contratação sobre seu requisito de energia terão cobertura tarifária integral.

O nível de contratação previsto em 2021, para Equatorial Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas, é de 101,4%, 99,15%, 105,91% e 106,92%, respectivamente. No caso do Pará, participamos de um mecanismo em julho/2021 para recompor o lastro contratual. Para as demais distribuidoras, com percentual acima do 105%, tais sobras estão sendo consideradas como involuntárias, não afetando o resultado das empresas.

4.4 Perdas na Distribuição de Energia

Distribuidoras	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	Regulatório
Perdas Totais / Injetada						
Equatorial Maranhão	18,2%	18,3%	18,5%	18,6%	19,2%	17,7%
Equatorial Pará	29,8%	29,9%	30,8%	30,7%	30,1%	27,6%
Equatorial Piauí	22,9%	22,5%	21,5%	21,3%	20,6%	20,5%
Equatorial Alagoas	24,0%	23,8%	23,6%	23,1%	22,5%	20,8%
Perdas Não-Técnicas / BT						
Equatorial Maranhão	9,6%	9,9%	10,2%	10,4%	11,5%	8,9%
Equatorial Pará	38,9%	39,1%	41,5%	41,3%	39,9%	33,0%
Equatorial Piauí	18,7%	17,7%	15,8%	15,3%	14,1%	13,9%
Equatorial Alagoas	29,6%	28,9%	28,2%	27,0%	25,6%	22,0%

No 2T21, as perdas de energia da Equatorial **Maranhão** apresentaram um aumento (0,6 p.p.), impactado pelo menor número de dias faturados no período, além do cenário adverso imposto pela pandemia. A distribuidora segue sendo a que possui o menor volume de perdas do grupo.

Comentário do Desempenho

Já no **Pará**, observa-se uma redução em relação ao 1T21, reflexo das ações de combate implementadas no período, e que devem avançar nos próximos trimestres, com destaque para o fortalecimento da tipologia de rede e expansão do sistema de medição centralizada (SMC).

No **Piauí** e em **Alagoas**, segue o processo de turnaround e de combate às perdas, e pelo sétimo trimestre consecutivo é possível observar queda no percentual de perdas em Alagoas, e pelo nono trimestre consecutivo no Piauí, aproximando o desempenho do nível regulatório. A Equatorial Piauí se encontra agora somente 0,1 ponto percentual acima do nível regulatório de perdas.

Vale notar que o descadastramento dos consumidores baixa renda, inicialmente previsto até março (REN 891/20), e prorrogado até 30 de junho pela REN 928/21, permanecerá vigente até 30 de setembro (REN 936/21).

4.5 PECLD e Arrecadação

PECLD/ ROB ¹ (trimestral)	2T20	2T21	Var.
Consolidado	5,0%	1,3%	-3,6 p.p.
Equatorial Maranhão	3,5%	0,9%	-2,6 p.p.
Equatorial Pará	6,8%	2,1%	-4,7 p.p.
Equatorial Piauí	3,9%	0,3%	-3,6 p.p.
Equatorial Alagoas	3,9%	1,1%	-2,7 p.p.

¹ Desconsidera Receita de Construção.

Arrecadação - IAR (trimestral)	2T20	2T21	Var.
Consolidado	93,1%	99,2%	6,1 p.p.
Equatorial Maranhão	94,6%	97,8%	3,2 p.p.
Equatorial Pará	90,4%	98,1%	7,7 p.p.
Equatorial Piauí	95,1%	101,9%	6,8 p.p.
Equatorial Alagoas	95,6%	101,8%	6,2 p.p.

Os níveis de PECLD das distribuidoras refletem um grande esforço feito pelas equipes de cobrança que também são beneficiadas por um mercado mais robusto, comparativamente ao que vimos no 2T20, onde estávamos no auge da pandemia. Como pode ser observado, todas as distribuidoras apresentaram forte redução do PECLD, destacando-se Pará, com redução de 4,7 p.p., Piauí, reduzindo 3,6 p.p. e Maranhão, com redução de 2,6 p.p.

Pelo lado da arrecadação, podemos observar uma forte melhora no Índice de Arrecadação (IAR) consolidado, melhorando em 6,1 p.p., com destaque para a Equatorial Pará, melhorando 7,7 p.p. e Equatorial Piauí, melhorando em 6,8 p.p. Na visão consolidada, o IAR alcançou 99,2%, um aumento de 6,1 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior (93,1%). Vale destacar que a melhora alcançada é fruto do grande esforço da Companhia em melhorar este indicador, destacando-se o programa Energia em Dia, que realiza sorteios de prêmios para clientes que se mantiverem adimplentes, a implementação do sistema de renegociação das dívidas de forma online direto no sites das distribuidoras e o forte empenho das equipes nas agências de físicas além do esforço do recadastramento dos clientes baixa renda.

Comentário do Desempenho

4.6 Indicadores de qualidade – DEC e FEC

Distribuidoras	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	Regulatório
DEC						
Equatorial Maranhão	13,8	13,6	13,4	18,4	19,6	16,1
Equatorial Pará	20,9	21,0	20,2	19,4	19,9	26,2
Equatorial Piauí	32,5	30,3	27,6	26,5	26,7	20,8
Equatorial Alagoas	23,9	21,6	19,3	17,3	18,5	15,5
FEC						
Equatorial Maranhão	6,1	6,0	5,9	7,4	7,7	9,7
Equatorial Pará	11,1	11,1	10,8	10,7	10,84	20,7
Equatorial Piauí	13,5	13,3	12,8	13,1	12,7	14,1
Equatorial Alagoas	11,6	11,1	9,6	9,3	9,2	12,9

O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período), ambos no período de 12 meses.

Maranhão absorve, ainda, os efeitos de eventos atípicos, sobretudo relacionados às supridoras, ocorridos no 1T21, com destaque para a falha em linha de transmissão no mês de janeiro, que ocasionou a interrupção do fornecimento por aproximadamente 4,5 horas na região de São Luís e afetando mais de 550 mil clientes da distribuidora. No 2T21, o incremento está relacionado, principalmente, ao maior número de ocorrências por interferências de vegetação em áreas remotas e rurais.

Pará podemos observar um leve aumento no DEC em 2,6%, passando de 19,4 horas para 19,9 horas em comparação com o trimestre anterior. Já o FEC manteve-se estável em relação ao trimestre passado (aumento de 0,1p.p.), ambos abaixo do patamar regulatório.

No **Piauí**, os indicadores seguem evoluindo, tendo o DEC leve aumento de 0,8%, passando de 26,5 horas para 26,7 horas e o FEC saindo de 13,1 para 12,7, redução de 0,4 p.p.

Em **Alagoas**, o DEC passou de 17,3 para 18,5 no período, enquanto o FEC apresentou melhora de 0,1 p.p., passando de 9,3 para 9,2. O aumento no DEC é consequência, principalmente, da maior pluviometria registrada no trimestre, em comparação ao 2T20. Como resultado do processo de turnaround, Alagoas registra redução de 22% no seu nível de DEC, 21% no FEC, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Comentário do Desempenho

5. Desempenho Econômico-Financeiro

As informações constantes desta seção refletem a consolidação das Demonstrações Contábeis da Equatorial Energia.

5.1 Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado^{1,2}

DRE (R\$ MM)	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
Receita operacional bruta (ROB)	4.604	5.715	24,1%	10.278	11.561	12,5%
Receita operacional líquida (ROL)	3.482	4.272	22,7%	7.689	8.695	13,1%
Custo de energia elétrica	(2.026)	(2.442)	20,6%	(4.595)	(5.296)	15,3%
Custo e despesas operacionais	(583)	(540)	-7,5%	(1.071)	(1.102)	2,9%
EBITDA	873	1.291	47,8%	2.023	2.297	13,6%
Outras receitas/despesas operacionais	0	(2)	-5130,0%	(7)	(20)	175,9%
Depreciação	(162)	(190)	17,3%	(322)	(354)	9,9%
Resultado do serviço (EBIT)	691	1.086	57,1%	1.660	1.912	15,2%
Resultado financeiro	(65)	(308)	377,5%	(218)	(539)	147,4%
Amortização de ágio	(56)	(28)	-50,0%	(56)	(56)	0,0%
Lucro antes da tributação (EBT)	627	778	24,1%	1.442	1.373	-4,8%
IR/CSLL	(153)	(146)	-4,3%	(453)	(288)	-36,4%
Participações minoritárias	(68)	(122)	78,6%	(143)	(222)	54,8%
Lucro líquido (LL)	406	510	25,6%	846	863	2,0%

¹ O Lucro líquido considera somente a participação dos acionistas controladores nas empresas controladas

² Para fins de comparabilidade, o 2T21 não considera ajuste de R\$ 283 milhões, referente a ganhos e perdas na realização do ativo de contrato das transmissoras, com impacto positivo na linha de "Receita Operacional Líquida (ROL)" e negativo em "Custos de Energia Elétrica", sem impacto no semestre. Os valores ajustados estão refletidos na NE 24 das demonstrações financeiras (ITR 2T21).

Comentário do Desempenho

5.1.1 - Receita operacional ³

Análise da receita (R\$ MM)	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
(+) Vendas as classes	3.015	3.780	25%	6.660	7.412	11%
Residencial	1.699	2.197	29%	3.722	4.299	16%
Industrial	143	166	16%	316	332	5%
Comercial	579	725	25%	1.364	1.433	5%
Outras classes	594	692	17%	1.258	1.347	7%
(+) Ultrapassagem de demanda / reativo excedente	113	178	-58%	233	345	48%
(+) Suprimento	25	82	234%	106	116	9%
(+) Outras receitas	538	467	-13%	829	898	8%
Subvenção baixa renda	399	190	-52%	543	378	-30%
Subvenção CDE outros	128	162	27%	242	291	20%
Uso da rede	(11)	(42)	-276%	(43)	(82)	-90%
Atualização ativo financeiro	(19)	68	-464%	2	178	10412%
Outras receitas operacionais	40	89	121%	85	133	57%
(+) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	(185)	280	-251%	(189)	722	-482%
(+) Receita de construção - Distribuição	437	428	-2%	833	885	6%
(=) Receita Operacional Bruta - Distribuição	3.941	5.215	32%	8.471	10.377	23%
(+) Receita de Operação e Manutenção (Transmissão)	6	7	13%	12	13	10%
(+) Receita de construção - Transmissão	370	78	-79%	1.207	386	-68%
(+) Transmissão de energia	2	0	-84%	3	1	-78%
(+) Receita Ativo de Contrato	227	123	-46%	390	117	-70%
(+) Outras receitas	25	218	780%	65	554	748%
(=) Receita operacional bruta - Transmissão	630	426	-32%	1.678	1.070	-36%
Receita operacional bruta - Outros	33	77	133%	129	114	-12%
(+) Deduções à receita	(1.122)	(1.450)	29%	(2.589)	(2.866)	-11%
Deduções à receita - Transmissão	(67)	(30)	-56%	(170)	(78)	54%
Deduções à receita - Distribuição	(1.042)	(1.410)		(2.388)	(2.768)	
PIS e COFINS	(241)	(348)	44%	(626)	(681)	-9%
Encargos do consumidor	(27)	(35)	31%	(57)	(71)	-24%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(91)	(125)	38%	(181)	(253)	-40%
ICMS	(673)	(873)	30%	(1.496)	(1.712)	-14%
ISS	(0)	(1)	24%	(2)	(1)	35%
Compensações Indicadores de Qualidade	(9)	(27)	202%	(27)	(50)	-85%
Deduções à receita - Outros	(13)	(10)	23%	(30)	(20)	36%
(=) Receita operacional líquida	3.482	4.269	23%	7.689	8.695	13%
(-) Receita de construção - Dist. e Transm.	806	505	-37%	2.040	1.271	-38%
(=) Receita operacional líquida sem receita de construção	2.676	3.764	41%	5.649	7.425	31%

De forma consolidada, a ROL da Equatorial, desconsiderando a Receita de Construção, cresceu 41%, ou R\$ 1 bilhão, em comparação ao mesmo período do ano anterior. O forte aumento, reflete a expansão do mercado e parcela B no 2T21, em comparação mesmo período do ano anterior.

A redução da receita oriunda da subvenção baixa renda é resultado de uma política emergencial do governo federal por conta da pandemia, que no 2T20 aumentou a subvenção para 100% o faturamento da classe baixa renda de até 220 MWh consumido no mês e não apenas os grupos prioritários. Portanto, passado a pior fase pandêmica, a subvenção voltou a considerar somente os grupos prioritários. Por fim, o aumento na linha de valores a receber de parcela A, referem-se em grande parte dos recursos oriundos da Conta-Covid.

³ Para fins de comparabilidade, o 2T21 não considera ajuste de R\$ 283 milhões, referente a ganhos e perdas na realização do ativo de contrato das transmissoras, com impacto positivo na linha "Receita Ativo de Contrato". Os valores ajustados estão refletidos na NE 24 das demonstrações financeiras (ITR 2T21).

Comentário do Desempenho

Adicionalmente aos efeitos destacados, o detalhamento da receita nos nossos ativos de distribuição está demonstrado no quadro a seguir.

Análise da receita (R\$ Milhões)	2T21				1S21			
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
(+) Vendas as classes	1.095	1.515	611	560	2.101	2.986	1.180	1.144
Residencial	684	867	339	307	1.311	1.703	660	625
Industrial	36	85	22	23	70	174	43	46
Comercial	168	310	119	128	328	613	233	260
Outras classes	207	252	131	102	392	496	245	214
(+) Ult. de demanda / reativo excedente	(3)	(7)	190	(2)	(6)	(13)	369	(5)
(+) Suprimento	14	9	35	24	21	16	52	27
(+) Outras receitas	155	292	(111)	131	356	555	(222)	208
Subvenção baixa renda	65	68	33	23	130	135	65	47
Subvenção CDE outros	35	78	15	35	65	148	30	49
Uso da rede	29	67	(171)	33	56	131	(333)	64
Atualização ativo financeiro	12	54	0	1	74	101	1	2
Outras receitas operacionais	13	24	13	39	31	40	15	46
(+) Valores a receber de parcela A	53	62	48	118	166	224	124	208
(+) Receita de construção	72	223	73	59	209	409	159	108
(=) Receita operacional bruta	1.386	2.094	846	889	2.847	4.177	1.662	1.691
(+) Deduções à receita	(395)	(528)	(232)	(255)	(745)	(1.077)	(460)	(486)
PIS e COFINS	(118)	(109)	(44)	(77)	(201)	(247)	(89)	(144)
Encargos do consumidor	(10)	(14)	(6)	(5)	(21)	(27)	(12)	(11)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(29)	(38)	(17)	(40)	(66)	(85)	(39)	(63)
ICMS	(227)	(362)	(155)	(129)	(440)	(703)	(306)	(262)
ISS	(0)	(0)	(0)	-	(1)	(1)	(0)	-
Compensações Indicadores de Qualidade	(10)	(5)	(10)	(4)	(16)	(13)	(15)	(6)
(=) Receita operacional líquida	991	1.566	614	635	2.102	3.101	1.202	1.204
(-) Receita de construção	72	223	73	59	209	409	159	108
(=) Receita operacional líquida sem receita de construção	919	1.343	540	576	1.893	2.692	1.044	1.096

Análise da receita (R\$ Milhões)	2T20				1S20			
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
(+) Vendas as classes	845	1.237	510	423	1.863	2.691	1.120	986
Residencial	515	675	279	230	1.124	1.456	613	529
Industrial	27	74	21	20	68	159	45	44
Comercial	129	259	100	91	314	586	238	225
Outras classes	174	228	110	81	357	489	224	188
(+) Ult. de demanda / reativo excedente	(5)	(11)	132	(3)	(10)	(23)	272	(6)
(+) Suprimento	6	8	7	3	26	27	48	5
(+) Outras receitas	207	261	(25)	94	313	472	(108)	152
Subvenção baixa renda	141	142	73	42	193	192	101	57
Subvenção CDE outros	28	58	16	26	55	117	31	39
Uso da rede	33	57	(123)	21	40	126	(253)	44
Atualização ativo financeiro	(6)	(12)	(0)	0	(2)	2	0	1
Outras receitas operacionais	11	16	8	5	26	35	13	11
(+) Valores a receber de parcela A	(92)	(75)	(54)	36	(120)	(45)	(82)	58
(+) Receita de construção	130	166	96	45	265	314	175	79
(=) Receita operacional bruta	1.091	1.585	667	598	2.336	3.436	1.425	1.275
(+) Deduções à receita	(261)	(421)	(181)	(178)	(594)	(987)	(412)	(396)
PIS e COFINS	(60)	(90)	(38)	(53)	(149)	(269)	(86)	(123)
Encargos do consumidor	(8)	(11)	(4)	(4)	(17)	(23)	(9)	(8)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(25)	(36)	(15)	(15)	(51)	(71)	(29)	(30)
ICMS	(167)	(284)	(125)	(98)	(372)	(616)	(282)	(225)
ISS	(0)	(0)	(0)	(0)	(1)	(0)	(0)	(1)
Compensações Indicadores de Qualidade	(0)	(0)	(0)	(8)	(4)	(8)	(5)	(10)
(=) Receita operacional líquida	830	1.164	486	419	1.742	2.449	1.013	878
(-) Receita de construção	130	166	96	45	265	314	175	79
(=) Receita operacional líquida sem receita de construção	700	999	390	375	1.478	2.135	838	799

Comentário do Desempenho

5.1.2 - Custos e Despesas⁴

De forma consolidada, o custo da Equatorial Energia (considerando despesas gerenciáveis, não-gerenciáveis e de construção) atingiu R\$ 3,1 bilhões neste 2T21, montante 12% superior ao reportado no 2T20.

Custos Operacionais	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
R\$ Milhões						
(+) Pessoal	134	147	9%	286	310	9%
(+) Material	7	11	63%	15	26	74%
(+) Serviço de terceiros	201	268	33%	395	519	31%
(+) Outros	23	16	-33%	37	25	-32%
(=) PMSO Reportado	365	441	21%	733	881	20%
<i>Ajustes Piauí</i>	-	(1)	N/A	(3)	(1)	51%
<i>Ajustes Alagoas</i>	-	(1)	N/A	-	(4)	N/A
<i>Ajuste Maranhão</i>	(9)	(1)	87%	(7)	(6)	13%
<i>Ajuste Pará</i>	(11)	(1)	87%	(11)	(17)	-45%
<i>Ajuste Holding</i>	(13)	(2)	82%	(26)	(3)	89%
PMSO Ajustado	331	435	31%	686	850	24%
PCLD e perdas	174	61	-65%	253	131	-48%
<i>% Receita bruta Dist. (s/ rec. de construção)</i>	5,0%	1,3%	-3,6 p.p.	3,3%	1,4%	-58%
<i>Provisões para contingências</i>	13	9	-26%	25	22	-11%
(+) Provisões	186	71	-62%	278	153	-45%
(+) Subvenção CCC	29	26	-10%	63	47	-25%
(+) Outras receitas/despesas operacionais	(0)	2	-5130%	7	20	176%
(+) Depreciação e amortização	162	190	17%	322	354	10%
(=) Custos e despesas gerenciáveis	742	729	-2%	1.403	1.454	4%
(+) Energia comprada e transporte	1.363	1.893	39%	3.036	3.827	26%
(+) Encargos uso rede e conexão	-	-	N/A	-	-	N/A
(=) Custos e despesas não-gerenciáveis	1.363	1.893	39%	3.036	3.827	26%
(+) Custos de construção	662	471	-29%	1.559	1.108	-29%
(=) Total	2.768	3.093	12%	5.998	6.390	7%

No 2T21, o PMSO Reportado, consolidado, da Companhia cresceu 21% (R\$ 76 milhões) em comparação ao 2T20, influenciado por aumento de quadro de pessoal, inclusão da 8ª hora no Pará, aumento do volume de atendimentos, despesas com honorários advocatícios e intensificação dos serviços de cobrança. O PMSO ajustado cresceu 31%, passando de R\$ 331 milhões para R\$ 435 milhões. O IPCA acumulado no período foi de do período foi de 8,35%.

Na PECLD, houve uma redução de 65%, influenciado pela melhora da arrecadação de 6,1 p.p. no IAR (vide seção 4.5) e pela captura da eficiência da gestão operacional na atualização da matriz de provisão.

⁴ Para fins de comparabilidade, o 2T21 não considera ajuste de R\$ 283 milhões, referente a ganhos e perdas na realização do ativo de contrato das transmissoras, com efeito negativo na linha de "Custo de Construção". Os valores ajustados estão refletidos na NE 25 das demonstrações financeiras (ITR 2T21).

Comentário do Desempenho

De forma individual, gostaríamos de destacar os custos das distribuidoras, conforme detalhado:

Custos Operacionais R\$ Milhões	2T21				1S21			
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
(+) Pessoal	42	44	21	18	78	99	40	38
<i>Participação nos resultados</i>	8	5	5	2	16	10	-	4
(+) Material	(0)	7	1	2	5	12	2	4
(+) Serviço de terceiros	77	102	48	37	160	201	97	74
(+) Outros	3	2	1	1	5	2	3	2
<i>Compensações de indicadores de qualidade</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
(=) PMSO Reportado	122	154	72	58	249	314	143	118
<i>Ajustes Pessoal</i>	(3)	(1)	(1)	(1)	(6)	(15)	(1)	(2)
<i>Ajustes Material</i>	2	-	-	-	-	-	-	(0)
<i>Ajustes Serviços de Terceiros</i>	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
<i>Ajustes Outros</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
PMSO Ajustado	121	153	71	57	243	297	141	114
PCLD e perdas	11	38	2	9	25	72	10	23
<i>% Receita bruta (s/receita de construção)</i>	0,9%	2,1%	0	1,1%	0,9%	1,9%	0	1,5%
Provisões para contingências	5	0	0	3	11	4	3	5
(+) Provisões	16	39	3	13	36	76	13	28
(+) Subvenção CCC	-	26	-	-	-	47	-	-
(+) Outras receitas/despesas operacionais	1	(0)	(1)	2	0	12	0	7
(+) Depreciação e amortização	53	95	24	18	107	166	46	34
(=) Custos e despesas gerenciáveis	193	314	97	90	392	616	202	187
(+) Energia comprada e transporte	384	535	310	238	789	1.118	592	502
(+) Encargos uso rede e conexão	100	187	6	77	197	374	11	154
(=) Custos e despesas não-gerenciáveis	483	722	316	316	985	1.493	603	655
(+) Custos de construção	72	223	73	59	209	409	159	108
(=) Total	749	1.259	486	464	1.587	2.518	964	950

Custos Operacionais R\$ Milhões	2T20				1S20			
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
(+) Pessoal	30	34	16	12	62	68	38	31
<i>Participação nos resultados</i>	9	4	-	1	17	9	-	3
(+) Material	2	1	1	1	5	3	2	2
(+) Serviço de terceiros	89	87	39	32	169	167	79	61
(+) Outros	5	8	1	3	9	11	4	5
<i>Compensações de indicadores de qualidade</i>	-	-	-	(0)	-	-	-	-
(=) PMSO Reportado	127	131	58	48	244	249	123	99
<i>Ajustes Pessoal</i>	-	-	-	-	-	-	-	(3)
<i>Ajustes Material</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Ajustes Serviços de Terceiros</i>	(8)	(6)	-	-	(6)	(6)	-	-
<i>Ajustes Outros</i>	(1)	(6)	-	-	(1)	(6)	-	-
PMSO Ajustado	118	119	58	48	238	237	120	99
PCLD e perdas	34	96	22	21	50	121	43	39
<i>% Receita bruta (s/receita de construção)</i>	3,53%	6,8%	3,9%	3,9%	2,4%	3,9%	3,4%	-4,4%
Provisões para contingências	6	4	3	1	11	10	4	1
(+) Provisões	40	100	25	22	62	130	47	40
(+) Subvenção CCC	-	29	-	-	-	63	-	-
(+) Outras receitas/despesas operacionais	0	(4)	3	0	1	4	2	(0)
(+) Depreciação e amortização	47	78	23	15	94	149	45	35
(=) Custos e despesas gerenciáveis	214	334	109	85	401	596	217	173
(+) Energia comprada e transporte	281	417	200	193	624	927	434	420
(+) Encargos uso rede e conexão	57	99	30	51	122	-	72	109
(=) Custos e despesas não-gerenciáveis	338	517	230	244	746	927	506	529
(+) Custos de construção	130	166	96	45	265	314	175	79
(=) Total	682	1.016	435	374	1.412	1.836	899	781

MARANHÃO

No 2T21, as despesas de pessoal, material, serviço de terceiros e outros (PMSO) totalizaram R\$ 122 milhões, recuo de R\$ 5,4 milhões, ou 4,2%, em relação ao 2T20. Descontados os efeitos não recorrentes, o PMSO ajustado no 2T21 totalizou R\$ 121 milhões, contra R\$ 118 milhões no 2T20, representando um aumento de 2,3%, abaixo da inflação acumulada no período de 8,35%, medida pelo IPCA, e de 9,22%, medida pelo INPC. Os efeitos não recorrentes impactaram as linhas de **Pessoal**, no montante de R\$ 3,0 milhões referentes ao *stock options*, e **Material**, no montante de R\$ 1,8 milhão.

Comentário do Desempenho

A conta de **Pessoal** apresentou aumento de R\$ 11,1 milhões no trimestre, em função especialmente do redesenho organizacional, com impacto de R\$ 5,2 milhões, e pelo reconhecimento contábil de programa de incentivos de longo prazo (*Phantom Shares* e *stock options*), sendo R\$ 3,0 milhões referentes ao *Phantom Shares* e R\$ 2,9 milhões referem-se ao SOP, este, efeito não recorrente.

Já a conta **Material** registrou redução de R\$ 2,0 milhões, referente à regularização de saldos contábeis de períodos anteriores, efeito este classificado como não recorrente.

A rubrica de **Serviços de Terceiros** apresentou redução de R\$ 11,9 milhões, impactada principalmente por ajustes não recorrentes incorrido no 2T20, referente a notas faturadas de ordens de serviços. Em **Outros**, houve redução de R\$ 2 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, no 2T21, as Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) **provisionadas** no período, totalizaram R\$ 11,3 milhões, uma expressiva redução de R\$ 22,6 milhões quando comparado ao 2T20, reflexo da menor inadimplência com melhor arrecadação no período e pela captura da eficiência da gestão operacional na atualização da matriz de provisão. Com relação ao patamar em relação a receita, o nível atual registrado é 2,6 p.p. inferior ao observado no mesmo trimestre de 2020.

PARÁ

O PMSO (pessoal, material, serviço de terceiros e outros) reportado no 2T21 foi de R\$ 154 milhões, apresentando um aumento de R\$ 23,6 milhões em relação ao 2T20, cerca de 68% do aumento decorre do efeito inflacionário, aquisição da 8ª hora, aumento das despesas do regime de plantão e maiores despesas com cobrança e combate à fraude. Quando comparado ao PMSO do 1T21, houve redução de 3,8%.

O PMSO ajustado foi de R\$ 153 milhões, aumento de R\$ 33,6 milhões, ou 28,6% em comparação ao 2T20, sendo o único efeito tratado como não recorrente por não ter efeito caixa foi observado na linha de **Pessoal**, no montante de R\$ 1,5 milhão, referente ao *stock options*.

Na conta **Pessoal**, o aumento de R\$ 9,8 milhões decorre, principalmente, do redesenho organizacional e o acréscimo da oitava hora trabalhada na Equatorial Pará no montante de R\$ 3,4 milhões, implementados no 1T21, além das despesas relativas aos programas de incentivo de longo prazo de R\$ 2,9 milhões, dos quais R\$ 1,5 milhão (*stock options*) são não recorrentes.

Na conta de **Material**, o aumento de R\$ 5,3 milhões refere-se, principalmente, à maior volumetria de ocorrências de serviços de atendimentos emergenciais de plantão que exigem materiais de manutenção, em comparação ao 2T20, além da inflação acumulada no período.

Já em **Serviços de Terceiros**, o aumento de R\$ 15 milhões sendo grande parte explicada pelos seguintes efeitos:

- (i) Honorários Advocatícios sobre êxitos (R\$ 5,5 milhões);
- (ii) Aumento do nas despesas com cobrança, combate à fraude e redução de perdas, devido a estratégia de intensificação dessas iniciativas (R\$ 5,1 milhões);
- (iii) Aumento do volume de ocorrências no regime de plantão no 2T21 (R\$ 3,4 milhões);
- (iv) Incremento de despesas relacionadas à tecnologia da informação (R\$ 0,5 milhão).

No 2T21, a Equatorial Pará constituiu provisão para Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (**PECLD**) no valor de R\$ 38,4 milhões, redução de R\$ 57,8 milhões, quando comparado ao 2T20, período mais agudo da pandemia. Com relação ao patamar em relação a receita, o nível atual registrado equivale a 2,1% da Receita Operacional Bruta (sem a Receita de Construção), redução de 4,7p.p.

Comentário do Desempenho

PIAÚ

No 2T21, as despesas de pessoal, material, serviço de terceiros e outros (PMSO) totalizaram R\$ 72 milhões, contra R\$ 58 milhões reportado no 2T20 e R\$ 71 milhões no 1T21. O PMSO Ajustado, ou seja, desconsiderando os efeitos não recorrentes, totalizou R\$ 71 milhões no 2T21 contra os mesmos R\$ 58 milhões no mesmo período do ano anterior.

Na conta **Pessoal** houve um aumento de R\$ 4,8 milhões, fruto em grande parte do pagamento de participação de resultados pelo atingimento das metas em 2020, enquanto no ano anterior não houve tal pagamento. O efeito não recorrente de R\$ 0,8 milhão é referente ao *stock options* (não recorrente pois não tem efeito caixa).

Em **Serviços de Terceiros**, o aumento de R\$ 9,1 milhões é em grande parte explicado pelos seguintes efeitos:

- (i) Aumento das despesas com cobranças ao consumidor, decorrente da estratégia de intensificação dessas iniciativas (R\$ 2,7 milhões);
- (ii) Honorários Advocatícios sobre êxitos (R\$ 2,4 milhões);
- (iii) Gastos com manutenção e licença de software em função do novo ERP (R\$ 1,8 milhão);
- (iv) Despesas com o retorno das agências de atendimento ao consumidor (R\$ 1,1 milhão).

Já a conta **Material e Outros**, o montante permaneceu estável em relação ao ano anterior.

No 2T21, as Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) apresentaram uma provisão R\$ 2,2 milhões, patamar 3,6 p.p. inferior ao observado no mesmo trimestre de 2020, fruto da melhor arrecadação no período e do efeito comparativo com relação ao 2T20 e pela captura da eficiência da gestão operacional na atualização da matriz de provisão.

ALAGOAS

No 2T21, as despesas de pessoal, material, serviço de terceiros e outros (PMSO) totalizaram R\$ 58 milhões, em comparação a R\$ 48 milhões no mesmo período do ano passado. Desconsiderados os efeitos não recorrentes, o PMSO ajustado foi de R\$ 57 milhões, valor 18,8% superior ao mesmo período do ano passado.

Na conta **Pessoal**, houve aumento de R\$ 6,3 milhões, devido sobretudo ao reconhecimento de despesas com os programas de incentivo de longo prazo, no valor de R\$ 2,0 milhões, dos quais R\$ 0,9 milhão não-recorrentes, pois não tem efeito caixa (*stock options*), além do pagamento de participação de resultados pelo atingimento das metas no montante de R\$ 0,7 milhão, e despesas com rescisões contratuais e despesas legais trabalhistas (R\$ 0,9 milhão).

Já o aumento na conta **Material**, de R\$ 1,0 milhão, é fruto principalmente da aquisição de equipamentos para as equipes de faturamento e cobrança e de materiais para manutenção de redes (R\$ 0,9 milhão).

Na conta **Serviços de Terceiros**, o incremento de R\$ 5,8 milhões está relacionado, principalmente, à honorários advocatícios sobre êxitos e consultorias (R\$ 3,6 milhões), despesas com manutenção e licença de software (R\$ 1,5 milhão), que no ano anterior por se tratar de implantação de sistemas foi apropriado como investimento, e aumento com serviços de manutenção da rede, como poda e limpeza de faixa (R\$ 0,7 milhão), além do maior volume de serviços relacionados à cobrança (R\$ 0,7 milhões).

Em **Outros**, a redução de R\$ 2,7 milhões decorre do menor volume com despesas relacionadas às campanhas de *marketing* no período, em comparação ao realizado no 2T20.

Por fim, no 2T21 as Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (**PECLD**) registrou provisão de R\$ 9,4 milhões, uma redução de R\$ 11,9 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Com relação ao patamar em relação a receita, o nível atual registrado é 2,8 p.p. inferior ao observado no mesmo trimestre de 2020.

Comentário do Desempenho

5.1.3 - EBITDA Consolidado Equatorial

A seguir, demonstramos a conciliação do EBITDA Consolidado da Equatorial.

Conciliação do EBITDA (R\$ milhões)	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
Resultado do Exercício	474	632	33,3%	989	1.085	9,7%
Impostos sobre o Lucro	153	146	-4,3%	453	288	-36,4%
Resultado Financeiro	65	308	377,5%	218	539	147,4%
Depreciação e amortização*	218	218	-0,1%	378	410	8,5%
Equivalência Patrimonial	(36)	(13)	-62,8%	(16)	(25)	58,5%
EBITDA societário**	873	1.291	47,8%	2.023	2.297	13,6%

* Inclui Amortização do Direito de Concessão

**Calculado em conformidade com a Instrução CVM 527/12

EBITDA consolidado Equatorial	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
EBITDA Equatorial Maranhão	195	296	52,0%	424	622	46,6%
EBITDA Equatorial Pará	226	402	77,5%	550	749	36,2%
EBITDA Equatorial Piauí	70	155	121,5%	155	284	83,6%
EBITDA Equatorial Alagoas	61	188	208,7%	130	288	121,0%
EBITDA Intesa	18	24	33,2%	11	47	322,0%
EBITDA Transmissão	311	238	-23,3%	737	338	-54,2%
EBITDA 55 Soluções	17	7	-61,0%	28	2	-93,2%
PPA Piauí na Consolidação	(3)	(0)	-98,3%	10	(1)	-112,9%
EBITDA Holding + outros	(21)	(18)	-11,5%	(22)	(31)	37,7%
EBITDA Equatorial	873	1.291	47,8%	2.022	2.297	13,6%
Ajustes Maranhão	9	6	-26,7%	6	14	128,5%
Ajustes Pará	(7)	13	-281,3%	(20)	68	-443,5%
Ajustes Piauí	(29)	1	-102,2%	(60)	3	-105,0%
Ajuste Alagoas	(5)	(91)	1707,2%	(20)	(83)	317,6%
Ajuste Holding	(0)	(0)	-95,9%	(18)	0	-100,0%
Ajustes Stock options (EQTL)	13	2	-81,6%	26	3	-88,6%
Ajuste PPA Equatorial Piauí	3	0	-98,3%	(10)	1	-112,9%
EBITDA Equatorial ajustado	857	1.223	42,7%	1.926	2.304	19,6%

O EBITDA reportado da Equatorial atingiu R\$ 1.291 milhões no 2T21, valor 47,8% maior, explicado em grande parte pelo crescimento de mercado e da parcela B em todas as distribuidoras em função dos reajustes tarifários de PA e MA e das Revisões Tarifárias Extraordinárias de PI e AL, além da melhora nos valores provisionados de PECLD e aumento do VNR.

Já o EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos não-recorrentes, registrou expansão de 47,8%, impulsionado principalmente pelo maior EBITDA das distribuidoras, conforme descrito acima. Abaixo abrimos a comparação do EBITDA Ajustado pelo VNR e IFRS09 do 2T21x2T20:

Recomposição EBITDA	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
EBITDA Equatorial Ajustado	857	1.223	42,7%	1.926	2.304	19,6%
(-) IFRS 9 (Transmissão)	244	7	-97,0%	587	(83)	-114,2%
(-) VNR	(19)	68	-464,5%	2	178	10412,3%
EBITDA Equatorial (ex-novos ativos)	631	1.148	81,8%	1.337	2.210	65,2%

Pode-se observar que o EBITDA ajustado por estes efeitos contábeis cresceu influenciado pela entrada em operação dos ativos de transmissão, assim como o aumento de mercado e da tarifa fio B ocasionada pelos reajustes e revisões ocorridas nas distribuidoras entre os períodos reportados, além da melhora da PECLD.

Comentário do Desempenho

A seguir, abrimos os valores por distribuidora, assim como destacamos os valores considerados como não recorrentes no resultado do 2T21:

EBITDA R\$ Milhões	2T21				1S21			
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
(+) Resultado do Exercício	197	210	113	172	390	334	181	236
(+) Impostos sobre o Lucro	35	51	3	14	87	98	25	20
(+) Resultado Financeiro	11	46	16	(16)	38	150	33	(2)
(+) Depreciação e Amortização	53	95	24	18	107	166	46	34
(=) EBITDA societário (CVM)*	296	402	155	188	622	749	284	288
(+) Outras receitas/despesas operacionais	1	(0)	(1)	2	0	12	0	7
(+) Impactos Margem Bruta	4	12	1	(94)	8	39	1	(94)
(+) Ajustes de PMSO	1	1	1	1	6	17	1	4
(=) EBITDA societário ajustado	302	415	156	97	636	817	287	206

*Calculado em conformidade com a instrução CVM 527/12

EBITDA R\$ Milhões	2T20				1S20			
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
(+) Resultado do Exercício	129	99	20	39	268	208	45	71
(+) Impostos sobre o Lucro	22	22	-	(2)	49	109	-	(2)
(+) Resultado Financeiro	(4)	27	27	9	13	83	64	27
(+) Depreciação e Amortização	47	78	23	15	94	149	45	35
(=) EBITDA societário (CVM)*	195	226	70	61	424	550	155	130
(+) Outras receitas/despesas operacionais	0	(4)	3	0	1	4	2	(0)
(+) Ajustes 2020	8	(4)	(32)	(5)	5	(24)	(62)	(20)
(=) EBITDA societário ajustado	203	219	42	56	431	530	95	110

MARANHÃO

O EBITDA ajustado do 2T21 alcançou R\$ 302 milhões, contra R\$ 203 milhões no 2T20, em grande parte explicado pelo aumento da margem bruta (crescimento de mercado e tarifa fio B) e pelo aumento da receita de atualização do ativo financeiro (VNR) de R\$ 18 milhões, fruto da aceleração dos investimentos com foco na revisão tarifária da Equatorial Maranhão e em função do expressivo aumento do IPCA no trimestre, além da melhora da PECLD de R\$ 23 milhões.

Destacamos como principais efeitos não recorrentes:

- R\$ 1,3 milhão de ajustes no PMSO, sendo desse total R\$ 3 milhões de efeito positivo referente ao programa *stock option*, e R\$ 1,8 milhão, com impacto negativo, referente a serviços de terceiros; e
- R\$ 4 milhões de impacto na Margem, referente a efeitos de descasamento de Parcela A.

PARÁ

No 2T21, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 415 milhões, aumento de R\$ 196 milhões ou 89,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, fruto especialmente do crescimento de mercado, tarifa fio B e do incremento de R\$ 66 milhões de receita de atualização do ativo financeiro (VNR) em função do expressivo aumento do IPCA no trimestre e da redução de PECLD em R\$ 58 milhões.

Como impactos não-recorrente neste trimestre, destaca-se:

- R\$ 12,1 milhões de impactos na Margem, referente a receitas de parcela A sem CVA correspondente;
- R\$ 1,44 milhão de ajustes no PMSO, referente ao programa de incentivos de longo prazo (*stock options*).

PIAÚ

No 2T21, o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 156 milhões, contra R\$ 42 milhões no 2T20, representando um aumento de R\$ 114 milhões ou 271,4%, positivamente influenciado pela redução das perdas, aumento da tarifa fio B em 54,8% função da RTE, ocorrida em dezembro de 2020, crescimento de mercado e melhora no desempenho de PECLD na comparação com o mesmo período de 2020 em R\$ 20 milhões.

Comentário do Desempenho

Como efeitos não recorrente neste trimestre, destaca-se:

- i) R\$ 0,8 milhão de ajustes no PMSO, referente ao programa de *Stock Options*.

ALAGOAS

No 2T21, o EBITDA Ajustado considerando os efeitos não recorrentes atingiu R\$ 97 milhões, contra R\$ 56 milhões no 2T20, explicado em grande parte pelo crescimento de mercado que representou R\$ 28 milhões, aumento da renda não faturada em R\$ 8 milhões e pelo delta de perdas, com melhora de R\$ 7 milhões.

Como efeitos não recorrentes neste trimestre, destacam-se:

- i) Ajustes referentes à sobrecontratação oriunda da RTA dos anos 2016 e 2017 (R\$ 44 milhões);
- ii) Recebimento da indenização das sobras físicas referente à Medida Provisória 998 (R\$ 32 milhões);
- iii) Complemento da previsão da receita de desconto tarifário no Reajuste Tarifário Anual (R\$ 17 milhões); e
- iv) R\$ 0,8 milhão de ajustes no PMSO, referente ao programa de *Stock Options*.

5.1.4 – Resultado Financeiro Consolidado

R\$ MM	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
(+) Rendas Financeiras	41	60	45%	102	92	-10%
(+) Acréscimo Moratório - Venda de Energia	68	124	83%	176	254	44%
(+) Operações de Swap	87	(466)	637%	446	(254)	157%
(+) Var. Cambial sobre dívida	(90)	377	-519%	(450)	149	-133%
(+) Var. Cambial sobre dívida - RJ	-	-	N/A	-	-	N/A
(+) Encargos e Var. Monetária sobre dívida	(153)	(351)	-129%	(420)	(618)	-47%
(+) Variações Monetárias e Cambiais - Caução STN	-	-	N/A	-	-	N/A
(+) Encargos CVA	20	3	-87%	43	3	-92%
(+) Juros e VM sobre Dívida RJ	(18)	(36)	-97%	(34)	(78)	-129%
(+) AVP sobre Dívida RJ	(5)	(5)	-4%	(10)	(10)	-1%
(+) Ajuste a Valor Presente	(4)	(3)	21%	(8)	(7)	14%
(+) Contingências	(0)	8	-5183%	(7)	(1)	84%
(+) Outras Receitas	21	12	-43%	14	27	94%
(+) Outras Despesas	(32)	(31)	3%	(84)	(98)	-17%
Resultado financeiro	(66)	(310)	371%	(232)	(542)	133%
(+) Efeitos Não Recorrentes	-	-	N/A	14	5	-64%
Resultado financeiro ajustado	(66)	(310)	371%	(218)	(537)	146%

De forma consolidada, o resultado financeiro da Equatorial Energia atingiu R\$ 310 milhões negativos contra R\$ 66 milhões negativos no 2T20. Ajustando pelos efeitos não recorrentes o resultado financeiro foi de R\$ 304 milhões negativos neste 2T21 contra R\$ 66 milhões também negativos no mesmo período do ano passado. Os principais motivos para o aumento da despesa financeira líquida foram a marcação a mercado dos contratos de Swap e dívida em moeda estrangeira, e expressivo aumento do IPCA e IGP-M impactando juros e encargos da recuperação judicial da Equatorial Pará, variação monetária sobre a dívida, além dos custos e despesas financeiras das operações de transmissão no valor de R\$ 145 milhões que até o ano passado eram incorporados ao ativo de contrato e agora estão sendo registrados no resultado financeiro.

Comentário do Desempenho

De maneira individual, gostaríamos de dar os seguintes destaques:

RESULTADO FINANCEIRO R\$ Milhões	2T21								1S21							
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Holding	EQTT	Intesa	55 Soluções	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Holding	EQTT	Intesa	55 Soluções
(+) Rendas Financeiras	9	22	11	7	3	7	1	0	16	35	16	12	4	7	1	1
(+) Acréscimo Moratário - Venda de Energia	31	42	22	29	-	-	-	-	63	86	53	52	-	-	-	-
(+) Operações de Swap	(57)	(181)	(133)	-	(95)	-	-	-	(31)	(59)	(70)	-	(95)	-	-	-
(+) Var. Cambial sobre dívida	54	195	128	-	-	-	-	-	27	58	64	-	-	-	-	-
(+) Juros e VM sobre Dívida	(42)	(77)	(48)	(21)	(9)	(146)	(8)	0	(86)	(152)	(93)	(58)	(17)	(199)	(14)	0
(+) Encargos CVA	0	(1)	0	3	-	-	-	-	(1)	(3)	2	5	-	-	-	-
(+) Juros e VM sobre Dívida RJ	-	(36)	-	-	-	-	-	-	-	(78)	-	-	-	-	-	-
(+) AVP sobre Dívida RJ	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(10)	(0)	-	-	-	-	-
(+) Ajuste a Valor Presente	(0)	(0)	(3)	(0)	0	-	-	-	(0)	(0)	(7)	(0)	0	-	-	-
(+) Contingências	(2)	2	6	2	-	-	-	-	(5)	1	2	1	-	-	-	-
(+) Outras Receitas	0	6	5	0	0	(0)	0	-	(0)	17	10	0	0	-	0	-
(+) Outras Despesas	(4)	(13)	(4)	(4)	(3)	(3)	(0)	(0)	(21)	(44)	(11)	(10)	(4)	(7)	(1)	(0)
(=) Resultado Financeiro Líquido	(11)	(46)	(16)	16	(103)	(142)	(7)	0	(38)	(150)	(33)	2	(111)	(198)	(14)	1
FEE	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-
(=) Resultado Financeiro Líquido Ajustado	(11)	(46)	(16)	16	(103)	(142)	(7)	0	(33)	(150)	(33)	2	(111)	(198)	(14)	1

RESULTADO FINANCEIRO R\$ Milhões	2T20								1S20							
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Holding	EQTT	Intesa	55 Soluções	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Holding	EQTT	Intesa	55 Soluções
(+) Rendas Financeiras	10	14	4	4	5	0	2	1	23	29	10	9	17	0	12	2
(+) Acréscimo Moratário - Venda de Energia	19	27	6	16	-	-	-	-	43	52	45	36	-	-	-	-
(+) Operações de Swap	-	65	22	-	-	-	-	-	-	337	110	-	-	-	-	-
(+) Var. Cambial sobre dívida	-	(68)	(22)	-	-	-	-	-	-	(340)	(110)	-	-	-	-	-
(+) Juros e VM sobre Dívida	(22)	(34)	(44)	(43)	(10)	3	(4)	-	(70)	(98)	(100)	(95)	(32)	4	(29)	-
(+) Encargos CVA	0	2	2	16	-	-	-	-	1	4	5	33	-	-	-	-
(+) Juros e VM sobre Dívida RJ	-	(18)	-	-	-	-	-	-	-	(34)	-	-	-	-	-	-
(+) AVP sobre Dívida RJ	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-
(+) Ajuste a Valor Presente	(0)	(0)	(4)	(0)	0	-	-	-	(0)	(0)	(8)	(0)	0	-	-	-
(+) Contingências	1	3	(5)	1	-	-	-	-	(1)	3	(9)	-	-	-	-	-
(+) Outras Receitas	1	1	16	3	0	1	0	-	3	4	3	4	(0)	1	0	-
(+) Outras Despesas	(5)	(13)	(4)	(5)	(1)	(4)	(0)	(0)	(13)	(30)	(9)	(12)	(6)	(11)	(3)	(0)
(=) Resultado Financeiro Líquido	4	(27)	(27)	(9)	(5)	0	(2)	1	(13)	(83)	(64)	(27)	(21)	(6)	(20)	2
Desconto de Juros e Correção Monetária de Parcelamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-
(=) Resultado Financeiro Líquido Ajustado	4	(27)	(27)	(9)	(5)	0	(2)	1	(13)	(83)	(51)	(27)	(21)	(6)	(20)	2

Maranhão

No 2T21, o resultado financeiro líquido foi negativo R\$ 11 milhões, contra R\$ 4 milhões positivos no 2T20, gerando uma variação negativa de R\$ 15 milhões em relação ao valor registrado no ano anterior. O aumento de R\$ 12 milhões em acréscimos moratórios ocorreu devido ao pagamento em atraso das faturas de energia pelos consumidores, ocasionado principalmente pela pandemia do COVID 19. Já em fevereiro de 2021, houve contratação de empréstimo de USD 67 milhões com proteção de 100% da exposição cambial, que ocasionou variações nas rubricas variação cambial e swap. O aumento de R\$ 21 milhões em juros e variação monetária sobre a dívida se deu principalmente em função da alta expressiva do IPCA, indexador com 58% de participação da dívida, que no 2T20 estava em 0,43% e passou para 1,68% no 2T21, além do aumento do saldo da dívida com BNDES que no 2T20 era R\$ 729 milhões e passou para R\$ 1,2 bilhão 2T21.

PARÁ

No 2T21, o resultado financeiro líquido foi negativo R\$ 46 milhões, contra R\$ 27 milhões negativos no 2T20, gerando uma variação negativa de aproximadamente R\$ 20 milhões em relação ao valor registrado no ano anterior. O aumento de R\$ 45 milhões no 2T21 de juros e variação monetária sobre a dívida deu-se em função da avanço expressivo do IPCA, indexador da dívida com 36,4% de participação, que passou de 0,43% no 2T20 para 1,68% no 2T21 e também devido ao aumento do saldo devedor da dívida que no 2T20 estava em R\$ 4,8 bilhões e passou para R\$ 5,1 bilhões no 2T21. O aumento foi parcialmente absorvido pela redução do CDI, indexador mais significativo, que saiu de 1,75% no 2T20 para 1,28% no 2T21. O aumento de R\$ 18 milhões de Juros e variação monetária sobre a Dívida da Recuperação Judicial se deu pela elevada variação do IGP-M que saiu de 2,66% no 2T20 para 6,31% no 2T21.

PIAUI

No 2T21, o resultado financeiro líquido foi negativo R\$ 16 milhões, contra R\$ 27 milhões negativos no 2T20, gerando uma variação positiva de R\$ 11 milhões em relação ao valor registrado no ano anterior. A melhora de R\$ 6 milhões nas rendas financeiras no 2T21, deu-se em função do aumento nas disponibilidades da companhia, que no 2T20 era de R\$ 569 milhões e no 2T21 está em R\$ 1,4 bilhões. O aumento de R\$ 16 milhões em acréscimos moratórios ocorreu devido ao pagamento em atraso das faturas de energia pelos consumidores, ocasionado principalmente pela pandemia do Covid-19. Já o acréscimo de R\$ 6 milhões no 2T21 de juros e variação monetária sobre a dívida deu-se principalmente em função do aumento o saldo da dívida, que no 2T20 era de R\$ 2,8 bilhões e passou para R\$ 3,5 bilhões no 2T21. Essa alta foi parcialmente absorvida pela queda do CDI, indexador mais relevante da dívida, com 70% participação, que estava em 1,75% no 2T20 e está em 1,28% no 2T21.

Comentário do Desempenho

ALAGOAS

No 2T21, o resultado financeiro líquido foi de R\$ 16 milhões positivos, contra R\$ 9 milhões negativos no 2T20, gerando uma variação positiva de R\$ 25 milhões em relação ao valor registrado no ano anterior. A melhora de R\$ 3 milhões nas rendas financeiras no 2T21, deu-se em função do aumento em 44% nas disponibilidades da companhia, que no 2T20 era de R\$ 569 milhões e no 2T21 está em R\$ 820 milhões. O aumento foi parcialmente absorvido pela queda do CDI, que no 2T20 era 1,75%, e passou para 1,28% no 2T21. O aumento em acréscimos moratórios ocorreu devido ao pagamento em atraso das faturas de energia pelos consumidores, ocasionado principalmente pela pandemia do Covid-19. A redução de R\$ 20 milhões no 2T21 em juros e variação monetária sobre a dívida deu-se principalmente em função da queda do saldo da dívida, que no 2T20 era de R\$ 2,4 bilhões e passou para R\$ 1,8 bilhões no 2T21 e também pelo declínio do CDI, indexador mais relevante da dívida, com 81% participação, que estava em 1,75% no 2T20 e passou para 1,28% no 2T21. Em encargos CVA, o principal impacto foi a baixa dos empréstimos RGR conforme Lei 14.120/21, ocorrido em março de 2021, que conseqüentemente extinguiu a atualização o ativo RGR.

EQUATORIAL ENERGIA HOLDING

No 2T21, o resultado financeiro líquido foi negativo R\$ 103 milhões, contra R\$ 5 milhões negativos no 2T20. Grande parte desta variação é explicado pela contratação de NDF's no valor total de USD 228 milhões, com o objetivo de proteção ao risco de moeda estrangeira dos passivos da CEEE-D.

EQUATORIAL ENERGIA TRANSMISSÃO

No 2T20, praticamente todas receitas e despesas eram ativadas e incorporadas ao ativo de contrato. Com a entrada em operação das SPEs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, as receitas e despesas passam a ser reconhecidas no resultado financeiro da empresa.

INTESA

No 2T21, o resultado financeiro líquido foi negativo R\$ 7 milhões, contra R\$ 2 milhões negativos no 2T20, gerando uma variação negativa de R\$ 5 milhões. A redução no 2T21 em rendas financeiras deu-se em função da queda das disponibilidades da companhia, que estava em R\$ 213 milhões no 2T20 e passou para R\$ 86 milhões no 2T21. Já aumento no 2T21 em juros e variação monetária sobre a dívida deu-se em função da alta expressiva do IPCA, que saiu de -0,43% no 2T20 para 1,68% no 2T21.

55 SOLUÇÕES

A redução no 2T21 em rendas financeiras deu-se principalmente em função da queda das disponibilidades da companhia, que estava em R\$ 44 milhões no 2T20 e passou para R\$ 30 milhões no 2T21.

Comentário do Desempenho

5.1.5 - Lucro Líquido Consolidado Equatorial⁵

Lucro líquido consolidado Equatorial	2T20	2T21	Var.	1S20	1S21	Var.
Lucro líquido Maranhão	76	115	52,0%	157	229	45,4%
Lucro líquido Pará	86	182	111,4%	181	290	60,1%
Lucro líquido Piauí	19	106	464,1%	43	171	297,3%
Lucro líquido Alagoas	37	166	344,2%	69	228	231,8%
Lucro líquido Intesa	24	14	-42,9%	6	27	392,3%
Lucro Líquido Transmissão	198	59	-70,1%	446	89	-80,1%
Lucro Líquido 55 Soluções	14	3	-77,0%	20	2	-92,2%
Consolidação PPA Equatorial Piauí	(2)	(0)	-98,4%	6	(1)	-112,9%
Consolidação PPA Equatorial Alagoas	1	1	2,6%	2	2	2,8%
Lucro líquido Holding + Outros	(47)	(137)	192,7%	(84)	(173)	104,7%
Lucro líquido Equatorial	406	510	25,6%	846	863	2,0%
Ajustes Maranhão	6	2	-60,1%	3	12	276,9%
Ajustes Pará	(3)	11	-446,8%	(22)	43	-298,7%
Ajustes Piauí	(30)	2	-105,0%	(47)	2	-105,2%
Ajustes Alagoas	(5)	(80)	1570,1%	(22)	(75)	246,7%
Ajustes Holding	(0)	(0)	0,0%	(13)	5	-135,2%
Ajustes Stock options (EQTL)	13	2	-81,6%	26	3	-88,6%
Consolidação PPA Equatorial Piauí	2	0	-98,4%	(6)	1	-112,9%
Consolidação PPA Equatorial Alagoas	(1)	(1)	2,6%	(2)	(2)	2,8%
Lucro líquido Equatorial ajustado	387	447	15,4%	762	853	11,9%

De forma consolidada, o lucro líquido da Equatorial atingiu R\$ 510 milhões no trimestre, 25,6% maior em relação ao 2T20. Se ajustarmos pelos efeitos não recorrentes do trimestre, atingimos R\$ 447 milhões, aumento de 15,4%.

LUCRO LÍQUIDO R\$ Milhões	2T21				1S21			
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
(+) Lucro Líquido	197	210	113	172	390	334	181	236
(+) Impacto EBITDA (líquido de IR)	5	14	2	(93)	14	56	3	(89)
(+) Efeito IR e CSLL	(1)	(1)	(0)	10	2	(6)	(0)	12
(+) Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Ajustes do Resultado Financeiro	-	-	-	-	5	-	-	-
(+) Outras Receitas/Despesas Não Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
(=) Lucro Líquido Ajustado	201	223	114	90	411	383	183	159

LUCRO LÍQUIDO R\$ Milhões	2T20				1S20			
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
(+) Lucro Líquido	129	99	20	39	268	208	45	71
(+) Impacto EBITDA (líquido de IR)	8	(4)	(32)	(5)	5	(24)	(62)	(20)
(+) Efeito IR e CSLL	1	0	-	-	1	(1)	(2)	(2)
(+) Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Ajustes do Resultado Financeiro	-	-	-	-	-	-	14	-
(+) Outras Receitas/Despesas Não Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
(=) Lucro Líquido Ajustado	139	95	(12)	34	274	183	(4)	48

MARANHÃO

Na Equatorial Maranhão, o lucro líquido ajustado atingiu R\$ 201 milhões no trimestre. Após os ajustes comentados no EBITDA e no resultado financeiro, não houve outros lançamentos não recorrentes relevantes que afetem o lucro líquido neste trimestre.

⁵ O Lucro líquido considera somente a participação dos acionistas controladores nas empresas controladas

Comentário do Desempenho

PARÁ

No Pará, o lucro líquido ajustado atingiu R\$ 223 milhões no 2T21. Após os ajustes comentados no EBITDA, no resultado financeiro e os impactos na apuração de imposto de renda e contribuição social, não houve outros lançamentos não recorrentes relevantes que afetem o lucro líquido neste trimestre.

PIAUÍ

No Piauí, o lucro líquido ajustado atingiu R\$ 114 milhões no trimestre. Após os ajustes comentados no EBITDA e no Resultado Financeiro, não houve outros lançamentos não recorrentes relevantes que afetem o lucro líquido neste trimestre.

ALAGOAS

Em Alagoas, o lucro líquido ajustado atingiu R\$ 90 milhões no 2T21. Após os ajustes comentados no EBITDA e os impactos na apuração de imposto de renda e contribuição social, não houve outros lançamentos não recorrentes relevantes que afetem o lucro líquido neste trimestre.

5.2 Desempenho Econômico-Financeiro – Segmento de Transmissão

5.2.1 Equatorial Transmissão - SPEs 01 a 08

EQTT - Principais Indicadores - Regulatório (R\$ MM)	2T20	2T21	Var.
Receita líquida	56	230	310,3%
Custos e despesas operacionais	(5)	(9)	83,2%
Custos de infraestrutura	-	-	0,0%
EBITDA (CVM 527)	51	221	332,5%
Depreciação / amortização	(0)	(8)	4199,9%
Margem EBITDA	91%	96%	5,4%
Resultado do serviço (EBIT)	51	213	318,7%
Resultado financeiro	0	(142)	-302255,3%
Tributos	1	(7)	-1520,2%
Lucro Líquido	51	64	24,2%

Endividamento e Caixa	2T20	2T21	Var.
Dívida Líquida	3.753	4.752	26,6%
Volume de dívida	4.247	5.050	18,9%
Disponibilidades	494	298	-39,7%

*Subtraído da receita líquida o capex realizado (custo de infraestrutura)

No 2T21, a receita líquida atingiu R\$ 230 milhões e os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 9 milhões. Com a entrada das SPE'S 3, 4, 5, 6, 7 e etapa final da SPE 8 (4T20), as despesas passaram a ser apropriadas no resultado. O EBITDA regulatório atingiu R\$ 221 milhões, com margem de 96%.

Comentário do Desempenho

Na tabela a seguir, apresentamos a demonstração do resultado do segmento de transmissão, do societário para o regulatório, das SPEs consolidadas pela Equatorial Transmissão⁶.

Demonstração do resultado (R\$ mil)	2T20 Regulatório	Ajustes	2T20 Societário	2T21 Regulatório	Ajustes	2T21 Societário	1S20 Regulatório	Ajustes	1S20 Societário	1S21 Regulatório	Ajustes	1S21 Societário
Receita operacional	61.897	(529.807)	591.704	254.753	129.105	383.858	105.359	1.476.561	1.581.920	460.707	518.502	979.208
Transmissão de energia	61.897	61.897	-	245.825	(245.825)	-	104.924	(104.924)	-	445.176	(445.176)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	(2.003)	2.003	-	5.298	5.298	-	2.790	2.790	-	8.017	8.017
Receita de construção	-	(352.962)	352.962	-	76.844	76.844	-	1.101.644	1.101.644	-	378.630	378.630
Operações com Transmissão de Energia Elétrica	-	(2.260)	2.260	-	-	-	-	3.249	3.249	-	-	-
Atualização ativo de contrato em serviço	-	(83.309)	83.309	-	206.811	206.811	-	162.679	162.679	-	533.984	533.984
Receita Ativo de Contrato	-	(191.436)	191.436	-	86.344	86.344	-	319.914	319.914	-	43.414	43.414
Ativo de contrato - Ganho de realização	-	40.547	(40.547)	-	-	-	-	(8.791)	(8.791)	-	-	-
Outras receitas	-	(281)	281	-	8.928	(367)	-	435	(0)	-	15.531	(367)
Deduções da receita operacional	(5.822)	52.563	(58.385)	(24.699)	46	(24.653)	(8.552)	(143.846)	(152.398)	(45.279)	(22.183)	(67.462)
Receita operacional líquida	56.074	477.245	533.319	230.054	129.151	359.205	96.807	1.332.715	1.429.522	415.428	496.319	911.746
Custo do serviço de energia elétrica	-	-	-	-	(68.716)	(68.716)	-	-	-	-	(337.498)	(337.498)
Variação da margem do ativo de contrato	-	-	-	-	(68.716)	(68.716)	-	-	-	-	(337.498)	(337.498)
Margem Bruta Operacional	56.074	477.245	533.319	230.054	60.435	290.489	96.807	1.332.715	1.429.522	415.428	158.820	574.248
Custo/despesa operacional	(5.003)	(217.765)	(222.768)	(9.168)	(43.207)	(52.375)	(6.673)	(685.758)	(692.431)	(16.313)	(220.131)	(236.444)
Pessoal	(2.726)	-	(2.726)	(3.063)	(0)	(3.063)	(3.490)	-	(3.490)	(7.460)	(0)	(7.460)
Material	(72)	-	(72)	(268)	0	(268)	(191)	-	(191)	(418)	(0)	(418)
Serviço de terceiros	(1.661)	-	(1.661)	(5.449)	(0)	(5.449)	(2.532)	-	(2.532)	(7.634)	(0)	(7.634)
Custo de construção	-	(217.765)	(217.765)	-	(43.179)	(43.179)	-	(685.758)	(685.758)	-	(220.130)	(220.130)
Outros	(544)	-	(544)	(387)	(27)	(414)	(460)	-	(460)	(801)	-	(801)
EBITDA	51.071	259.480	310.551	220.886	17.228	238.115	90.134	646.957	737.091	399.115	(61.311)	337.804
Depreciação e amortização	(182)	(153)	(29)	(7.807)	7.743	(64)	(324)	211	(113)	(15.276)	15.146	(130)
Resultado do serviço	50.890	(259.632)	310.522	213.079	24.971	238.051	89.810	647.168	736.978	383.839	(46.165)	337.674
Resultado financeiro	47	-	47	(142.013)	(0)	(142.013)	(5.919)	-	(5.919)	(198.406)	(0)	(198.406)
Receitas financeiras	766	-	766	7.052	(0)	7.052	783	-	783	7.436	(0)	7.436
Despesas financeiras	(719)	-	(719)	(149.065)	0	(149.065)	(6.702)	-	(6.702)	(205.842)	-	(205.842)
Resultado antes do imposto de renda	50.937	(259.632)	310.569	71.066	24.971	96.038	83.891	647.168	731.059	185.433	(46.165)	139.268
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(10.143)	(61)	(10.204)	-	-	-	(16.842)	-	(16.842)
Subvenção do imposto de renda	506	506	-	2.957	-	2.957	-	-	-	4.352	-	4.352
Impostos diferidos	-	112.766	(112.766)	-	(29.598)	(29.598)	-	(284.742)	(284.742)	-	(38.064)	(38.064)
Resultado do exercício	51.443	(146.360)	197.803	63.880	(4.688)	59.192	83.891	647.168	446.317	172.943	(84.229)	88.714

5.2.2 Intesa⁷

Intesa - Principais Indicadores - Regulatório (R\$ MM)	2T20	2T21	Var.
Receita líquida	37	37	1,1%
Custos e despesas operacionais	(4)	(4)	-2,2%
Custos de infraestrutura	-	-	N/A
EBITDA (CVM 527)	33	34	1,5%
Depreciação / amortização	(3)	(6)	71,2%
Margem EBITDA	89%	90%	0,4%
Margem EBITDA ajustada*	89%	90%	0,4%
Resultado do serviço (EBIT)	30	28	-6,5%
Resultado financeiro	(2)	(7)	231,7%
Tributos	(1)	(2)	131,1%
Lucro Líquido	26	18	-31,9%

Custo e endividamento	2T20	2T21	Var.
Dívida Líquida	293	431	47,0%
Volume de dívida	508	518	1,9%
Disponibilidades	215	87	-59,4%

*Subtraído da receita líquida o capex realizado (custo de infraestrutura)

⁶ Para fins de comparabilidade, o 2T21 não considera ajuste de R\$ 269 milhões, referente a ganhos e perdas na realização do ativo de contrato das transmissoras, com impacto positivo na linha de "Receita Ativo de Contrato" e negativo em "Variação da Margem do Ativo de Contrato", sem impacto no semestre.

⁷ Para fins de comparabilidade, o 2T21 não considera ajuste de R\$ 14 milhões, referente a ganhos e perdas na realização do ativo de contrato, com impacto positivo na linha de "Receita Ativo de Contrato" e negativo em "Variação da Margem do Ativo de Contrato", sem impacto no semestre.

Comentário do Desempenho

A Receita líquida da Intesa foi de R\$ 37 milhões no 2T21, em linha com o mesmo período do ano passado. Os custos e despesas operacionais também se mantiveram em linha com o observado no 2T20. O EBITDA atingiu R\$ 34 milhões no 2T21, como uma margem EBITDA de 90%, contra R\$ 34 milhões no 2T20 e uma margem de 89%.

Demonstração do resultado (R\$ mil)	2T20 Regulatório	Ajustes	2T20 Societário	2T21 Regulatório	Ajustes	2T21 Societário	1S20 Regulatório	Ajustes	1S20 Societário	1S21 Regulatório	Ajustes	1S21 Societário
Receita operacional	43.243	(5.011)	38.232	43.233	(1.065)	42.169	91.365	(13.747)	77.618	87.914	2.704	90.618
Transmissão de energia	39.786	(39.786)	-	41.654	(41.303)	351	87.659	(87.659)	-	84.775	(84.071)	704
Receita de Operação e Manutenção	-	4.386	4.386	1.910	1.910	1.910	8.865	8.865	8.865	4.757	4.757	4.757
Receita de construção	-	16.660	16.660	790	790	790	87.575	87.575	87.575	7.026	7.026	7.026
Receita Ativo de Contrato	-	35.511	35.511	36.919	36.919	36.919	70.265	70.265	70.265	73.753	73.753	73.753
Ativo de contrato - Ganho/Perda de realização	-	(20.300)	(20.300)	-	-	-	(93.249)	(93.249)	(93.249)	-	-	-
Outras receitas	3.457	(1.482)	1.975	1.579	619	2.198	3.706	456	4.162	3.139	1.238	4.378
Deduções da receita operacional	(6.168)	(2.639)	(8.807)	(5.765)	705	(5.060)	(12.541)	(5.357)	(17.898)	(11.984)	1.257	(10.727)
Receita operacional líquida	37.075	(7.650)	29.425	37.468	(359)	37.109	78.824	(19.104)	59.720	75.929	3.962	79.891
Custo do serviço de energia elétrica	-	-	-	-	(9.251)	(9.251)	-	-	-	-	(22.893)	(22.893)
Variação da margem do ativo de contrato	-	-	-	-	(9.251)	(9.251)	-	-	-	-	(22.893)	(22.893)
Margem Bruta Operacional	37.075	(7.650)	29.425	37.468	(9.610)	27.858	78.824	(19.104)	59.720	75.929	(18.931)	56.998
Custo/despesa operacional	(3.996)	(7.715)	(11.711)	(3.908)	(351)	(4.259)	(8.143)	(40.554)	(48.697)	(7.354)	(3.127)	(10.481)
Pessoal	(844)	-	(844)	(972)	-	(972)	(1.668)	-	(1.668)	(2.562)	-	(2.562)
Material	(155)	-	(155)	(173)	-	(173)	(172)	-	(172)	(198)	-	(198)
Serviço de terceiros	(3.396)	-	(3.396)	(2.351)	-	(2.351)	(7.026)	-	(7.026)	(4.211)	-	(4.211)
Custo de construção	-	(7.715)	(7.715)	-	(351)	(351)	-	(40.554)	(40.554)	-	(3.127)	(3.127)
Outros	399	-	399	(412)	-	(412)	723	-	723	(383)	-	(383)
EBITDA	33.079	(15.365)	17.714	33.560	(9.962)	23.598	70.681	(59.658)	11.023	68.576	(22.059)	46.517
Depreciação e amortização	(3.381)	5.157	1.776	(5.790)	5.691	(98)	(8.596)	10.399	1.803	(11.580)	11.465	(115)
Resultado do serviço	29.698	(10.208)	19.490	27.770	(4.270)	23.500	62.085	(49.259)	12.826	56.996	(10.594)	46.402
Resultado financeiro	(2.225)	-	(2.225)	(7.384)	-	(7.384)	(8.261)	-	(8.261)	(14.263)	-	(14.263)
Receitas financeiras	1.991	-	1.991	564	-	564	4.144	-	4.144	758	-	758
Despesas financeiras	(4.216)	-	(4.216)	(7.948)	-	(7.948)	(12.405)	-	(12.405)	(15.021)	-	(15.021)
Resultado antes do imposto de renda	27.473	(10.208)	17.265	20.386	(4.270)	16.116	53.825	(49.259)	4.566	42.733	(10.594)	32.139
Imposto de renda e contribuição social	(3.548)	(2.324)	(5.872)	(5.449)	(24)	(5.473)	(3.794)	2.220	(1.574)	(10.362)	(553)	(10.915)
Subvenção do imposto de renda	2.512	-	2.512	3.055	-	3.055	2.512	-	2.512	5.870	-	5.870
Resultado do exercício	26.437	(12.532)	13.905	17.992	(4.294)	13.698	52.543	(47.039)	5.504	38.241	(11.147)	27.094

6. Destaques Regulatórios

6.1 Revisão Tarifária - Transmissão

Concessionária	Contrato	Assinatura do Contrato	1ª Revisão	2ª Revisão	3ª Revisão	4ª Revisão
SPE 1	07/2017	10/02/2017	01/07/2022	01/07/2027	01/07/2032	01/07/2037
SPE 2	08/2017	10/02/2017	01/07/2022	01/07/2027	01/07/2032	01/07/2037
SPE 3	10/2017	10/02/2017	01/07/2022	01/07/2027	01/07/2032	01/07/2037
SPE 4	12/2017	10/02/2017	01/07/2022	01/07/2027	01/07/2032	01/07/2037
SPE 5	13/2017	10/02/2017	01/07/2022	01/07/2027	01/07/2032	01/07/2037
SPE 6	14/2017	10/02/2017	01/07/2022	01/07/2027	01/07/2032	01/07/2037
SPE 7	20/2017	10/02/2017	01/07/2022	01/07/2027	01/07/2032	01/07/2037
SPE 8	48/2017	21/07/2017	01/07/2023	01/07/2028	01/07/2033	01/07/2038
Intesa (Reforços)	02/2006	27/04/2006	01/07/2020	* 01/07/2024	01/07/2029	01/07/2034

*A data da 1ª revisão dos reforços da Intesa era, originalmente, 01/07/2019, mas foi postergada pela ANEEL e teve seus efeitos retroativos válidos a partir de 01/07/2020. Importante salientar que a receita do projeto original da Intesa sofrerá redução de 50% em 2024.

Comentário do Desempenho

6.2 Processos Tarifários – Distribuição

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Alagoas

Em 27 de abril, a Agência Nacional de Energia Elétrica, em reunião de Diretoria, homologou o Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Equatorial Alagoas, com efeito médio a ser percebido pelo consumidor de 8,62%, já considerado o efeito líquido da inclusão e exclusão dos Componentes Financeiros na tarifa (-11,22%). Como resultado, a parcela B da Equatorial Alagoas teve um reajuste positivo de 6,7% quando comparada à vigente no último ano tarifário, principalmente influenciada pelo IPCA do período de referência que foi de 6,91% e pelo Fator X de -0,52%, o que representa 2,45% do efeito médio percebido sobre a parcela B. Com isto, a Parcela B homologada alcançou o valor de R\$ 703,7 milhões.

O Reajuste aprovado contou com algumas medidas que ajudaram a manter a modicidade tarifária, como reversão dos saldos não utilizados da Conta Covid, a utilização dos créditos de ICMS na base de PIS/COFINS, o reperfilamento dos custos da RBSE e o diferimento da Rede Básica, sendo este último um diferimento de Parcela A.

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Pará

Em 06 de agosto, a Agência Nacional de Energia Elétrica, em reunião de Diretoria, homologou o reajuste anual das tarifas da Equatorial Pará. O Reajuste Tarifário Anual (RTA) foi estabelecido pela ANEEL com efeito médio a ser percebido pelo consumidor de 9,01%. Já a parcela B teve um reajuste de 34,0% quando comparada à Parcela B vigente no último ano tarifário, influenciada pelo IGP-M do período de referência que foi de 33,75%, menos o Fator X de -0,29%. Com isto a Parcela B homologada alcançou o valor de R\$ 2.927 milhões.

Diante do cenário socioeconômico decorrente da pandemia de Covid-19, foram adotados mecanismos para mitigar parte do aumento tarifário. Esses mecanismos foram incorporados ao presente processo tarifário na forma de componentes financeiros negativos, como: reversão dos recursos da Conta-Covid, reversão de Receitas para a Modicidade Tarifária, Reversão Antecipada de Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos – UDER e utilização dos saldos de Créditos de PIS/COFINS.

Distribuidora	Efeito Médio Percebido pelos Consumidores (%)	Início da Vigência	Processo
Equatorial Maranhão	-0,01%	20/08/2020	Reajuste Tarifário Anual
Equatorial Pará	9,01%	07/08/2021	Reajuste Tarifário Anual
Equatorial Piauí	3,48%	02/12/2020	Reajuste Tarifário Anual
Equatorial Alagoas	8,62%	03/05/2021	Reajuste Tarifário Anual

6.3 Base de Remuneração

Distribuidora	Base de Remuneração Líquida (R\$ Milhões)			Data da Revisão Tarifária	
	3º Ciclo (Base antes da privatização para AL e PI)	4º Ciclo	5º Ciclo (1º Ciclo para PI e AL)	Última Revisão	Próxima Revisão
Equatorial Maranhão	2.069	3.309		ago/17	ago/21
Equatorial Pará	1.472	3.090	5.047	ago/19	ago/23
Equatorial Piauí*	318	-	1.671	-	dez/23
Equatorial Alagoas**	444	-	1.354	-	mai/24

* Na Equatorial Piauí, ocorreu ressarcimento das sobras físicas homologadas na RTE realizada em dezembro de 2020, no montante de R\$ 392 milhões. Sem este ressarcimento a nova base seria de R\$ 2.063 milhões.

** Na Equatorial Alagoas, a RTE foi aprovada em abril, com uma Base de Remuneração Líquida no valor aprovado de R\$ 1,354 bilhões.

Comentário do Desempenho

6.4 Parcela B

Distribuidora	Parcela B (R\$ Milhões)			
	VPB ₁ A-1	VPB ₁ A0	Var. %	Início da vigência
Maranhão	1.473	1.641	11,4%	ago/20
Pará	2.184	2.927	34,0%	ago/21
Piauí	498	847	70,1%	dez/20
Alagoas	666	704	5,7%	mai/21
TOTAL	4.821	6.119	26,9%	

Comentário do Desempenho

6.5 Ativos e Passivos Regulatórios

Ativos regulatórios	30/06/2021			
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
Constituição CVAs	263.746	268.039	156.889	59.211
<i>CDE</i>	14.879	14.660	11.217	1.617
<i>Proinfa</i>	5.724	7.242	3.386	44
<i>ESS</i>	62.651	84.455	43.502	7.216
<i>Rede básica</i>	44.530	72.439	35.086	20.281
<i>Compra de energia</i>	135.962	89.243	63.697	29.589
<i>Outros</i>				464
Amortização CVAs	2.770	17.404	34.348	533.183
<i>CDE</i>	938	912	143	3.839
<i>Proinfa</i>		-	72	14.881
<i>ESS</i>	280	6.664	-	89
<i>Energia RTE</i>		-		194.356
<i>Rede básica</i>	1540	1.632	9.573	320.018
<i>Compra de energia</i>	12	8.196	24.560	
Neutralidade parc. A			-	66.628
Sobrecontratação		1.103		40.070
Outros ativos regulatórios	26.455	26.363	55.127	72.535
<i>Outros</i>	25154	26.363	25.670	72.535
<i>Sobrecontratação</i>	1301		29.457	
Saldo final	292.971	312.909	246.364	771.627
		0		
Passivos regulatórios	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
Constituição CVAs	(28.496)	(23.091)	(9.474)	(78.040)
<i>Compra de energia</i>	(14.965)		(8.017)	(4.416)
<i>ESS</i>	(13.531)	(16.243)	(1.457)	(3.290)
<i>Neutralidade parc. A</i>		(6.848)		(2.096)
<i>Outros</i>				(60.515)
<i>Sobrecontratação</i>				(7.723)
Amortização CVAs	(12.411)	(8.398)	(30.486)	(195.601)
<i>Rede básica</i>	(8)	(54)	(114)	(195.097)
<i>Compra de energia</i>	(1.134)	(695)	(27)	
<i>CDE</i>		-	(4.294)	
<i>ESS</i>	(10.277)	(6.786)	(23.680)	(503)
<i>Proinfa</i>	(992)	(662)	(2.372)	
Neutralidade parc. A	(2.029)	(201)	(4.444)	-
Outros ativos regulatórios	(307.203)	(284.482)	(272.617)	(325.197)
<i>Outros</i>	(303.000)	(284.482)	(255.352)	(325.197)
Sobrecontratação	(4.203)	(85.866)	(17.266)	
<i>Devolução PIS/COFINS</i>				(121.741)
Saldo final	(350.139)	(401.837)	(317.021)	(720.579)
Ativos / passivos reg. líquidos	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
Ativos regulatórios	292.971	312.909	246.364	771.627
Passivos regulatórios	(350.139)	(401.837)	(317.021)	(720.579)
Ativo Regulatório Líquido (p/ Dívida Líquida)	(57.168)	(88.928)	(70.657)	51.048
Rec. ult. demanda / energia reativa	(53.971)	(175.917)	(7.110)	(9.886)
Ativo regulatório líquido	(111.139)	(264.845)	(77.767)	41.162

Comentário do Desempenho

7. Endividamento

7.1 – Endividamento Consolidado

Em 30 de junho de 2021, a dívida bruta consolidada, considerando encargos, credores financeiros da recuperação judicial (líquido de ajuste a valor presente) e debêntures, atingiu R\$ 18.723 milhões, aumento de 4% em relação ao trimestre anterior. Para abertura mais detalhada da dívida, vide website de RI – Informações Financeiras – Dados Operacionais e Financeiros.

Endividamento (100% de consolidação)

	Indexador	Spread	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2034	2035 a 2044	2044 a 2049	Total
Moeda Nacional												
Pará	% do CDI	111,8% a 115,7%	481	492	321	-	-	-	-	-	-	1.295
	CDI+	+ 1,0% a + 1,3%	8	-	1.000	-	-	-	-	-	-	1.008
	IPCA	+ 4,8% a + 8,0%	350	225	343	228	195	195	307	40	-	1.884
	IGP-M	+ 1,0%	8	-	-	-	-	-	370	-	-	377
	Pré-fixado (R\$)	1% a 10% aa	24	34	32	36	34	25	676	-	-	861
	AVP/Custo de Captação	0,0% aa	(2)	(31)	(20)	(19)	(19)	(19)	(134)	(2)	-	247
Equatorial Pará (Total)			869	720	1.676	245	209	201	1.219	38	-	5.178
Moeda Nacional												
Maranhão	% do CDI	106% a 107%	5	500	-	-	-	-	-	-	-	505
	CDI +	+ 1,0% a + 3,7%	3	2	1	162	162	-	-	-	-	329
	IPCA	+ 3,0% a + 5,5%	249	95	226	81	81	81	307	37	-	1.156
	SELIC	+ 2,8%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TJLP	+ 2,3% a + 2,8%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pré-fixado (R\$)	6,0% aa	1	3	3	3	2	-	-	-	-	12
AVP/Custo de Captação	0%	(2)	(3)	(2)	(0)	(0)	(0)	(2)	(1)	-	10	
Equatorial Maranhão (Total)			256	597	228	245	245	81	305	36	-	1.992
Moeda Nacional												
Piauí	% do CDI	109,8% a 119,5%	444	457	80	102	-	-	-	-	0	1.083
	CDI+	+1% +1,1%	10	312	617	200	132	132	-	-	0	1.404
	IPCA	+0,5% a +3,9%	23	46	44	51	49	38	218	131	0	601
	SELIC	+ 0,5%	33	44	10	-	-	-	-	-	-	87
	Pré-fixado (R\$)	+5,0%	-	-	-	39	39	39	313	398	151	981
	AVP/Custo de Captação	0%	(0)	(23)	(34)	(22)	(22)	(22)	(179)	(224)	-86	614
Equatorial Piauí (Total)			510	836	718	370	199	188	351	305	65	3.542
Moeda Nacional												
Alagoas	% do CDI	100% a 124,85%	180	360	330	391	-	-	-	-	-	1.262
	CDI+	+1,0%	-	4	250	-	-	-	-	-	-	254
	IPCA	+3,9%	7	13	13	18	18	18	146	91	-	324
	SELIC	+ 0,5%	12	11	5	0	-	-	-	-	-	27
	Pré-fixado (R\$)	5,0% aa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	AVP/Custo de Captação	0%	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	0
Equatorial Alagoas (Total)			199	388	598	409	18	18	145	91	-	1.867
Moeda Nacional												
Equatorial Transmissão	IPCA	+1,6% a 5,3%	80	106	211	224	297	299	2.461	1.415	-	5.092
	AVP/Custo de Captação	0%	(1)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(20)	(8)	-	42
	Equatorial Transmissão (Total)			79	103	208	221	294	296	2.442	1.407	-
Moeda Nacional												
Intesa	% do CDI	109%	2	-	-	250	-	-	-	-	-	252
	CDI+	+ 1,1% a 2,2%	2	-	-	-	-	150	-	-	-	152
	IPCA+	+ 5,4%	4	-	38	38	38	-	-	-	-	117
	AVP/Custo de Captação	0%	(0)	(1)	(1)	(1)	(1)	(0)	-	-	-	3
	Intesa (Total)			8	1	37	287	37	150	-	-	-
Moeda Nacional												
Equatorial Energia	CDI+	+1,3% a 1,6%	5	-	-	448	-	-	-	-	-	453
	IPCA	+ 5,8%	4	-	61	61	-	-	-	-	-	127
	AVP/Custo de Captação	0%	(1)	(1)	(1)	(1)	-	-	-	-	-	4
Equatorial Energia (Total)			9	(1)	60	509	-	-	-	-	-	577
Equatorial Consolidado			1.929	2.642	3.525	2.286	1.002	934	4.463	1.877	65	18.723

Comentário do Desempenho

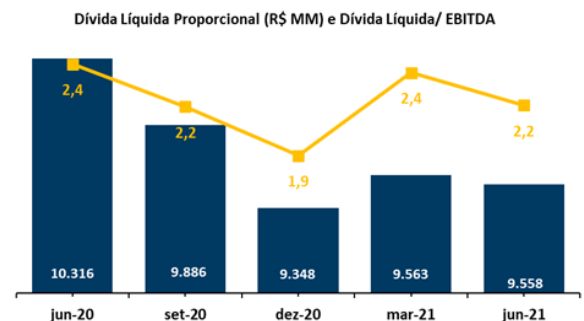
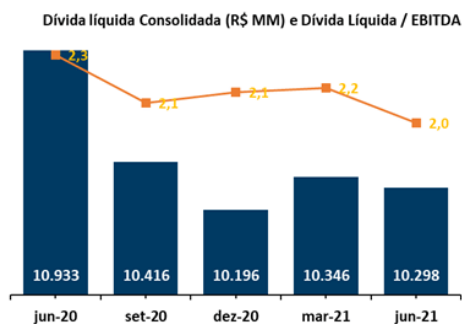
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Equatorial Energia	Equatorial Transmissão	Intesa	55 Soluções	Equatorial Distribuição	Consolidado
Dívida bruta	1.991.925	5.178.393	3.541.530	1.867.070	576.531	5.049.939	517.879	-	-	18.723.267
Disponibilidades	1.240.304	2.889.175	1.454.883	912.572	1.225.745	335.824	87.205	86.955	1.016	8.233.679
Ativo reg. líquido	(111.139)	(264.845)	(77.767)	41.162	-	-	-	-	-	(412.589)
Sub rogação CCC	-	91.688	-	-	-	-	-	-	-	91.688
Ativos financeiros sobras fisi	0	0	350.023	30.508	-	0	0	-	-	380.531
Dep. Judicial de bancos	-	7.975	-	-	-	-	-	-	-	7.975
Swap	(39.876)	242.218	15.821	-	(94.528)	-	-	-	-	123.635
Dívida líquida	902.636	2.212.182	1.798.569	882.828	(554.686)	4.714.115	430.674	(86.955)	(1.016)	10.298.347
Part. EQTL	58,6%	86,9%	94,5%	96,4%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Dívida Líquida (Proporcional)	528.854	1.921.280	1.699.648	850.782	(554.686)	4.714.115	430.674	(86.955)	(1.016)	9.502.696

A dívida bruta da **Geramar** não é consolidada na Equatorial. O saldo da dívida bruta da Geramar no 2T21, ajustada pela participação da Equatorial, de 25%, era de R\$ 51 milhões.

	Indexador	Spread	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2034	2035 a 2044	2044 a 2049	Total
Geramar	TJLP	+ 1,0%	6	10	10	10	-	-	-	-	-	36
	Pré fixado (R\$)	8,5% a.a.	1	2	2	2	2	2	-	-	-	11
	SELIC	+ 3,3%	1	3	1	-	-	-	-	-	-	5
	Geramar (Total)		8	15	13	12	2	2	-	-	-	51

A dívida líquida consolidada da Equatorial no 2T21, totalizava R\$ 10,3 bilhões, implicando numa relação dívida líquida/EBITDA de 2,0x.

A dívida líquida ajustada pelas participações da Equatorial em suas controladas totalizava, em 30 de junho de 2021, R\$ 9,6 bilhões, resultando em uma relação dívida líquida/EBITDA proporcional de 2,2x, conforme demonstrado a seguir.



7.2 – Captações Relevantes

Ao longo do 2T21 e até a elaboração deste relatório, o grupo realizou as seguintes liberações de dívidas/financiamentos.

Empresa	Contraparte	Data da Liquidação	Valor (R\$ mil)	Prazo	Pagamento de Juros	Amortização
EQTL TRANSMISSÃO	DEBÊNTURES	06/04/2021	800.000	15 anos	Semestral	Anual
EQTL PARÁ	MLA - 2ª TRANCHE	08/04/2021	97.657	-	-	-
SPE 5	MÚTUO (EQTL PA)	15/04/2021	10.000	2 anos	Bullet	Bullet
EQTL PIAUI	4131 SCOTIABANK	26/04/2021	300.000	5 anos	Semestral	4º e 5º ano
EQTL PARÁ	BNDES	10/06/2021	70.025	20 anos	Mensal	Mensal
EQTL PIAUÍ	BNDES	29/06/2021	19.235	20 anos	Mensal	Mensal
SPE 3	MÚTUO (EQTL)	15/07/2021	15.000	2 anos	Bullet	Bullet
EQTL MARANHÃO	BNDES	29/07/2021	145.000	20 anos	Mensal	Mensal
EQTL PIAUI	BNDES	29/07/2021	110.000	20 anos	Mensal	Mensal
CEEE-D	L31 - Bank of Americ	29/07/2021	250.000	2 anos	Trimestral	Bullet
SPE 8	FDA	30/07/2021	64.350	20 anos	Semestral	Semestral
			1.881.267			

Comentário do Desempenho

8. Investimentos

As informações relativas aos Investimentos realizados no período consideram 100% de Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Intesa, Equatorial Transmissão e 25% da Geramar.

Investimentos (R\$MM)	2T20	2T21	Var.%	1S20	1S21	Var.%
Maranhão						
Ativos elétricos	96	59	-38,8%	197	182	-7,8%
Obrigações especiais	17	7	-61,9%	31	14	-56,2%
Ativos não elétricos	17	7	-58,0%	36	14	-62,2%
Total	130	72	-44,4%	265	209	-20,9%
Pará						
Ativos elétricos	100	165	65,5%	201	305	51,7%
Obrigações especiais	27	55	102,5%	70	85	20,6%
Ativos não elétricos	10	3	-70,1%	26	19	-24,9%
Total	137	223	63,4%	297	409	37,7%
Piauí						
Ativos elétricos	71	51	-27,9%	118	105	-10,6%
Obrigações especiais	17	15	-15,6%	32	23	-28,6%
Ativos não elétricos	7	8	9,2%	20	22	14,9%
Total	95	73	-22,9%	169	151	-11,1%
Alagoas						
Ativos elétricos	42	53	27,4%	72	91	27,0%
Obrigações especiais	-	-	N/A	-	-	N/A
Ativos não elétricos	3	6	83,2%	7	17	135,6%
Total	45	59	31,3%	79	108	36,7%
Total Equatorial Distribuição	407	428	5,1%	810	877	8,2%
Geramar						
Geração	3	1	-64,3%	3		100,0%
Equatorial Transmissão						
Projeto	179	43	-75,9%	581	221	-61,9%
Intesa	12	1	-90,1%	21	4	-79,4%
Total Equatorial	601	473	-21,3%	1.167	844	-27,7%

Desde o início dos projetos da Equatorial Transmissão, em 2017, de forma acumulada, já foram investidos aproximadamente R\$ 5,22 bilhões. A redução dos investimentos em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior demonstra que já estamos em fase final de implementação dos projetos de transmissão. Quanto ao segmento de distribuição houve aceleração dos investimentos, na maioria das distribuidoras, a despeito pandemia de Covid-19.

Comentário do Desempenho

9. Mercado de Capitais

Dados de Mercados	jun/20	jun/21	Var. %
Enterprise Value (EV - R\$ milhões) ¹	34.793	34.618	-0,5%
Valor de Mercado (R\$ milhões)	23.459	25.061	6,8%
ADTV90 (R\$ milhões) ²	169	183	8,3%
EQTL3 (ON) (R\$/ação)	23,32	24,80	6,3%

¹EV = Valor de Mercado + Dívida Líquida Proporcional

²ADTV = Volume Médio Diário de Negociação

Em 4 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou Programa de Recompra de Ações com o objetivo de maximizar a geração de valor para seus acionistas, por meio da aquisição para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução de capital social. A operação foi aprovada limitada a quantidade de 50.110.056 ações, o equivalente a 5,0% das ações em circulação, com duração máxima de 18 meses. Até 30 de junho, 28.421.100 ações haviam sido adquiridas no âmbito do programa.

10. Serviços Prestados pelo Auditor Independente

A Companhia não contratou da Ernst & Young Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: i) dados operacionais da Equatorial Distribuição Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas (incluindo aqueles relacionados ao Programa Luz para Todos (PLPT)); ii) informações financeiras pró-forma, bem como a comparação destas informações com os resultados societários do período; e iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro das companhias.

Aviso

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “estima” ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Comentário do Desempenho

Critérios contábeis adotados:

As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório representam 100% do resultado da Equatorial Maranhão, 100% da Equatorial Pará, 100% da Equatorial Piauí, 100% da Equatorial Alagoas, 100% da Equatorial Transmissão, 100% da Intesa e 100% da 55 Soluções.

As informações operacionais consolidadas representam 100% dos resultados da Equatorial Maranhão, 100% da Equatorial Pará, 100% da Equatorial Piauí e da Equatorial Alagoas e 100% da 55 Soluções.

Comentário do Desempenho

Anexo 1 – Resultado Gerencial da Operação do Sistema Isolado na Equatorial Pará (R\$ MM)

SISTEMAS ISOLADOS	2T20	2T21	Var.%	1S20	1S21	Var.%
RECEITAS / REEMBOLSOS	99	117	17,8%	211	221	4,6%
Subvenção CCC	70	91	31,4%	150	171	14,1%
Receita de ACR	22	17	-22,5%	45	34	-25,4%
(-)C F PIS/COFINS	7	8	12,5%	16	16	0,2%
CUSTOS / DESPESAS	(99)	(120)	-20,8%	(213)	(224)	-5,3%
Serviço de terceiros	(3)	(3)	-5,6%	(4)	(5)	-9,0%
Contratação de energia e potência - SI	(96)	(117)	-21,2%	(208)	(219)	-5,2%
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO SISTEMA ISOLADO	0	(2)	748,3%	(2)	(3)	-95,7%
Energia Injetada (GWh)	73	68	-6,3%	147	131	-10,5%

Anexo 2 – Apuração de IRPJ e CSLL nas Distribuidoras (R\$ MM)

IRPJ / CSLL R\$ Milhões	2T21				1S21			
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
LAIR (a)	152	261	116	186	478	432	206	256
Despesas IRPJ / CSLL	(35)	(51)	(3)	(14)	(87)	(98)	(25)	(20)
(+) Ativo Fiscal Diferido	0	(14)	(13)	-	21	29	7	-
(=) Imposto Calculado	(35)	(65)	(16)	(14)	(66)	(69)	(18)	(20)
(=) Imposto Caixa (b)	(35)	(65)	(16)	(14)	(66)	(69)	(18)	(20)
(b/a) Taxa Efetiva	22,9%	25,1%	13,9%	7,6%	14%	16%	9%	8%
Lucro Real	209	300	108	126	374	48	143	180
Taxa Efetiva sobre Lucro Real	16,6%	21,8%	14,9%	11,2%	17,6%	142,2%	12,7%	11,0%
IRPJ / CSLL R\$ Milhões	2T20				1S20			
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas
LAIR (a)	152	121	20	36	318	317	45	69
Despesas IRPJ / CSLL	(22)	(22)	-	2	(49)	(109)	-	2
(+) Ativo Fiscal Diferido	(8)	15	-	(35)	(4)	101	-	(35)
(=) Imposto Calculado	(30)	(7)	-	(32)	(54)	(7)	-	(33)
(=) Imposto Caixa (b)	(30)	(7)	-	(32)	(54)	(7)	-	(33)
(b/a) Taxa Efetiva	19,8%	6,1%	0,0%	89,2%	17%	2%	0%	47%
Lucro Real	158	78	(0)	117	336	78	(41)	335
Taxa Efetiva sobre Lucro Real	19,0%	9,5%	0,0%	27,8%	16,0%	9,5%	0,0%	9,7%

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Pará”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.245.871 km²(*), atendendo, em 30 de junho de 2021, 2.770.523(*) consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da B3.

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre, não revisado.

1.1 Impactos da Covid-19

Em março de 2020, foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, autorizou a flexibilização até 30 de junho de 2020 de algumas obrigações do contrato de concessão, tais como vedação a suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras, que abrange clientes residenciais e serviços essenciais. Em 21 de julho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 891/2020, suspendendo a vedação do corte por motivo de inadimplência, com exceção dos consumidores da classe de consumo Baixa Renda, que mantiveram-se protegidos pela cláusula de proibição ao corte até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme Decreto Legislativo nº 6.

Em 01 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 928/2021 que novamente estabeleceu medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da Covid-19 e revogou as Resoluções Normativas nº 878, 886 e 891. Com essa resolução, ficou novamente vedada a suspensão de fornecimento por inadimplemento para alguns casos, como por exemplo, das unidades consumidoras das subclasses residenciais baixa renda e onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica. Essas medidas estariam vigentes até 30 de julho de 2021, porém com a publicação da Resolução Normativa nº 936/2021, realizada em 15 de junho de 2021, foram prorrogadas por mais 90 dias.

A Companhia apresenta abaixo os principais efeitos financeiros e econômicos da Covid-19 e continua monitorando a evolução da situação e seus impactos. Por ser uma Companhia regulada, tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão.

A Companhia tomou diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens nacionais e internacionais, adoção de *home office* e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimentos remotos, dentre outras. A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre os efeitos pode-se citar:

Foco nos colaboradores:

- (i) Criação de um Comitê de Crise com o objetivo de monitorar os efeitos da crise bem como avaliar medidas a serem tomadas para minimizar tais impactos nos negócios da Companhia;
- (ii) Aplicação de regime de *home office* para todos os trabalhadores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
- (iii) Para as áreas que realizavam suas atividades em centros de operações, houve uma reavaliação do espaçamento e ajuste nas posições de trabalho, de forma a garantir a distância adequada e evitar aglomerações;
- (iv) Suspensão de reuniões e treinamentos presenciais, partindo para videoconferência;
- (v) Distribuição de *kit* de higienização para veículo e *kit* de higienização pessoal para os colaboradores que atuam em campo;
- (vi) Disponibilização de máscaras para os colaboradores atuando nas unidades e em campo;
- (vii) Verificação de temperatura corpórea dos colaboradores;
- (viii) Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceto em casos de extrema necessidade;
- (ix) Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, obedecendo as orientações da OMS e Ministério da Saúde; e
- (x) Implantação da telemedicina ocupacional na Companhia.

Foco nos negócios:

- (i) Reavaliação dos gastos gerenciáveis e dos investimentos na distribuição para o ano corrente em função do cenário de pandemia;
- (ii) Ampliação dos serviços disponibilizados pelos canais digitais, com destaque para implantação do pagamento pelo cartão de crédito no *website* da Companhia e possibilidade de cadastramento do consumidor de baixa renda pelo canal de atendimento via aplicativo *WhatsApp*;
- (iii) Lançamento de campanha de adimplência para os consumidores, com sorteio de vale compras, vale energia e um carro no período de um ano.
- (iv) Fornecimento e perdas de energia: No segundo trimestre de 2021, houve redução de perda não técnica em torno de 28 GWh (decorrente da diferença entre energia fornecida e faturada) se comparado ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, houve aumento de 13,2% no fornecimento de energia, considerando os mercados cativo e livre, que corresponde a um incremento de aproximadamente 269 GWh no período, afetado, principalmente, por condições climáticas atípicas para o período com anomalias de precipitação em -9,1% (-116,4 mm) resultantes de chuvas abaixo da média histórica;
- (v) Sobrecontração: A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 99,15%. Para recomposição do lastro contratual, a Companhia participou do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD, promovido pela CCEE, realizado em junho de 2021; e

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- (vi) Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD): Em 15 de junho de 2021, a ANEEL prorrogou o impedimento de suspensão de fornecimento de energia até 30 de setembro de 2021, que abrange exclusivamente os clientes baixa renda, através da Resolução nº 936/2021. Como forma de mitigar os impactos decorrente desta medida, a Companhia implementou ações de modo a aumentar a eficiência do seu processo de cobrança, tais como: envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e facilidade de acesso às negociações por meio digital. Essas ações de cobrança contribuíram para a redução da inadimplência no primeiro semestre de 2021, mantendo a PECLD em patamares históricos.

1.2 Conta-Covid

Para aliviar parcialmente os impactos financeiros sofridos pelas distribuidoras por conta da pandemia, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 885/2020 que estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta-Covid, destinada a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas de distribuidoras, criada pelo Decreto 10.350 de 2020. A Conta-Covid visa antecipar recursos financeiros para as distribuidoras via o mecanismo tarifário. Os seguintes itens foram considerados nos valores a serem antecipados: (i) sobrecontratação de energia; (ii) saldo de CVA em constituição, a serem constituídos e não amortizados reconhecida no processo tarifário anterior à publicação da Resolução; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação, até 30 de junho de 2020, da aplicação dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras homologados até essa data; (v) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no processo tarifário anterior à publicação da Resolução; e (vi) antecipação de itens relativos à Parcela B.

Em 03 de julho de 2020, a Companhia aderiu à Conta-Covid e com essa adesão são aplicadas algumas restrições às distribuidoras, sendo elas: (i) vedação de requerimentos de suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica com fundamento na diminuição do consumo devido à pandemia, verificada até dezembro de 2020; (ii) limitação, no caso de inadimplemento intrassetorial, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ao percentual mínimo legal de 25% do lucro líquido, preservada a constituição das reservas legal e para contingências; e (iii) renúncia ao direito de discutir, no âmbito judicial ou arbitral, as condições, procedimentos e obrigações estabelecidas nos preceitos legais e regulamentares sobre a Conta-Covid. Contudo, é preservado o direito de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro.

Até 30 de junho de 2021, conforme os Despachos 2.177/2020, 2.353/2020, 2.640/2020, 3.490/2020 e 046/2021 publicados pela ANEEL, a Companhia recebeu o montante de R\$ 524.218 da Conta-Covid, sendo:

	31/07/2020	12/08/2020	14/09/2020	14/12/2020	12/01/2021	Total
Valor recebido	284.511	30.622	785	89.680	118.620	524.218

A Companhia concluiu que o repasse da Conta-Covid é uma amortização diretamente pelo poder concedente, através da CCEE, de parcelas que, em situações normais, seriam recebidas posteriormente via tarifa após incluídas nos reajustes tarifários.

Desta forma, via antecipação da parcela A e itens financeiros, a Companhia registrou acréscimo de caixa contra o recebimento do ativo financeiro setorial ou constituição de passivo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE. No caso dos passivos financeiros setoriais, esses serão amortizados quando do repasse dos efeitos da parcela A para o consumidor nos reajustes tarifários.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Vale lembrar que a Companhia trabalha com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de junho de 2021 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB.*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 10 de agosto de 2021.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

Essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com a nota explicativa nº 4 – Principais políticas contábeis, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	30.586	37.473
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	697.654	391.764
Operações compromissadas	289.164	312.983
Fundo de investimento (Exclusivo) (a)		
Operações compromissadas	15.516	196.339
Cotas fundos de investimentos	-	18.077
Certificado de Depósito Bancário – CDB	129.334	-
Títulos públicos	27.679	-
Fundo de investimento aberto (b)	53.607	961
Subtotal de equivalentes de caixa	1.212.954	920.124
Total	1.243.540	957.597

- (a) Referem-se a fundos de investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do Patrimônio Líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) /IAS 7 - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Operações Compromissadas e Títulos Públicos. Estes fundos são utilizados no fluxo financeiro de curto prazo da Companhia, não constituindo em aplicações de médio ou longo prazos, nem estão sujeitos a significantes variações no valor, sendo prontamente conversíveis em caixa e equivalentes conforme CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada acumulada no período da carteira, no período findo em 30 de junho de 2021, equivale a 99,54% do CDI (96,20% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

5 Aplicações financeiras

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Fundos de investimentos (Exclusivo) (a)		
Cotas de fundos de investimento	1.187.558	1.215.133
Títulos públicos	223.965	167.262
Fundo aberto (b)	<u>209.399</u>	<u>113.873</u>
Total circulante	<u>1.620.922</u>	<u>1.496.268</u>
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários (c)	<u>24.713</u>	<u>24.471</u>
Total não circulante	<u>24.713</u>	<u>24.471</u>
Total	<u><u>1.645.635</u></u>	<u><u>1.520.739</u></u>

- (a) Os fundos de investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), operações compromissadas, títulos públicos e depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (c) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada acumulado no período da carteira, no período findo em 30 de junho de 2021, equivale a 100,04% do CDI (90,73% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes**6.1 Composição dos saldos**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Residencial	1.041.017	1.007.621
Industrial	151.413	153.047
Comercial	300.243	295.008
Rural	138.909	129.031
Poder público	87.033	70.741
Iluminação pública	19.474	23.998
Serviço público	32.981	30.672
Contas a receber de consumidores faturados	<u>1.771.070</u>	<u>1.710.118</u>
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	<u>183.619</u>	<u>180.658</u>
Residencial	902.912	899.928
Industrial	52.135	54.289
Comercial	124.540	139.834
Rural	52.080	50.210
Poder público	71.171	73.335
Iluminação pública	17.567	14.907
Serviço público	45.684	49.620
Parcelamentos (b)	<u>1.266.089</u>	<u>1.282.123</u>
Baixa renda e Viva luz (c)	45.969	43.821
Outras	130.438	125.310
Subtotal	<u>3.397.185</u>	<u>3.342.030</u>
(-) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	<u>(1.554.996)</u>	<u>(1.480.468)</u>
Total	<u><u>1.842.189</u></u>	<u><u>1.861.562</u></u>
Circulante	1.505.243	1.513.118
Não circulante (d)	336.946	348.444

- (a) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o período de encerramento contábil;
- (b) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m.. Os valores dos juros são reconhecidos no recebimento da parcela, por isso não há necessidade de aplicação do ajuste a valor presente.
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) Os parcelamentos a vencer a partir de julho de 2022, no valor de R\$ 442.975 (R\$ 459.182 em 31 de dezembro de 2020) e respectivo ajuste a valor presente - AVP, no valor de R\$ 19.510 (R\$ 19.394 em 31 de dezembro de 2020), estão classificados no ativo não circulante e apresentados líquidos de perdas esperadas para redução ao valor recuperável, no montante de R\$ 125.539 (R\$ 130.132 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

6.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

	31/12/2020	Provisões (a)	Reversões (baixas) (a)	30/06/2021
Contas a receber de consumidores faturados	835.114	54.893	(4.962)	885.045
Parcelamentos	588.501	20.398	(6.089)	602.810
Contas a receber de consumidores não faturados	11.472	11.660	(11.472)	11.660
Outras	45.381	58.833	(48.733)	55.481
Total	1.480.468	145.784	(71.256)	1.554.996

	31/12/2019	Provisões	Reversões (baixas)	30/06/2020
Contas a receber de consumidores faturados	728.078	96.107	(23.987)	800.198
Parcelamentos	488.517	36.333	(2.000)	522.850
Contas a receber de consumidores não faturados	18.912	18.777	(18.912)	18.777
Outras	16.109	46.972	(18.643)	44.438
Total	1.251.616	198.189	(63.542)	1.386.263

- (a) O efeito líquido no período findo em 30 de junho de 2021, referente à provisão e reversão de provisão de perda ao valor recuperável do Contas a receber foi de R\$ 74.528 (R\$ 134.647 em 30 de junho de 2020), sendo R\$ 72.285 (R\$ 120.288 em 30 de junho de 2020) no resultado operacional e R\$ 2.243 (R\$ 14.359 em 30 de junho de 2020) decorrente de juros de mora a receber contabilizado no resultado financeiro.

6.3 Contas a receber de consumidores faturados

	30/06/2021			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	135.891	184.040	721.086	1.041.017
Industrial	49.075	7.094	95.244	151.413
Comercial	94.615	28.306	177.322	300.243
Rural	11.468	17.404	110.037	138.909
Poder público	40.349	12.434	34.250	87.033
Iluminação pública	5.520	1.349	12.605	19.474
Serviço público	12.472	4.173	16.336	32.981
Total	349.390	254.800	1.166.880	1.771.070

	31/12/2020			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	141.723	170.193	695.705	1.007.621
Industrial	53.286	6.372	93.389	153.047
Comercial	103.130	30.325	161.553	295.008
Rural	10.938	16.061	102.032	129.031
Poder público	28.355	13.976	28.410	70.741
Iluminação pública	10.280	1.546	12.172	23.998
Serviço público	12.774	5.981	11.917	30.672
Total	360.486	244.454	1.105.178	1.710.118

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

6.4 Parcelamentos

	30/06/2021			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	508.055	41.145	353.712	902.912
Industrial	19.693	1.432	31.010	52.135
Comercial	61.365	4.830	58.345	124.540
Rural	22.668	2.683	26.729	52.080
Poder público	65.808	648	4.715	71.171
Iluminação pública	16.288	264	1.015	17.567
Serviço público	43.318	316	2.050	45.684
Total	737.195	51.318	477.576	1.266.089

	31/12/2020			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	527.063	41.669	331.196	899.928
Industrial	22.100	1.814	30.375	54.289
Comercial	78.458	7.158	54.218	139.834
Rural	22.557	2.672	24.981	50.210
Poder público	67.110	1.986	4.239	73.335
Iluminação pública	14.211	195	501	14.907
Serviço público	47.391	814	1.415	49.620
Total	778.890	56.308	446.925	1.282.123

Aging parcelamentos saldos a vencer

	30/06/2021				Total
	2021	2022	2023	Após 2024	
Residencial	114.538	167.231	110.362	115.924	508.055
Industrial	5.045	5.806	3.646	5.196	19.693
Comercial	16.228	20.204	12.761	12.172	61.365
Rural	6.655	7.949	4.452	3.612	22.668
Poder público	8.738	14.942	11.769	30.359	65.808
Iluminação pública	4.456	3.883	1.874	6.075	16.288
Serviço público	8.426	13.303	5.244	16.345	43.318
Total	164.086	233.318	150.108	189.683	737.195

	31/12/2020				Total
	2021	2022	2023	Após 2024	
Residencial	220.960	145.678	90.886	69.539	527.063
Industrial	10.332	4.802	2.968	3.998	22.100
Comercial	39.023	18.197	11.322	9.916	78.458
Rural	11.720	6.266	3.114	1.457	22.557
Poder público	16.416	13.143	10.370	27.181	67.110
Iluminação pública	4.550	2.315	1.761	5.585	14.211
Serviço público	16.709	11.905	4.658	14.119	47.391
Total	319.710	202.306	125.079	131.795	778.890

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
 Período findo em 30 de junho de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	30/06/2021					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	
Residencial	86.558	95.770	71.073	44.066	56.245	353.712
Industrial	3.251	4.066	4.119	7.067	12.507	31.010
Comercial	10.347	11.783	10.210	9.489	16.516	58.345
Rural	6.182	7.805	5.970	3.413	3.359	26.729
Poder público	1.682	1.467	413	483	670	4.715
Iluminação pública	587	57	86	-	285	1.015
Serviço público	998	747	74	83	148	2.050
Total	109.605	121.695	91.945	64.601	89.730	477.576

	31/12/2020					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	
Residencial	93.727	95.398	62.319	31.770	47.983	331.197
Industrial	3.618	4.036	5.509	6.109	11.103	30.375
Comercial	10.728	11.515	10.071	7.554	14.349	54.217
Rural	6.961	7.691	5.134	2.315	2.882	24.983
Poder público	1.327	863	514	794	739	4.237
Iluminação pública	104	51	60	17	269	501
Serviço público	899	118	142	220	36	1.415
Total	117.364	119.672	83.749	48.779	77.361	446.925

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2020	Constituição	Atualização	Amortização	30/06/2021
Parcela A					
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	7.420	14.096	199	(6.143)	15.572
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(5.336)	7.432	23	4.461	6.580
Rede básica (b)	57.417	26.457	769	(10.626)	74.017
Compra de energia - CVA (c)	170.978	(24.925)	1.255	(50.564)	96.744
ESS - encargos do serviço do sistema (d)	25.468	40.886	431	1.305	68.090
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A (h)	(188.591)	(118.620)	(3.461)	58.874	(251.798)
	<u>67.356</u>	<u>(54.674)</u>	<u>(784)</u>	<u>(2.693)</u>	<u>9.205</u>
Itens financeiros					
Sobrecontratação de energia (e)	(85.138)	(8.378)	(939)	9.692	(84.763)
Neutralidade (f)	(13.724)	5.407	(68)	1.336	(7.049)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (g)	(186.298)	(13.088)	(1.830)	25.299	(175.917)
Acordo bilateral (i)	59.274	-	-	(51.538)	7.736
Risco hidrológico (j)	(1.056)	-	(1.140)	(201)	(2.397)
Constituição de passivo regulatório – Conta-Covid (h)	(94.837)	-	(16)	81.321	(13.532)
Outros	3.132	888	15	(2.163)	1.872
	<u>(318.647)</u>	<u>(15.171)</u>	<u>(3.978)</u>	<u>63.746</u>	<u>(274.050)</u>
Total	<u>(251.291)</u>	<u>(69.845)</u>	<u>(4.762)</u>	<u>61.053</u>	<u>(264.845)</u>
Ativo circulante	321.473				41.934
Passivo circulante	(402.457)				(50.476)
Efeito líquido circulante	(80.984)				(8.542)
Ativo não circulante	227.882				321.472
Passivo não circulante	(398.189)				(577.775)
Efeito líquido não circulante	(170.307)				(256.303)
Efeito líquido total	<u>(251.291)</u>				<u>(264.845)</u>

- (a) Constituição ativa, de R\$ 14.096 em virtude da elevação dos valores homologados pela ANEEL a título de revisão orçamentária para pagamento em 2021 serem maiores que as tarifas de cobertura vigentes, gerando, portanto, uma constituição ativa de CVA. O impacto da amortização para esse período foi negativo em R\$ 6.143;
- (b) O saldo da CVA (compensação de variação de valores de itens da Parcela A) da Rede Básica foi afetado por duas variáveis: (i) constituição da CVA de R\$ 26.457, cujo valor foi positivo em virtude do aumento das tarifas de transporte de energia elétrica, fazendo com que as despesas sejam superiores às coberturas vigentes, gerando uma constituição ativa e (ii) a amortização do período, cujo valor negativo foi de R\$ 10.626;
- (c) O saldo da CVA (compensação de variação de itens da parcela A) de energia teve como movimentação as constituições positivas dos custos com efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira, repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva no período de R\$ 74.934. Já as constituições negativas foram referentes aos contratos de energia no montante de R\$ 99.859, o que reflete um preço médio de pagamento menor em relação à cobertura tarifária, gerando efeito líquido de constituição de CVA negativa em R\$ 24.925. O impacto da amortização para esse período foi negativo em R\$ 50.564;
- (d) O Encargo de Serviço do Sistema-ESS está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema-ONS para garantir a segurança energética do sistema. Na revisão tarifária extraordinária da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos. Com isso, em 30 de junho de 2021, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição ativa de R\$ 40.886, sendo composto por R\$ 91.459 referente à constituição de CVA ESS e R\$ 50.573 negativo referente ao repasse de bandeira ESS;
- (e) A constituição do saldo negativo de 8.378 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio de R\$ 607,28/MWh superior ao preço médio de compra de energia da distribuidora R\$ 195,62/MWh. O impacto da amortização do período foi de R\$ 9.692;
- (f) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para o primeiro semestre de 2021 foi constituído o montante de R\$ 5.407. O impacto da amortização foi de R\$ 1.336;

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- (g) A Resolução Normativa nº 414/2010 estabelece a obrigatoriedade na cobrança de demandas que excederem em mais de 5% os valores previamente contratados por ponto de conexão, sendo esta chamada “ultrapassagem de demanda”. Além disso, também determina que seja aplicada cobrança sobre os montantes de energia reativa e demanda de potência reativa que infringirem o limite que resulte em fator de potência igual a 0,92, sendo chamado “excedente de reativos”. O valor constituído no primeiro semestre de 2021 foi de R\$ 13.088 negativo. O tratamento destas receitas adicionais auferida pela Distribuidora é calculada conforme o submódulo 2.1 do Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET, onde também define: a partir da segunda revisão tarifária posterior ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, os valores devem ser subtraídos da Parcela B, proporcionalizados de acordo com o ciclo tarifário da Companhia e corrigidos pela SELIC. O impacto da amortização do período foi de R\$ 25.299;
- (h) Referem-se aos repasses da Conta-Covid por meio dos Despachos 2.177, 2.353, 2.640, 3.490/2020 e 046/2021 representados, principalmente, por:
 - (i) R\$118.620 valor recebido em 12 de janeiro de 2021, conforme o Despacho 046/2021 e (ii) R\$ 140.195 impacto da amortização do período;
- (i) Acordos Bilaterais com Geradoras (CCEAR). Trata-se de efeito tarifário decorrente de acordos bilaterais entre distribuidora de energia e geradoras, signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, nos termos da REN 711/2016, de modo a prover mecanismo adicional de adequação dos níveis de contratação de energia. Em 30 de junho de 2021 apresenta o saldo de R\$ 7.736; e
- (j) Reconhecimento antecipados dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. Em 30 de junho de 2021, esse risco financeiro apresenta-se sob o montante negativo de R\$ 2.397.

Do efeito líquido negativo entre constituições e amortizações no montante de R\$ 8.792 reconhecidos no período findo em 30 de junho de 2021, R\$ 210.769 impactou a receita operacional líquida da Companhia e os efeitos negativos de R\$ 100.941 e R\$ 118.620, referem-se a Bandeira Tarifária (R\$ 101.119 negativo de repasse CCBRT, R\$ 216 de constituição positiva de repasse da bandeira sobre renda não faturada e R\$ 38 negativo de neutralização da energia comprada para revenda) e ao impacto no caixa da Companhia referente ao repasse da Conta Covid, respectivamente.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.750, de 06 de agosto de 2020, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD. As novas tarifas entraram em vigor no dia 07 de agosto de 2020, possuem vigência até 06 de agosto de 2021.

Neste processo, as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória no 2.750, de 06 de agosto de 2020, foram, reajustadas em 2,68%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores /usuários /agentes supridos pela Distribuidora.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	47.293	51.921
INSS	1.668	6.498
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b) – Nota explicativa nº 21	397.387	348.334
Outros	<u>13.005</u>	<u>12.979</u>
Total circulante	<u><u>459.353</u></u>	<u><u>419.732</u></u>
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	73.179	52.020
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b) – Nota explicativa nº 21	188.434	390.146
Outros	<u>2.474</u>	<u>2.474</u>
Total não circulante	<u><u>264.087</u></u>	<u><u>444.640</u></u>
Total	<u><u><u>723.440</u></u></u>	<u><u><u>864.372</u></u></u>

(a) A Companhia possui impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, apropriados à proporção de 1/48 avos; e

(b) A Companhia possui ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 585.821, líquido de compensação com impostos federais (R\$ 738.480 em 31 de dezembro de 2020), baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal - STF, e suportado pelo trânsito em julgado da ação, conforme nota explicativa nº 21. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais.

9 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Outros créditos a receber	<u>30/06/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	<u>30/06/2020</u>
	Ativo	Efeito no resultado Receita	Ativo	Efeito no resultado Receita
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	3.738	6.738	1.911	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	846	1.524	432	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	1.375	2.479	719	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	31	9	21	7
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	33	8	23	8
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	40.752	716	40.036	25
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	74	19	52	18
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	50.833	807	40.024	7
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	35	10	25	10
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	60.280	1.496	151.259	8
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	46	149	20.040	11
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	49	13	84	-
Total	<u><u>158.092</u></u>	<u><u>13.968</u></u>	<u><u>254.626</u></u>	<u><u>94</u></u>

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Fornecedores	30/06/2021		31/12/2020	30/06/2020
	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)
Equatorial Serviços S.A.	(3.077)	(3.902)	(3.907)	(7.636)
Equatorial Telecomunicações Ltda.	(978)	(1.257)	(967)	-
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	-	(3.673)	-	(1.503)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(194)	(882)	(197)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(177)	(804)	(180)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(227)	(227)	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(459)	(2.091)	(460)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(212)	(944)	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(262)	(764)	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(2.331)	(10.406)	(2.088)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(1.641)	(7.384)	(1.628)	-
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	(337)	(1.529)	(352)	-
Total	(9.895)	(33.863)	(9.779)	(9.139)

Outras contas a pagar	30/06/2021		31/12/2020	30/06/2020
	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(1.696)	(2.401)	(361)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(1.929)	(3.036)	(903)	-
Equatorial Transmissão S.A.	(1.612)	(684)	(440)	-
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(10.060)	(16.754)	(8.966)	(2.069)
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	(24)	(24)	-	-
Equatorial Energia Fundação de Previdência	-	(1.568)	-	(1.346)
Total	(15.321)	(24.467)	(10.670)	(3.415)

Empréstimos	30/06/2021		31/12/2020	30/06/2020
	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras	-	-	-	(1.029)
Total	-	-	-	(1.029)

Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial	30/06/2021		31/12/2020	30/06/2020
	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras	(649.955)	(19.037)	(649.956)	(19.039)
Equatorial Energia S.A - Nota explicativa nº 19	(10.292)	(514)	(10.051)	(275)
Total	(660.247)	(19.551)	(660.007)	(19.314)

Dividendos a pagar	30/06/2021		31/12/2020	30/06/2020
	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)
Equatorial Energia Distribuição S.A.	-	-	(63.851)	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	-	-	(655)	-
Equatorial Energia S.A.	(261)	-	(1.662)	-
Outros (minoritários)	(198)	-	(391)	-
Total	(459)	-	(66.559)	-

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018--SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 mil ao ano, por um período de 60 meses;
- (b) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da Equatorial Pará com a EQTPREV;
- (c) Os valores com Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Gera Maranhão") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5564/2007 - 29431N - 29432N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2025;
- (d) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Companhia;
- (e) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;
- (f) A contratação de serviço é proveniente a serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (g) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitado da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal. Em 30 de junho 2021, o saldo a pagar totaliza R\$ 649.955, veja detalhes na nota explicativa nº 19.
- (h) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 7 SPE no montante de R\$ 150.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 17 de setembro de 2020. Em 30 de junho 2021, o saldo a receber totaliza R\$ 60.280 (composto por R\$ 30 de valores a receber de contratos de compartilhamento e R\$ 60.250 de valores a receber dos empréstimos mútuos).
- (i) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 3 SPE no montante de R\$ 40.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020. Em 30 de junho 2021, o saldo a receber totaliza R\$ 40.752 (composto por R\$ 38 de valores a receber de contratos de compartilhamento e R\$ 40.714 de valores a receber dos empréstimos mútuos).
- (j) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 5 SPE no montante de R\$ 50.000 a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020. Em 30 de junho 2021, o saldo a receber totaliza R\$ 50.833 (composto por R\$ 30 de valores a receber de contratos de compartilhamento e R\$ 50.803 de valores a receber dos empréstimos mútuos).
- (k) A variação líquida negativa do período no montante de R\$ 66.100, refere-se a adição de R\$ 154.740 de dividendos adicionais propostos distribuídos (contrapartida no Patrimônio Líquido) e ao pagamento de dividendos no montante de R\$ 220.840.

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 18.000, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2021 (R\$ 15.000 em 29 de maio de 2020).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 27 e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 22.4.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 30 de junho de 2021:

	Diretoria Estatutária	%	Total
Números de membros	6		6
Remuneração fixa anual	2.366	34%	2.366
Salário ou pró-labore	1.389	20%	1.389
Benefícios diretos e indiretos	128	2%	128
Outros (INSS parte empresa)	849	12%	849
Remuneração variável	4.682	66%	4.682
Benefícios pós emprego	23	0%	23
Valor total da remuneração por órgão	7.071	100%	7.071

9.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	30/06/2021
CEF415.877-81/2015	32.671	100	02/09/2015	30/06/2027	32.671	23.151
CEF469.587-04/2016	35.703	100	20/12/2018	07/09/2028	35.703	27.654
BNDES 18/19/20	1.341.576	100	20/02/2019	15/04/2028	1.261.025	1.286.816
BNDES 21/22/23	1.360.868	100	30/03/2021	15/09/2040	115.514	118.145
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	60.000	100	01/12/2016	15/01/2024	60.000	75.159
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	23.000	100	29/09/2017	15/01/2024	23.000	28.098
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	199.069	100	26/12/2016	15/12/2021	199.069	249.171
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	100.931	100	26/12/2016	15/12/2023	100.931	126.442
Apólices Seguros	301.498	100	23/04/2018	11/02/2026	N/A	N/A
Total	3.455.316				1.827.913	1.934.636

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Atualização do ativo financeiro (a)</u>	<u>Transferências (b) Ativos de contrato</u>	<u>30/06/2021</u>
Ativo financeiro	4.632.576	166.718	120.741	4.920.035
Obrigações especiais (c)	(1.019.205)	(65.890)	(98.391)	(1.183.486)
Total	<u>3.613.371</u>	<u>100.828</u>	<u>22.350</u>	<u>3.736.549</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>Atualização do ativo financeiro (a)</u>	<u>Transferências (b) Ativos de contrato</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo financeiro	4.112.526	189.669	330.381	4.632.576
Obrigações especiais (c)	(942.858)	(54.878)	(21.469)	(1.019.205)
Total	<u>3.169.668</u>	<u>134.791</u>	<u>308.912</u>	<u>3.613.371</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

- (e) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (f) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (g) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	<u>Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)</u>	<u>30/06/2021</u>			<u>Valor líquido</u>
		<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>(-) Obrigações vinculadas à concessão</u>	
Em serviço	4,54%	<u>6.292.310</u>	<u>(3.673.874)</u>	<u>(794.138)</u>	<u>1.824.298</u>
Total		<u>6.292.310</u>	<u>(3.673.874)</u>	<u>(794.138)</u>	<u>1.824.298</u>
		<u>31/12/2020</u>			
	<u>Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>(-) Obrigações vinculadas à concessão</u>	<u>Valor líquido</u>
Em serviço	4,50%	<u>6.247.802</u>	<u>(3.472.078)</u>	<u>(802.299)</u>	<u>1.973.425</u>
Total		<u>6.247.802</u>	<u>(3.472.078)</u>	<u>(802.299)</u>	<u>1.973.425</u>

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até julho de 2028, conforme ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

Movimentação do ativo intangível

	31/12/2020	Adições	Transferências		30/06/2021
			(a)	Outros (c)	
			Ativos de contrato		
Em serviço	6.242.602	-	78.859	(29.151)	6.292.310
(-) Amortização	(3.472.078)	(211.331)	-	9.535	(3.673.874)
Total em serviço	2.770.524	(211.331)	78.859	(19.616)	2.618.436
Obrigações especiais (b)	(1.659.709)	-	(54.563)	6.357	(1.707.915)
(-) Amortização	862.610	51.167	-	-	913.777
Total em obrigações especiais	(797.099)	51.167	(54.563)	6.357	(794.138)
Total	1.973.425	(160.164)	24.296	(13.259)	1.824.298

	31/12/2019	Reclassifi- cações	Adições	Baixas	Transferências		31/12/2020
					Ativos de contrato	Outros	
Em serviço	6.092.799	-	-	(55.268)	205.071	-	6.242.602
(-) Amortização	(3.098.150)	-	(400.977)	27.049	-	-	(3.472.078)
Total em serviço	2.994.649	-	(400.977)	(28.219)	205.071	-	2.770.524
Obrigações especiais	(1.694.728)	30.463	-	-	5.954	(1.398)	(1.659.709)
(-) Amortização	762.377	-	100.233	-	-	-	862.610
Total em obrigações especiais	(932.351)	30.463	100.233	-	5.954	(1.398)	(797.099)
Total	2.062.298	30.463	(300.744)	(28.219)	211.025	(1.398)	1.973.425

- (a) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível em serviço; e
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.
- (c) O montante líquido negativo de R\$ 19.616, que impactou o saldo de intangível em serviço, refere-se à reclassificação para investimentos e o montante líquido de R\$ 6.357, que impactou as obrigações especiais, refere-se à atualização dos saldos de obrigações especiais decorrentes da sub-rogação da CCC. A ANEEL aprovou por meio da Resolução Autorizativa o enquadramento das usinas isoladas da área de concessão no benefícios da Sub-rogação CCC/Obrigações Especiais. Em conformidade ao MCSE e Art. 38 da Resolução Normativa nº 801/2017. A Companhia contabilizou a atualização do saldo subsidiado com recursos da CCC nas contas correlacionadas ao grupo de obrigações especiais.

A Companhia concluiu suas análises de *impairment* e não tem qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2021			31/12/2020		
	Custo	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Ativo contratual	940.404	(683.595)	256.809	730.948	(596.167)	134.781

Movimentação dos ativos de contrato

	31/12/2020	Adições (d)	Baixas (a)	Transferências (b)			Outros	30/06/2021
				Ativo intangível	Ativo financeiro	Reclassificações (e)		
Ativos de contrato	730.948	409.056	-	(78.859)	(120.741)	-	-	940.404
Obrigações especiais (c)	(596.167)	(90.493)	435	54.563	98.391	(149.598)	(726)	(683.595)
Total ativo contratual	134.781	318.563	435	(24.296)	(22.350)	(149.598)	(726)	256.809

	31/12/2019	Reclassificações	Adições	Baixas	Transferências		Outros	31/12/2020
					Ativo intangível	Ativo financeiro		
Em curso	592.700	(5.200)	680.752	-	(205.071)	(330.381)	(1.852)	730.948
Obrigações especiais	(352.243)	(25.263)	(238.157)	2.129	(5.954)	21.469	1.852	(596.167)
Total	240.457	(30.463)	442.595	2.129	(211.025)	(308.912)	-	134.781

- (a) Referem-se ao encerramento de ordens de serviços referentes às baixas de Kit Padrão – Obras PLPT;
- (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (d) O montante de R\$ 409.056 (R\$ 442.595 em 31 de dezembro de 2020) refere-se às adições brutas de ativo contratual reconhecidas no período, onde R\$ 385.541 (R\$ 377.031 em 31 de dezembro de 2020) impactou o caixa da Companhia, R\$ 5.346 (R\$ 18.625 em 31 de dezembro de 2020) refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 13.823 (R\$ 43.038 em 31 de dezembro de 2020) refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 4.346 (R\$ 3.901 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 14 – Empréstimos e financiamentos; e
- (e) O montante contabilizado corresponde aos custos realizados em obras de interligação de sistemas isolados devidamente autorizados através das Resoluções nº 9.499, 9.500 e 9.501 de 08 de dezembro de 2020, cujos créditos são oriundos da sub-rogação CCC em contrapartida a obrigações vinculadas.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada para redução ao valor recuperável foi registrada no período findo em 30 de junho de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

13 Fornecedores

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Suprimento de energia elétrica (a)	396.218	469.668
Encargos de uso da rede elétrica	28.101	16.952
Materiais e serviços (b)	233.059	210.369
Provisão de fornecedores	41.265	32.293
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	9.895	9.779
Outros	-	11.840
Total	<u>708.538</u>	<u>750.901</u>

- (a) O saldo de 30 de junho de 2021 teve redução em relação a 31 de dezembro de 2020 devido aos custos das operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes ao efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao PLD, o qual teve uma redução na despesa de R\$ 36.543. Referente aos contratos de energia, as despesas reduziram no montante de R\$ 31.689, tendo como principal a variação no preço médio de pagamento do período que diminuiu em valores nominais de R\$ 200,27 em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 178,23 em 30 de junho de 2021.
- (b) A composição deve-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, relacionados aos investimentos na infraestrutura da concessão que a Companhia realiza no decorrer ao período; e

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo

	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantia	<u>30/06/2021</u>		
			<u>Principal e encargos</u>		
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Moeda estrangeira (US\$)					
CCBI Banco Citibank S.A.	2,58%	-	<u>633.776</u>	<u>460.784</u>	<u>1.094.560</u>
Total moeda estrangeira (US\$)	2,58%	-	<u>633.776</u>	<u>460.784</u>	<u>1.094.560</u>
Moeda nacional					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	13,50%	Aval do Controlador + Aplicação + Recebíveis	<u>190.807</u>	<u>1.214.154</u>	<u>1.404.961</u>
Caixa Econômica Federal	6,00%	Aval do Controlador + Aplicação	<u>7.783</u>	<u>43.022</u>	<u>50.805</u>
Banco Santander S.A.	2,63%		<u>200.038</u>	<u>-</u>	<u>200.038</u>
Subtotal	11,96%		<u>398.628</u>	<u>1.257.176</u>	<u>1.655.804</u>
(-) Custo de captação			<u>(436)</u>	<u>(6.941)</u>	<u>(7.377)</u>
Total moeda nacional	11,96%		<u>398.192</u>	<u>1.250.235</u>	<u>1.648.427</u>
Total	8,21%		<u>1.031.968</u>	<u>1.711.019</u>	<u>2.742.987</u>

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantia	31/12/2020		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
CCBI Banco Citibank S.A.	3,12%	-	399.331	855.093	1.254.424
Total moeda estrangeira (US\$)	3,12%	-	399.331	855.093	1.254.424
Moeda nacional					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	9,55%	Aval do Controlador + Aplicação + Recebíveis	172.340	1.075.288	1.247.628
Caixa Econômica Federal	6,00%	Aval do Controlador + Aplicação + Recebíveis	8.357	46.819	55.176
Banco Santander S.A.	3,19%		200.035	-	200.035
Subtotal	8,57%		380.732	1.122.107	1.502.839
(-) Custo de captação			(82)	(538)	(620)
Total moeda nacional	8,58%		380.650	1.121.569	1.502.219
Total	6,09%		779.981	1.976.662	2.756.643

Em 30 de junho de 2021, os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 8,21% a.a., equivalente a 360,8% do CDI, considerando no custo da dívida do Banco Citibank S.A., o custo da ponta passiva do SWAP em CDI + *spread* (6,09% a.a., equivalente a 220,8% do CDI, em 31 de dezembro de 2020). No período, observou-se o aumento do custo médio em função do aumento do IPCA (doze meses) que saiu de 4,51% em dezembro de 2020 para 8,35% em junho 2021.

14.2 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2021, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2021	
	Valor	%
Circulante	1.031.968	38%
2022	237.116	9%
2023	516.939	19%
2024	202.417	7%
2025	202.417	7%
Após 2025	559.071	20%
Subtotal	1.717.960	62%
(-) Custo de captação (não circulante)	(6.941)	0%
Não circulante	1.711.019	62%
Total	2.742.987	100%

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

14.3 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	380.650	1.121.569	399.331	855.093	2.756.643
Ingressos (a)	-	185.539	-	-	185.539
Encargos (b)	33.754	-	7.683	-	41.437
Varição monetária e cambial	12.343	46.166	62.254	(120.521)	242
Transferências	96.182	(96.182)	273.788	(273.788)	-
Amortizações de principal (c)	(90.838)	-	(101.270)	-	(192.108)
Pagamentos de juros	(33.999)	-	(8.010)	-	(42.009)
Custo de captação (d)	100	(6.857)	-	-	(6.757)
Saldos em 30 de junho de 2021	398.192	1.250.235	633.776	460.784	2.742.987

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.261	1.036.774	5.188	971.032	2.030.255
Ingressos	-	440.000	-	-	440.000
Encargos	58.794	-	25.173	-	83.967
Varição monetária e cambial	7.987	33.100	104.121	176.779	321.987
Transferências	388.280	(388.280)	292.718	(292.718)	-
Amortizações de principal	(34.622)	-	-	-	(34.622)
(-) Pagamentos de juros	(57.132)	-	(27.869)	-	(85.001)
Custo de captação	82	(25)	-	-	57
Saldos em 31 de dezembro 2020	380.650	1.121.569	399.331	855.093	2.756.643

- (a) Em 30 de março de 2021, ocorreu a 1ª liberação do contrato com o BNDES 21/22/23, no valor de R\$ 27.608 (Subcrédito A) e no valor de R\$ 87.906 (Subcrédito B), cujo recurso será destinado a realização dos investimentos da companhia, com o custo de IPCA + 4,11 a.a. e vencimento final em 15 de setembro de 2040. Em 10 de junho de 2021, ocorreu a liberação final do contrato com o BNDES 18/19/20, no valor de R\$ 70.025, cujo recurso será destinado a realização dos investimentos da companhia, com o custo de IPCA + 4,81 a.a. e vencimento final em 15 de abril de 2028;
- (b) O montante de R\$ 41.437 (R\$ 83.967 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a encargos reconhecido no período, sendo R\$ 37.091 (R\$ 80.066 em 31 de dezembro de 2020) impactou o resultado financeiro e R\$ 4.346 (R\$ 3.901 em 31 de dezembro de 2020) referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 12 – Ativos de contrato;
- (c) No primeiro semestre de 2021, a Equatorial Pará realizou amortizações, conforme contrato, com o Citibank no valor de R\$ 101.270, Caixa Econômica Federal - CEF 415.877-81/2015 no valor de R\$ 1.896, CEF 469.587-04/2016 no valor de R\$ 1.900 e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES 18-20 no valor de R\$ 87.042; e
- (d) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição;

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

14.4 *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras, e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

<i>Covenants</i> Empréstimos	Santander
1º Dívida Líquida/EBITDA: $\leq 3,5$	1,3
<i>Covenants</i> Empréstimos	BNDES
1º Dívida Líquida/EBITDA : $\leq 3,75$	1,4
2º Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL) : $\leq 0,7$	0,4
<i>Covenants</i> Empréstimos	Citibank I
1º Dívida Líquida/EBITDA : $\leq 3,75$	1,4
2º Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL) : $> 2,0$	6,3
<i>Covenants</i> Empréstimos	Citibank II
1º Dívida Líquida/EBITDA : $\leq 4,0$	1,4

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Debêntures

15.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>240.462</u>	<u>1.209.270</u>	<u>1.449.732</u>
Encargos	34.131	-	34.131
Transferências	26.552	(26.552)	-
Pagamento de juros	(23.269)	-	(23.269)
Variação monetária	16.115	3.779	19.894
Custo de captação (a)	1.747	-	1.747
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>295.738</u>	<u>1.186.497</u>	<u>1.482.235</u>
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>20.265</u>	<u>1.412.474</u>	<u>1.432.739</u>
Encargos	65.629	-	65.629
Transferências	194.714	(194.714)	-
Pagamento de juros	(74.841)	-	(74.841)
Variação monetária	31.163	(8.490)	22.673
Amortização de principal	3.532	-	3.532
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>240.462</u>	<u>1.209.270</u>	<u>1.449.732</u>

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

15.2 Características das debêntures

Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	Em 30 de junho de 2021	
							Saldo líquido do custo de captação	Custo efetivo
2ª	(2)/(3)/(4)/(6)/(7)	1ª	60.000	IPCA + 8,04% a.a.	dez/16	jan/24	74.808	17,06%
2ª	(2)/(3)/(4)/(6)/(7)	2ª	23.000	IPCA + 7,00% a.a.	dez/16	jan/24	28.098	15,93%
3ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	199.069	IPCA + 6,70% a.a.	dez/16	dez/21	248.584	15,61%
3ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	125.746	15,79%
5ª	(1)/(3)/(4)	1ª	543.033	CDI + 1,1% a.a.	mai/18	abr/23	544.138	3,40%
5ª	(1)/(3)/(4)	2ª	456.967	CDI + 1,30% a.a.	mai/18	abr/23	460.861	3,61%
Total							1.482.235	7,49%

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Emissão privada de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirografária
- (5) Debêntures incentivadas
- (6) Garantia adicional fidejussória; e
- (7) Garantia adicional real

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

15.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	30/06/2021	
	Valor	%
Circulante	295.738	20%
2023	1.155.338	78%
2024	33.285	2%
Subtotal	1.188.623	80%
(-) Custo de captação (não circulante)	(2.126)	-
Não circulante	1.186.497	80%
Total	1.482.235	100%

15.4 Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Covenants debêntures	2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <3,5	1,4
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >2,0	6,1
Covenants debêntures	3ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <3,5	1,3
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >=1,5	6,3
Covenants debêntures	5ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado : <= 4,0	1,3

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS	94.369	108.444
ICMS parcelamento (a)	12.669	12.496
PIS e COFINS	17.143	19.404
Encargos sociais e outros	8.208	5.506
ISS	4.150	6.751
Total circulante	<u>136.539</u>	<u>152.601</u>
ICMS	122.956	122.956
ICMS parcelamento (a)	43.023	48.350
Total não circulante	<u>165.979</u>	<u>171.306</u>
Total	<u>302.518</u>	<u>323.907</u>

- (a) A Companhia possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente, onde sua variação deve-se adesão de um novo parcelamento de ICMS no mês de fevereiro de 2019, sendo sua última parcela em janeiro de 2024, e para os demais parcelamentos sua liquidação será em julho de 2031. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, é acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	<u>30/06/2021</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Circulante	<u>12.669</u>	<u>22%</u>
2022	5.068	9%
2023	10.137	18%
2024	10.137	18%
2025	3.146	6%
Após 2025	<u>14.535</u>	<u>26%</u>
Não circulante	<u>43.023</u>	<u>77%</u>
Total ICMS parcelamento	<u>55.692</u>	<u>100%</u>

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
 Período findo em 30 de junho de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**17.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos de:		
Prejuízo fiscal (a)	1.489	39.810
Base negativa	13.466	26.529
Subtotal	14.955	66.339
Diferenças temporárias:		
Provisão para contingências	43.009	43.864
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	201.247	189.512
Provisão atuarial	16.115	12.104
Arrendamentos - CPC 06	417	-
Provisão para participação nos lucros	10.472	12.894
Receita – CPC 47	14	152
Subtotal	271.274	258.526
Passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Depreciação acelerada	(242.145)	(248.924)
Valor novo de reposição – VNR	(232.331)	(198.050)
SWAP	(80.688)	(107.716)
Outras despesas não dedutíveis	(7.651)	(10.419)
Receita – CPC 47	-	(158)
Reavaliação bens da concessão	(37.751)	(41.192)
Ajuste a Valor Presente – AVP	(87.475)	(91.027)
Total	(688.041)	(697.486)
Total tributos diferidos	(401.812)	(372.621)

(a) A Companhia optou por utilizar saldo remanescente da depreciação acelerada, preservando o prejuízo fiscal.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

17.2 Movimentação dos tributos diferidos

	30/06/2021				
	31/12/2020	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	39.809	(38.321)	1.488	1.488	-
Base negativa de CSLL	26.529	(13.063)	13.466	13.466	-
Provisão para contingências	43.864	(855)	43.009	43.009	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	189.512	11.735	201.247	201.247	-
Ajuste a Valor Presente – AVP	(91.027)	3.552	(87.475)	-	(87.475)
Custo de captação	(198.050)	(34.281)	(232.331)	-	(232.331)
Receita – CPC 47	152	(138)	14	14	-
Arrendamentos - CPC 06	(158)	575	417	417	-
Depreciação acelerada	(248.924)	6.779	(242.145)	-	(242.145)
SWAP	(107.716)	27.028	(80.688)	-	(80.688)
Provisão para participação nos lucros	12.895	(2.423)	10.472	10.472	-
Provisão atuarial	12.104	4.011	16.115	16.115	-
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	(10.419)	2.769	(7.650)	-	(7.650)
Reavaliação bens da concessão	(41.192)	3.441	(37.751)	-	(37.751)
Total	(372.621)	(29.191)	(401.812)	286.228	(688.040)

	31/12/2020				
	31/12/2019	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	111.049	(71.240)	39.809	39.809	-
Base negativa de CSLL	26.529	-	26.529	26.529	-
Provisão para contingências	45.421	(1.557)	43.864	43.864	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	160.359	29.153	189.512	189.512	-
Ajuste a Valor Presente – AVP	(98.062)	7.035	(91.027)	-	(91.027)
Custo de captação	(152.221)	(45.829)	(198.050)	-	(198.050)
Receita – CPC 47	152	-	152	152	-
Arrendamentos - CPC 06	(636)	478	(158)	-	(158)
Depreciação acelerada	(229.739)	(19.185)	(248.924)	-	(248.924)
SWAP	(11.412)	(96.304)	(107.716)	-	(107.716)
Provisão para participação nos lucros	12.818	77	12.895	12.895	-
Provisão atuarial	10.030	2.074	12.104	12.104	-
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	(10.518)	99	(10.419)	-	(10.419)
Reavaliação bens da concessão	(48.564)	7.372	(41.192)	-	(41.192)
Total	(184.794)	(187.827)	(372.621)	324.865	(697.486)

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

17.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, em 30 de junho de 2021 e 2020, está demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2021		30/06/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	431.758	431.758	317.239	317.239
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	107.940	38.858	79.310	28.552
Adições:				
Provisão para contingências	-	-	(770)	(277)
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	101.753	36.631	95.952	34.543
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	19.085	6.870	3.288	1.184
Variação de SWAP	19.873	7.154	(85.395)	(30.742)
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	2.531	911	2.967	1.068
Provisão para fundo de pensão	2.950	1.062	-	-
Provisão para participação nos lucros	-	-	(1.543)	(556)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	423	152	207	75
Depreciação acelerada	6.779	-	6.098	-
Outras provisões	2.042	735	3.084	1.109
Outras adições permanentes	1.666	604	-	-
Total das adições (B)	157.102	54.119	23.888	6.404
Exclusões:				
Reversão de provisão para contingências	(629)	(226)	-	-
Reversão de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(93.124)	(33.525)	(84.259)	(30.333)
Valor Novo de Reposição - VNR	(41.679)	(15.005)	(1.288)	(464)
IFRS 15	(102)	(37)	-	-
Reversão de provisão para participação nos lucros	(1.781)	(641)	-	-
Outras provisões não dedutíveis	-	-	253	93
Total das exclusões (C)	(137.315)	(49.434)	(85.294)	(30.704)
Dedutibilidade fiscais (limites legais)	-	-	3.824	2.804
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL realizados	(38.323)	(13.062)	-	-
Incentivo PAT	(90)	-	(522)	-
Incentivo prorrogação licença matemidade	(873)	-	(7)	-
Total compensações (D)	(39.286)	(13.062)	3.295	2.804
IRPJ subvenção governamental	(50.097)	-	(20.826)	-
Total outras deduções (E)	(50.097)	-	(20.826)	-
IRPJ e CSLL correntes do período (A+B+C+D+E)	38.344	30.481	373	7.056
IRPJ e CSLL diferidos do período	20.208	8.983	73.190	28.214
IRPJ e CSLL correntes e diferidos do período	58.552	39.464	73.563	35.270
Alíquota efetiva	14%	9%	23%	11%

Em 30 de junho de 2021, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 50.097 (R\$ 20.826 em 30 de junho de 2021).

Em 30 de junho de 2021, o saldo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recolher é de R\$ 68.077 (R\$ 36.183 em 31 de dezembro de 2020), sendo a variação do saldo composta pela apuração dos impostos correntes do período em R\$ 68.825, compensações referentes a IRPJ e CSLL de 56.564 e variação de tributos retidos e antecipação de CSLL em R\$ 19.633.

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

18 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	105.019	46.720	105.748	39.824
Fiscais	2.153	111	2.140	110
Trabalhistas	19.325	32.210	21.124	31.274
Total	126.497	79.041	129.012	71.208
Circulante	6.542	-	5.533	-
Não circulante	119.955	79.041	123.479	71.208

Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 7.975 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Movimentação dos processos no período

	31/12/2020			30/06/2021		
	Saldo Inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	105.748	6.698	(4.741)	(2.681)	(5)	105.019
Fiscais	2.140	-	-	-	13	2.153
Trabalhistas	21.124	473	-	(1.411)	(861)	19.325
Total	129.012	7.171	(4.741)	(4.092)	(853)	126.497
	31/12/2019			31/12/2020		
	Saldo Inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	105.719	18.771	(11.896)	(4.905)	(1.941)	105.748
Fiscais	322	88	-	(8)	1.738	2.140
Trabalhistas	27.550	2.753	-	(4.967)	(4.212)	21.124
Total	133.591	21.612	(11.896)	(9.880)	(4.415)	129.012

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas no período; e
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

18.1 Cíveis

A Companhia figura como ré em 13.981 processos cíveis em 30 de junho de 2021 (13.757 processos em 31 de dezembro de 2020), sendo 9.908 tramitam em Juizados Especiais (9.790 processos em 31 de dezembro de 2020), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2021 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 405.774 (R\$ 391.902 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	30/06/2021	31/12/2020
Falha no fornecimento	28.805	24.441
Morte por eletroplessão	12.869	14.716
Cobrança indevida	10.610	10.597
Fraude questionada	17.446	16.872
Corte indevido	2.039	2.073
Acidente com terceiros	8.792	9.763
Falha no atendimento	3.580	3.499
Quebra de contrato	1.433	1.425
Incêndio	663	3.747
Portaria do DNAEE	1.961	1.948
Regulatório	96	95
Outras	16.725	16.572
Total	105.019	105.748
Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	30/06/2021	31/12/2020
Falha no fornecimento	37.917	36.573
Morte por eletroplessão	3.085	5.522
Acidente com terceiros	268	475
Quebra de contrato	210.909	210.909
Incêndio	-	212
Cobrança indevida	1.937	1.582
Fraude questionada	11.385	11.399
Corte indevido	114	127
Falha no atendimento	391	580
Regulatório	117.822	117.667
Servidão de passagem	12.683	816
Outras	9.263	6.040
Total	405.774	391.902

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

18.2 Fiscais

A Companhia figura como ré em 116 processos fiscais em 30 de junho de 2021 (107 processos em 31 de dezembro de 2020) os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem processos fiscais cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2021 avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 21 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	30/06/2021	31/12/2020
CIP	14	13
Outras	2.139	2.127
Total	<u>2.153</u>	<u>2.140</u>
Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	30/06/2021	31/12/2020
INSS	2	2
Outras	19	19
Total	<u>21</u>	<u>21</u>

18.3 Trabalhistas

O passivo trabalhista em 30 de junho de 2021 é composto por 1.165 reclamações ajuizadas (1.072 reclamações em 31 de dezembro de 2020) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dos processos trabalhistas existentes, constam atualmente 03 (três) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 21 (vinte e um) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2021 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 49.860 (R\$ 48.570 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão.

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	30/06/2021	31/12/2020
Hora extra	1.020	1.392
Responsabilidade subsidiária	6.505	7.010
Acidente de trabalho	2.451	2.737
Doença ocupacional/profissional	105	492
Reintegração no emprego	4.166	3.906
Periculosidade	-	211
Danos morais	1.389	2.211
Outras	3.689	3.165
Total	19.325	21.124
Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	30/06/2021	31/12/2020
Hora extra	1.129	1.129
Responsabilidade subsidiária	42.207	42.165
Acidente de trabalho	2.265	783
Doença ocupacional/profissional	-	478
Reintegração no emprego	198	315
Periculosidade	-	21
Danos morais	1.447	1.517
Outras	2.614	2.162
Total	49.860	48.570

19 Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da Companhia. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S/A e Pine S/A. Em novembro de 2017 a empresa firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório que conduz o processo. Espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

19.1 Composição

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Intragrupos	4.621	3.566
Credores financeiros (a)	40.629	26.708
Partes relacionadas	944	378
Total circulante	46.194	30.652
Não circulante		
Intragrupos	83.853	83.853
Credores financeiros (a)	1.146.706	1.111.121
Partes relacionadas	12.593	13.159
(-) Ajuste a valor presente (b)	(257.449)	(267.854)
Total não circulante	985.703	940.279
Total	1.031.897	970.931

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *Bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 30 de junho de 2021, o saldo é composto por: R\$ 234.164 de empréstimos e financiamentos, R\$ 20.040 de intragrupos e R\$ 3.245 de partes relacionadas (R\$ 243.571 de empréstimos, financiamentos e R\$ 20.797 de intragrupos e R\$ 3.486 de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020).

19.2 Cronograma de amortização

O cronograma de pagamento das parcelas relativas aos valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	<u>30/06/2021</u>	
	Valor	%
Circulante	46.194	5%
2022	13.727	1%
2023	25.166	2%
2024	29.742	3%
2025	27.454	3%
Após 2025	1.147.063	111%
Subtotal	1.243.152	120%
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(257.449)	-25%
Não circulante	985.703	95%
Total	1.031.897	100%

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

19.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2020	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/06/2021
Intragruppo	66.620	2.495	-	(1.437)	756	68.434
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	10.052	272	-	(274)	242	10.292
Credores financeiros	894.259	27.650	48.437	(26.582)	9.407	953.171
Total	970.931	30.417	48.437	(28.293)	10.405	1.031.897

	Saldo em 31/12/2019	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2020
Intragruppo	62.861	5.228	-	(2.907)	1.438	66.620
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	9.569	551	-	(551)	483	10.052
Credores financeiros	809.038	49.972	60.349	(43.920)	18.820	894.259
Total	881.468	55.751	60.349	(47.378)	20.741	970.931

20 Encargos setoriais

20.1 Encargos setoriais CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC. Entre os valores reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica.

A Companhia detém, em 30 de junho de 2021, créditos junto à CCC no montante de R\$ 106.336 (R\$ 105.883 em 31 de dezembro de 2020). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico e não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses. No período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou atualização monetária no montante de R\$ 453.

Entre os valores reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica, mas conforme estabelece o §10 e §11 do Art. 36º estabelece:

“Os agentes beneficiários da CCC e da Subconta Carvão Mineral terão direito ao reembolso do custo decorrente dos créditos não compensados de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS, relativo aos gastos mensais com combustíveis e contratos, apurados com base na energia efetivamente gerada e medida no SCD, nos termos e condições definidos nesta Resolução.

§ 10. As diferenças mensais de reembolso de créditos de tributos não recuperados de um exercício serão apuradas até o dia 15 de maio do ano seguinte ao de competência, considerando que cada parcela mensal deverá ser atualizada pelo índice do IPCA correspondente.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

§ 11. A CCEE deverá estabelecer, no Procedimento de Contas Setoriais, os procedimentos próprios para a devolução, à CCC ou ao beneficiário, das diferenças apuradas do aproveitamento de créditos de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS do exercício anterior". (ANEEL REN 801/2017).

A Companhia registrou um passivo referente a esses impostos a reembolsar e, no período de janeiro a junho, foi registrada atualização monetária no valor de R\$ 13.168. Em 30 de junho de 2021, o saldo passivo referente ao reembolso destes tributos creditados sobre a compra de combustível para geração de energia elétrica nos sistemas isolados é de R\$ 385.409 (R\$ 372.241 em 31 de dezembro de 2020).

Entretanto, a Eletrobras não definiu procedimento específico para a devolução destes tributos, mesmo notificada pela Companhia. Logo, em 29 de setembro de 2016 através do Ofício nº 530/2016 - SFF (Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira), a ANEEL deu início ao processo de fiscalização sobre os recursos operacionalizados pela Eletrobras, portanto estes valores aguardam o encerramento desta fiscalização.

Embora a ANEEL não tenha determinado os prazos para o término da fiscalização, a Companhia estima que o processo de fiscalização será finalizado entre 2021 e 2022 e concluiu que não há expectativa de perda para os valores registrados.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Não circulante		
Encargos setoriais CCC	385.409	372.241
(-) Aquisição de combustível CCC	(106.336)	(105.883)
Total	<u>279.073</u>	<u>266.358</u>

20.2 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

<u>Distribuição do recurso</u>	<u>Percentual de distribuição da ROL¹</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Programa de eficiência energética	0,40%	67.828	98.413
Pesquisa e desenvolvimento	0,20%	57.566	82.997
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	0,20%	1.870	2.615
Ministério de Minas e Energia – MME	0,10%	932	1.305
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	0,10%	7.820	5.409
Conta de desenvolvimento energética - CDE		38.987	-
Total		<u>175.003</u>	<u>190.739</u>
Circulante		155.438	123.194
Não circulante		19.565	67.545

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no exercício seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração.

Apresentamos abaixo os valores consolidados dos encargos setoriais, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	155.438	123.194
Não circulante	298.638	333.903
Total	<u>454.076</u>	<u>457.097</u>

¹ Receita Operacional Líquida regulatória.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para: (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de março de 2020, a Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 935.138 e (ii) passivo de R\$ 951.077 relativo ao ressarcimento a seus consumidores. O ativo contempla créditos com a receita federal desde o ingresso com a ação, e o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos, consoante disposições do Código Civil Brasileiro. A restituição aos consumidores dependerá da homologação deste pela Receita Federal, do efetivo aproveitamento do crédito e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL.

No período de janeiro a junho de 2021, a Companhia efetuou atualização do valor pela taxa SELIC, constituindo um complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 5.145 (R\$ 13.413 no exercício de 2020).

No período de janeiro a junho de 2021, a Companhia compensou créditos habilitados pela Receita Federal no montante de R\$ 157.804 (R\$ 210.071 no exercício de 2020), com os tributos federais de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS e retenção federais através de PER/DCOMP.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo		
Circulante – Nota explicativa nº 8	397.387	348.334
Não circulante – Nota explicativa nº 8	<u>188.434</u>	<u>390.146</u>
PIS e COFINS a recuperar	<u>585.821</u>	<u>738.480</u>
Passivo		
Não circulante (a)	<u>953.697</u>	<u>948.552</u>
PIS e COFINS consumidores a restituir	<u>953.697</u>	<u>948.552</u>
Expectativa de PIS/COFINS a recuperar	<u>30/06/2021</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Circulante	<u>397.387</u>	<u>68%</u>
2022	<u>188.434</u>	<u>32%</u>
Não circulante	<u>188.434</u>	<u>32%</u>
Total	<u>585.821</u>	<u>100%</u>

(a) O prazo e as condições como os saldos de PIS e COFINS serão restituídos aos consumidores dependem de definição a ser realizada pela ANEEL. Como, até 30 de junho de 2021, o órgão regulador não se posicionou quanto aos termos da restituição, a Companhia em linha com o definido no item 69 do CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis manteve o saldo apresentado como não circulante.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social da Companhia integralizado e subscrito em 30 de junho de 2021 é de R\$ 1.624.459, (R\$ 1.624.459 em 31 de dezembro de 2020) sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100%

(i) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021.

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

22.2 Reserva de dividendos adicionais propostos

Em 29 de abril de 2021, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária, houve aprovação da distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 436.397, o qual é composto pelo valor de R\$ 281.657, de dividendos adicionais intermediários, calculados com base no lucro até 30 de setembro de 2020 e pagos antecipadamente em 10 de dezembro de 2020, e pelo valor calculado com base no lucro do último trimestre de 2020, no montante de R\$ 154.740, contabilizado e mantido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, como reservas de dividendos adicionais, em atendimento ao disposto no ICPC 08 - (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 30 de junho de 2021, o saldo desta reserva é de R\$ 0 (R\$ 154.740 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

22.3 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2020	Quota de reavaliação	Baixa	30/06/2021
Reserva de reavaliação	121.147	(10.122)	-	111.025
Encargo tributário	(39.878)	-	3.442	(36.436)
Total	81.269	(10.122)	3.442	74.589

	31/12/2019	Quota de reavaliação	Baixa	31/12/2020
Reserva de reavaliação	142.830	(21.601)	(82)	121.147
Encargo tributário	(48.545)	-	8.667	(39.878)
Total	94.285	(21.601)	8.585	81.269

22.4 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

22.4.1 Quinto plano de opção de compra de ações

No dia 22 de julho de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da Equatorial Energia S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano").

O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis.

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1º Outorga	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
17/12/2020	805.000
17/12/2021	805.000
17/12/2022	805.000
17/12/2023	805.000
	3.220.000

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga.

As ações sujeitas às regras do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria adquiridas em programa de recompra ou a serem emitidas.

O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo “Black & Scholes” de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

1º Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A)

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Data da outorga: 17/12/2019		
Quantidade outorgada	3.220.000	3.220.000
Valor justo na data de outorga	6,78	6,78
Preço da ação na data de outorga	22,08	22,08
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	19,38	20,10
Volatilidade esperada (média ponderada)	22,96%	22,96%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,40%	6,40%

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial Energia S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura.

Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no período.

Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2020 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

A tabela a seguir mostra a movimentação das opções no período:

Em opções	Número de	Valor justo	Número de	Valor justo
	Opções	ponderado	opções	ponderado
	30/06/2021	do preço	31/12/2020	do preço
		30/06/2021		31/12/2020
Existentes em 1º de janeiro	3.220.000	20,10	3.220.000	20,10
Outorgadas durante o período/exercício	-	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	3.220.000	19,38	3.220.000	20,10

A despesa reconhecida no período findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 2.969 (R\$ 11.097 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento patrimonial, visto que a Companhia deve mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A., conforme CPC 10 (R1) / IFRS 2.

22.4.2 Plano de outorga de “Phantom Shares”

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar no longo prazo na valorização e potencial de crescimento da Companhia.

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A e suas subsidiárias adquirir direitos a “Phantom Shares”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Equatorial Energia S.A ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (ii) o atingimento das Metas de Performance pela Companhia.

(a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “Phantom Shares” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 30 de junho de 2021, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de performance fossem atingidas:

<i>Em ações</i>	Número de	Valor justo	Número de	Valor justo
	ações	ponderado	ações	ponderado
	30/06/2021	do preço	31/12/2020	do preço
Existentes em 1º de janeiro	415.000	21,47	415.000	21,47
Existentes ao fim do período/exercício	415.000	24,86	415.000	21,47

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” no período findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 2.308 (R\$ 3.928 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

O plano de “*phantom shares*” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

23 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita de distribuição	2.861.000	2.775.495
Remuneração financeira WACC (a)	260.420	107.021
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	210.769	(68.152)
Subvenção CDE - Outros (c)	147.655	117.314
Fornecimento de energia elétrica	<u>3.479.844</u>	<u>2.931.678</u>
Suprimento de energia elétrica (d)	16.089	26.840
Receita pela disponibilidade - uso da rede	131.075	125.710
Receita de construção	409.056	314.080
Atualização dos ativos financeiro (e)	100.828	2.406
Outras receitas	40.437	35.011
Subtotal	<u>697.485</u>	<u>504.047</u>
Receita operacional bruta	<u>4.177.329</u>	<u>3.435.725</u>
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(703.032)	(615.939)
PIS e COFINS	(247.789)	(269.028)
Encargos do consumidor	(27.474)	(22.609)
ISS	(687)	(485)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (f)	(85.409)	(71.313)
Penalidades DIF/FIC e outras	(12.609)	(7.557)
Deduções da receita operacional	<u>(1.077.000)</u>	<u>(986.931)</u>
Receita operacional líquida	<u>3.100.329</u>	<u>2.448.794</u>

- (a) O índice de atualização da remuneração financeira (IPCA), apresentou variação positiva no período comparativo, saindo de 0,26% em junho de 2020 para 0,53% em junho de 2021;
- (b) A variação de R\$ 278.921, entre os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020, dos ativos e passivos regulatórios foi afetada, principalmente por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid, até junho de 2021, no montante de R\$ 140.195;(ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste ter sido inferior aos custos efetivamente pagos, gerando uma receita de constituição de Parcela A superior em R\$ 132.434, ao ocorrido para esse mesmo período em 2020;(iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$(3.976) em relação ao mesmo período de 2020; e (iv) pelo aumento na parcela revertida da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R\$ 10.268, quando comparada como esse mesmo período em 2020;
- (c) Valores referentes às subvenções de descontos tarifários na distribuição recebidos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, conforme inciso VII do artigo 13º da Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013, com a finalidade de custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos geradores, consumidores de fonte incentivada, serviço público – água, esgoto e saneamento, rural e irrigantes;
- (d) A receita de suprimento de energia elétrica foi menor em comparação com o exercício anterior, devido a redução do montante contratual vendido. No primeiro semestre de 2020 a Companhia liquidou 102.914 MWh no mercado spot, e no primeiro semestre de 2021 foi liquidado apenas 19.247 MWh;
- (e) O considerável número de obras encerradas impactou o saldo a ser transferido / bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado (IPCA) acumulou variação positiva no período comparativo; e
- (f) A variação positiva de 20% na Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.642/2018) deve-se a vigência das Resoluções 2.814 de 01/12/2020 e 2.833 de 02/02/2021, as quais estabeleceram as quotas a serem pagas nesse 1º semestre de 2021.

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

24 Custos do serviço e despesas operacionais

	30/06/2021					Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas esperadas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	
Pessoal	(21.236)	(16.711)	(60.575)	-	-	(98.522)
Material	(4.792)	(6.793)	(1.410)	-	-	(12.995)
Serviços de terceiros	(99.916)	(60.821)	(40.125)	-	-	(200.862)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.492.881)	-	-	-	-	(1.492.881)
Custo de construção	(409.056)	-	-	-	-	(409.056)
Perda esperada por redução ao valor recuperável	-	-	-	(72.285)	-	(72.285)
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	(4.000)	-	-	(4.000)
Amortização	(141.670)	-	(24.774)	-	-	(166.444)
Subvenção CCC	(46.986)	-	-	-	-	(46.986)
Perda/ganho na desativação de bens e direitos	-	-	-	-	(13.280)	(13.280)
Indenização por danos a terceiros	-	-	-	-	(964)	(964)
Outros	(477)	(1.291)	2.870	-	(903)	199
Total	(2.217.014)	(85.616)	(128.014)	(72.285)	(15.147)	(2.518.076)

	30/06/2020					Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas esperadas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	
Pessoal	(19.052)	(9.686)	(39.463)	-	-	(68.201)
Material	(2.588)	(1.687)	644	-	-	(3.631)
Serviços de terceiros	(59.814)	(66.633)	(40.058)	-	-	(166.505)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.138.614)	-	-	-	-	(1.138.614)
Custo de construção	(314.080)	-	-	-	-	(314.080)
Perda esperada por redução ao valor recuperável	-	-	-	(120.288)	-	(120.288)
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	(9.725)	-	-	(9.725)
Amortização	(132.451)	-	(16.788)	-	-	(149.239)
Subvenção CCC	(62.933)	-	-	-	-	(62.933)
Perda/ganho na desativação de bens e direitos	-	-	-	-	(5.664)	(5.664)
Indenização por danos a terceiros	-	-	-	-	(741)	(741)
Outros	(1.590)	(942)	(4.241)	-	(1.966)	(8.739)
Total	(1.731.122)	(78.948)	(109.631)	(120.288)	(8.371)	(2.048.360)

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 25 – Energia elétrica comprada para revenda.

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

25 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh (*)		R\$	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Energia de leilão (a)	4.020	3.922	(838.904)	(718.370)
Contratos Eletronuclear	155	153	(35.930)	(42.924)
Contratos cotas de garantias	1.085	1.164	(128.343)	(128.657)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	-	(140.530)	21.362
Energia bilateral	112	112	-	-
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	-	(94.962)	(148.382)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	82	80	(35.302)	(27.870)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	-	-	155.545	118.296
Subtotal	5.453	5.431	(1.118.426)	(926.545)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)	-	-	(374.455)	(212.069)
Total	5.453	5.431	(1.492.881)	(1.138.614)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de preços de pagamentos superiores aos observados em 2020 em virtude da atualização das tarifas dos contratos e acionamento térmico;
- (b) O crescimento elevado associado às despesas do ESS deve-se ao acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, ocasionando pagamentos elevados associado a este encargo;
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma redução de R\$ 53.420 devido à redução do montante contratado vendido em 2021;
- (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pela companhia (regime caixa); e
- (e) Contempla os custos com Encargos de Uso e Conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida - RAP, portanto, em cada ano há sempre o efeito de duas resoluções. Os custos ocorridos em 2021 foram maiores que 2020 em decorrência da Resolução Homologatório 2.726, de 14 de julho de 2020, que ANEEL estabeleceu o valor da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão, para o período de julho de 2020 a junho de 2021, que elevou os custos de transporte de energia elétrica;

(*) não revisado

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

26 Resultado financeiro

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras	34.573	29.074
Valores a receber/devolver parcela A	8.082	12.274
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	21.704	341.581
Acréscimo moratório de energia vendida (juros por atraso no recebimento de faturas) (b)	88.351	52.196
Variação monetária e cambial da dívida (c)	120.521	-
Atualização sub-rogação CCC	6.357	1.407
PIS/COFINS sobre receita financeira	(6.348)	(4.948)
Outras receitas financeiras	8.662	2.265
Total de receitas financeiras	<u>281.902</u>	<u>433.849</u>
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(12.844)	(12.705)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	(80.893)	(4.864)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(189.094)	(368.240)
Encargos da dívida	(102.537)	(100.258)
Atualização de eficiência e contingências	(526)	1.305
Multas regulatórias	(111)	(2.922)
Despesa financeira de AVP	(10.405)	(10.648)
Juros, multas s/ operação de energia	(107)	(10.930)
Descontos concedidos	(13.075)	(7.291)
Outras despesas financeiras (d)	(22.805)	(491)
Total de despesas financeiras	<u>(432.397)</u>	<u>(517.044)</u>
Total	<u>(150.495)</u>	<u>(83.195)</u>

- (a) Referem-se, principalmente, à contratação de operações de SWAP, que trocam Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 30 de junho de 2021, o principal efeito refere-se à variação cambial, gerando despesa em 2021 com a queda do dólar em 3,74%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,00 em 30 de junho de 2021, contra uma receita em 2020 com o aumento do dólar em 35,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,47 em 30 de junho de 2020;
- (b) Refere-se ao resultado das ações de cobrança realizadas pela Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso;
- (c) A variação monetária e cambial líquida da dívida entre os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020 representa uma redução na despesa no montante de R\$ 299.667, justificada pelos seguintes fatores: (i) variação negativa do dólar no período entre 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5,19) e 30 de junho de 2021 (R\$ 5,00), que contribuiu para o crescimento de receita; (ii) variação positiva do dólar no período entre 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4,03) e 30 de junho de 2020 (R\$ 5,47), que contribuiu para o aumento de despesa neste período. O efeito de reconhecimento de variação cambial ativa em 2021, foi parcialmente absorvido pelo aumento na variação monetária da dívida, devido às altas do IPCA, indexador com 36% de participação na dívida da Companhia, que passou de 0,10% no 2º trimestre de 2020 para 3,77% no 2º trimestre de 2021 e o aumento do IGP-M, com participação de 7% na dívida, que passou de 4,39% no 2º trimestre de 2020 para 15,09% no 2º trimestre de 2021.
- (d) A variação refere-se, principalmente, a R\$ 14 milhões de atualização de desembolso CCC referente a ICMS, PIS e COFINS e R\$ 1,3 milhão de IOF sobre a 6ª liberação do BNDES 18-19-20.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

27.1 Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da EQTPREV - Equatorial Energia Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica “Plano de aposentadoria, assistência médica e pensão”.

Os planos de previdência expõem a Companhia a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. Os planos de saúde expõem a Companhia a riscos relacionados à longevidade, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Cabe ressaltar que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) patrocinadas pela Companhia realizam periodicamente estudos de *Asset & Liability Management* - ALM, visando estabelecer estratégias de investimento que estejam compatíveis com as obrigações previdenciárias dos planos.

Essas entidades operam dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. Em decorrência da estrutura regulatória acima descrita e das normas específicas sobre o tema, podem haver restrições ao reconhecimento de superávits caso identificados nas avaliações atuariais realizadas para atendimento ao pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

i. Plano Equatorial BD

O Plano BD é estruturado na modalidade de “benefício definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria (por Invalidez, Idade, Tempo de Contribuição e Especial): Benefício de aposentadoria apurado a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é a média dos últimos 36 Salários de Contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS. Com exceção da Aposentadoria por invalidez, as aposentadorias têm carência de 120 meses de contribuições mensais para o plano.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- Pensão por Morte: O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e
- Abono Anual: O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

ii. Plano Celpa OP

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade “Benefício Definido” (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Renda Mensal com Reversão em Pensão: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 05 anos completos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 05 anos de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - d) Ter a concessão do benefício, exceto se de Invalidez pelo RGPS; e
 - e) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- ✓ Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de “Contribuição Variável”; ou
- ✓ Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de “Contribuição Definida”.

- Pecúlio por Invalidez ou por Morte: O benefício de Pecúlio por Morte é concedido aos beneficiários quando do óbito do participante ativo. O benefício de Pecúlio por Invalidez é concedido ao participante que possuir a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez no Plano R.

iii. Plano Celpa R

O Celpa R é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez: Os dois benefícios acima consistem em uma renda mensal obtida através da diferença entre o valor do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do benefício concedido pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social), sendo concedidos enquanto for garantida a concessão do RGPS (Regime Geral de Previdência Social);
- Pensão por Morte: O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Abono Anual:** O benefício consiste no maior valor mensal recebido no ano pelo participante, e será pago até o dia 20 de dezembro. Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano.

iv. Plano Equatorial CD

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pela Equatorial Energia Pará, dentre outras. O plano passou a ser oferecido pela empresa a seus empregados no exercício de 2019, bem como recepcionou nesse ano participantes e assistidos patrocinados pela empresa advindos dos planos Celpa OP e Celpa R, sendo, portanto, o primeiro reconhecimento das obrigações com este plano pela empresa.

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- **Aposentadoria Normal:** É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.
- **Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho:** O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal;
- **Pensão por Morte de Ativo:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal; e
- **Pensão por Morte de Assistido:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

v. Resolução 10/1989

A Companhia possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da Companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a Resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Companhia.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

vi. Plano de assistência médica

Plano de Saúde CNU

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os seus colaboradores, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

Unimed Seguro Saúde

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da Companhia, bem como a seus dependentes.

Plano Odontológico UNIODONTO

Plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes. Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes. Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado).

A Companhia realiza anualmente e divulgará nas demonstrações contábeis do exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, as avaliações atuariais por avaliadores independentes, considerando cotação de mercado ativo, análise de sensibilidade, taxa esperada global de retorno dos ativos com base nas expectativas de mercado vigentes e aplicáveis durante o período o qual a obrigação deve ser liquidada.

Assim, as principais premissas atuariais utilizadas são: (i) taxa de inflação; (ii) taxa de desconto; (iii) futuros aumentos salariais; e (iv) futuros aumentos de pensão.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

28 Instrumentos financeiros

28.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA ajustado² (DL/EBITDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

28.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

28.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

² O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direitos.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2021		31/12/2020	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	30.586	30.586	37.473	37.473
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	1.212.954	1.212.954	920.124	920.124
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.645.635	1.645.635	1.520.739	1.520.739
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.842.189	1.842.189	1.861.562	1.861.562
Sub-rogação da CCC – valores aplicados	-	Custo amortizado	91.688	91.688	85.120	85.120
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	242.218	242.218	313.981	313.981
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	3.736.549	3.736.549	3.613.371	3.613.371
Total do ativo			<u>8.801.819</u>	<u>8.801.819</u>	<u>8.352.370</u>	<u>8.352.370</u>

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2021		31/12/2020	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	-	Custo amortizado	708.538	708.538	750.901	750.901
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	2.742.987	2.747.991	2.756.643	2.742.977
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.031.897	1.289.346	969.261	1.238.785
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	17.878	17.878		
Debêntures	-	Custo amortizado	1.482.235	1.497.993	1.449.732	1.473.423
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	264.845	264.845	251.291	251.291
Total do passivo			<u>6.248.380</u>	<u>6.526.591</u>	<u>6.177.828</u>	<u>6.457.377</u>

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais.

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI.

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado.

Sub-rogação da CCC - valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo financeiro de concessão - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Debêntures - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA.

Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial - decorrente do plano de recuperação judicial da companhia que são classificados como passivo ao custo amortizado.

Passivo de arrendamento - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram na no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

28.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui contratos de *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento final em 05 de julho de 2022, contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e a segunda com vencimento em 12 de junho de 2023, contabilizado a valor justo por meio do resultado.

Em 30 de junho de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Citibank é R\$ 1.094.560 (R\$ 1.254.424 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Indexadores	Valor justo	
			30/06/2021	31/12/2020
Objetivo de proteção de risco de mercado				
Citibank-US\$100 MM				
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,93% a.a.		705.913	733.842
Ponta passiva	114% do CDI		(549.501)	(547.557)
Total			156.412	186.285
Citibank-US\$140 MM				
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,84% a.a.		402.832	521.720
Ponta passiva	111,8% do CDI		(317.026)	(394.024)
Total			85.806	127.696
Total líquido - circulante			141.346	100.448
Total líquido - não circulante			100.872	213.533
Total			242.218	313.981

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 30/06/2021		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil 30/06/2021	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	542.500	156.411	-	Instrumentos financeiros derivativos	4.899	N/A
Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 31/12/2020		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil 31/12/2020	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	542.500	186.285	-	Instrumentos financeiros derivativos	(2.833)	N/A

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	<u>Reserva de Hedge</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(2.833)
Hedge de fluxo de caixa	
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	7.730
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>4.897</u>

28.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A.

Para o período findo em de 30 de junho de 2021, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2020.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no período findo em 30 de junho de 2021 no montante de R\$ 1.243.540 (R\$ 957.597 em 31 de dezembro de 2020). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber

As contas a receber da Companhia são compostas pelas faturas de energia elétrica, consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A participação das contas a receber de consumidores da Companhia está conforme abaixo:

Classe consumidora	%	
	30/06/2021	31/12/2020
Residencial	65%	64%
Industrial	6%	7%
Comercial	14%	15%
Rural	6%	6%
Poder público	5%	5%
Iluminação pública	1%	1%
Serviço público	3%	2%
Total	100%	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 6.2.

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

30/06/2021				
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	1.041.017	133.278	902.912	2.077.207
Industrial	151.413	1.588	52.135	205.136
Comercial	300.243	31.196	124.540	455.979
Rural	138.909	8.047	52.080	199.036
Poder público	87.033	7.314	71.171	165.518
Iluminação pública	19.474	157	17.567	37.198
Serviço público	32.981	2.039	45.684	80.704
Total	1.771.070	183.619	1.266.089	3.220.778

31/12/2020				
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	1.007.621	129.889	899.928	2.037.438
Industrial	153.047	1.659	54.289	208.995
Comercial	295.008	32.107	139.834	466.949
Rural	129.031	7.632	50.210	186.873
Poder público	70.741	7.237	73.335	151.313
Iluminação pública	23.998	164	14.907	39.069
Serviço público	30.672	1.970	49.620	82.262
Total	1.710.118	180.658	1.282.123	3.172.899

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes

A Companhia adota o modelo de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* do Contas a receber de faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging list* das faturas de energia elétrica e das parcelas através da análise.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no decorrer do período.

A PECLD é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto Faturados	%%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	737.195	28,34%	208.921	349.389	6,35%	22.186
Vencido 1 a 30	22.105	30,36%	6.711	173.553	8,96%	15.550
Vencido 31 a 60	14.865	44,63%	6.634	49.283	21,41%	10.551
Vencido 61 a 90	14.349	55,30%	7.935	31.964	34,31%	10.967
Vencido 91 a 120	14.657	60,09%	8.807	29.801	42,22%	12.582
Vencido 121 a 150	13.515	62,10%	8.393	24.492	45,47%	11.137
Vencido 151 a 180	13.087	63,48%	8.308	29.309	46,53%	13.637
Vencido 181 a 210	11.665	65,29%	7.616	23.354	47,00%	10.976
Vencido 211 a 240	12.960	66,56%	8.626	24.486	47,86%	11.719
Vencido 241 a 270	11.153	67,50%	7.528	20.363	48,34%	9.843
Vencido 271 a 300	11.919	68,66%	8.184	20.190	48,34%	9.760
Vencido 301 a 330	10.626	68,66%	7.296	16.961	49,60%	8.413
Vencido 331 a 360	10.025	68,66%	6.883	14.167	49,92%	7.072
Vencido 361 a 390	10.366	68,84%	7.136	11.009	50,69%	5.580
Vencido 391 a 420	11.642	69,01%	8.034	14.088	50,69%	7.141
Vencido 421 a 450	9.865	69,26%	6.832	13.973	51,22%	7.157
Vencido 451 a 630	63.182	71,66%	45.276	111.688	57,56%	64.288
Vencido 631 a 720	26.641	75,74%	20.178	44.802	69,35%	31.070
Vencido 721 a 810	24.418	77,42%	18.904	34.908	71,61%	24.998
Vencido 811 a 990	47.479	77,42%	36.758	91.381	71,61%	65.438
Vencido 991 a 1080	20.048	77,42%	15.521	50.451	73,33%	36.996
Vencido 1081 a 1170	17.080	82,54%	14.098	42.939	73,33%	31.487
Vencido 1171 a 1350	28.460	87,71%	24.962	88.830	73,33%	65.139
Vencido 1351 a 1530	19.061	91,51%	17.443	63.915	73,33%	46.869
Vencido 1531 a 1710	14.273	95,65%	13.652	78.790	73,33%	57.777
Vencido 1711 a 1890	9.463	95,65%	9.051	61.211	90,45%	55.365
Vencido maior 1890	65.990	95,65%	63.123	255.773	90,45%	231.347
Total	1.266.089		602.810	1.771.070		885.045

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo PECLD
A Vencer	183.619	6,35%	11.660

PECLD Outros

Faixa	Outros parcelados	Outros faturados	Total	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD outros parcelados	Saldo PECLD outros faturados	Saldo PECLD outros total
A Vencer	14.113	49.908	64.021	28,34%	6,35%	4.000	3.169	7.169
Vencido 1 a 30	111	10.047	10.158	30,36%	8,96%	34	900	934
Vencido 31 a 60	80	4.040	4.120	44,63%	21,41%	36	865	901
Vencido 61 a 90	83	3.152	3.235	55,30%	34,31%	46	1.081	1.127
Vencido 91 a 120	70	2.752	2.822	60,09%	42,22%	42	1.162	1.204
Vencido 121 a 150	84	2.411	2.495	62,10%	45,47%	52	1.096	1.148
Vencido 151 a 180	66	2.607	2.673	63,48%	46,53%	42	1.213	1.255
Vencido 181 a 210	27	1.869	1.896	65,29%	47,00%	18	878	896
Vencido 211 a 240	586	2.022	2.609	66,56%	47,86%	390	968	1.358
Vencido 241 a 270	23	1.771	1.795	67,50%	48,34%	16	856	872
Vencido 271 a 300	15	1.352	1.368	68,66%	48,34%	10	654	664
Vencido 301 a 330	7	894	901	68,66%	49,60%	5	443	448
Vencido 331 a 360	13	574	587	68,66%	49,92%	9	287	296
Vencido 361 a 390	7	905	912	68,84%	50,69%	5	459	464
Vencido 391 a 420	7	1.026	1.033	69,01%	50,69%	5	520	525
Vencido 421 a 450	7	1.183	1.190	69,26%	51,22%	5	606	611
Vencido 451 a 630	14	8.610	8.624	71,66%	57,56%	10	4.956	4.966
Vencido 631 a 720	-	3.637	3.637	75,74%	69,35%	-	2.522	2.522
Vencido 721 a 810	1	2.824	2.824	77,42%	71,61%	1	2.022	2.023
Vencido 811 a 990	2	6.725	6.726	77,42%	71,61%	2	4.816	4.818
Vencido 991 a 1080	-	3.681	3.681	77,42%	73,33%	-	2.699	2.699
Vencido 1081 a 1170	-	3.151	3.151	82,54%	73,33%	-	2.311	2.311
Vencido 1171 a 1350	-	4.568	4.568	87,71%	73,33%	-	3.350	3.350
Vencido 1351 a 1530	-	3.093	3.093	91,52%	73,33%	-	2.268	2.268
Vencido 1531 a 1710	-	2.633	2.633	95,65%	73,33%	-	1.931	1.931
Vencido 1711 a 1890	-	1.855	1.855	95,65%	90,45%	-	1.678	1.678
Vencido Maior 1890	-	7.787	7.787	95,65%	90,45%	-	7.043	7.043
Total	15.316	135.077	150.394			4.728	50.753	55.481

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente:

(i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(iv) Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 14 (Empréstimos e financiamentos), notas explicativas nº 15 (Debêntures) e notas explicativas nº 19 (Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 2,1 em 30 de junho de 2021 (2,3 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	30/06/2021						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	1.448.390	1.974.948	43.853	221.827	265.061	802.342	641.865
Empréstimos bancários sem garantia	1.294.597	1.439.598	158.355	761.104	520.139	-	-
Subtotal – Empréstimos e financiamentos	2.742.987	3.414.546	202.208	982.931	785.200	802.342	641.865
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.005.000	1.149.370	-	68.584	1.080.786	-	-
Títulos de dívida emitidos com garantia	477.235	533.898	-	307.014	45.959	180.925	-
Subtotal – Debêntures	1.482.235	1.683.268	-	375.598	1.126.745	180.925	-
Valores a pagar com garantia	131.605	164.017	2.169	31.123	35.129	91.159	4.437
Valores a pagar sem garantia	900.292	2.120.242	80	47.689	48.024	144.370	1.880.079
Subtotal – Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.031.897	2.284.259	2.249	78.812	83.153	235.529	1.884.516
Fornecedores	708.538	708.538	386.698	321.840	-	-	-
Total passivos financeiros derivativos	5.965.657	8.090.611	591.155	1.759.181	1.995.098	1.218.796	2.526.381

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 e 15, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

c) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Os passivos financeiros da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição ao câmbio é de 21,1% (24,6% em 31 de dezembro de 2020), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e ajuste a valor presente de credores financeiros em moeda estrangeira) conforme demonstrado a seguir:

Indexador	R\$ mil	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor (com Swap CDI)	1.094.560	2,6%	Nov/22	1,0	21,1%
Moeda estrangeira	1.094.560	2,6%	Nov/22	1,0	21,1%
CDI	1.208.364	3,4%	Fev/23	1,6	23,3%
Pré-fixado	614.267	9,0%	Mai/32	10,7	11,9%
IGP-M	377.371	37,1%	Set/34	11,4	7,3%
IPCA	1.883.831	14,1%	Jul/27	3,4	36,4%
Moeda nacional	4.083.833	12,3%	Ago/27	4,7	78,9%
Total	5.178.393	10,2%	Ago/26	3,9	100%

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 28.4.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V). O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 30 de junho de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(1.094.560)	(1.153.666)	(1.442.083)	(1.730.499)	(865.249)	(576.833)
Impacto no resultado				(288.417)	(576.833)	288.417	576.833
Swap - Ponta Ativa	US\$	1.108.745	1.168.617	1.460.771	1.752.926	876.463	584.308
Impacto no resultado (swap)				292.154	584.309	(292.154)	(584.309)
Efeito líquido no resultado				3.737	7.476	(3.737)	(7.476)
Referência para passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 30/06/2021	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar US\$/R\$ (12 meses)		5,27	5,00	6,59	7,91	3,95	2,64

Fonte: B3

e) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 30 de junho de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras e Investimentos de curto prazo	CDI	2.858.589	3.046.684	3.093.708	3.140.732	2.999.660	2.952.636
Impacto no resultado				<u>47.024</u>	<u>94.048</u>	<u>(47.024)</u>	<u>(94.048)</u>
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.208.364)	(1.287.874)	(1.307.752)	(1.327.629)	(1.267.996)	(1.248.119)
	IGP-M	(377.371)	(394.730)	(399.070)	(403.410)	(390.390)	(386.050)
	IPCA	(1.883.831)	(1.989.514)	(2.015.935)	(2.042.355)	(1.963.093)	(1.936.673)
Total de passivos financeiros		<u>(3.469.566)</u>	<u>(3.672.118)</u>	<u>(3.722.757)</u>	<u>(3.773.394)</u>	<u>(3.621.479)</u>	<u>(3.570.842)</u>
	CDI			(19.878)	(39.755)	19.878	39.755
	IGP-M			(4.340)	(8.680)	4.340	8.680
	IPCA			(26.421)	(52.841)	26.421	52.841
Impacto no resultado				<u>(50.639)</u>	<u>(101.276)</u>	<u>50.639</u>	<u>101.276</u>
Swap – Ponta Passiva	CDI	(866.527)	(923.544)	(937.798)	(952.053)	(909.290)	(895.035)
Impacto no resultado (swap)				<u>(14.254)</u>	<u>(28.509)</u>	<u>14.254</u>	<u>28.509</u>
Impacto no Resultado				<u>(17.869)</u>	<u>(35.737)</u>	<u>17.869</u>	<u>35.737</u>
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada (BMF)	Taxa em 30/06/2021	+25%	+50%	-25%	-50%
	CDI (% 12 meses)	6,58	2,28	8,23	9,87	4,94	3,29
	IGP-M (% 12 meses)	4,60	35,75	5,75	6,90	3,45	2,30
	IPCA (% 12 meses)	5,61	8,35	7,01	8,42	4,21	2,81

Fonte: B3/Santander

f) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 14 (Empréstimos e financiamentos) e 15 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) no sentido de monitorar a situação hidrológica do Brasil, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

Estudos técnicos da situação hídrica do país, realizados por especialistas do setor elétrico apontam que a condição de suprimento em 2021 é preocupante.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável, foi acionada pela ANEEL a Bandeira Vermelha Patamar 2, sinalizando aos consumidores a elevação dos custos reais da geração de energia elétrica, reduzindo parcialmente os impactos negativos sobre o caixa das distribuidoras.

Em 29 de junho de 2021, foi homologada pela ANEEL a atualização dos valores das bandeiras tarifárias, Resolução homologatória nº 2.888/2021, de forma que a Bandeira Vermelha Patamar 2 passou de 62,43 R\$/MWh para 94,92 R\$/MWh. Complementarmente, a Diretoria da ANEEL também decidiu por abrir a Consulta Pública 41/21, com a finalidade de analisar a necessidade de alterações adicionais no valor do Patamar 2 da Bandeira Vermelha, diante da conjuntura extraordinária de severidade hidrológica.

Em 30 de junho de 2021, as projeções elaboradas por especialistas do setor não resultaram em expectativa de racionamento, sendo os maiores impactos observados sob a perspectiva do custo da energia. Cabe ressaltar que essas expectativas envolvem riscos e incertezas, podendo acarretar impactos contábeis e regulatórios, como por exemplo, menor disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos e o consequente despacho das térmicas.

h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

i) Risco ambiental

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte.

28.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

29 Demonstrações dos fluxos de caixa

29.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	24.296
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	22.350
Transferência entre sub-rogação e ativo contratual	149.598
Transferência entre investimentos e intangível	19.616
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor (b)	13.823
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	5.346
Total de atividades de investimento	235.029
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	4.346
Dividendos adicionais distribuídos	154.740
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	7.730
Total de atividades de financiamento	166.816
Total	401.845

- (a) Corresponde às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (b) Referem-se as adições de ativos de contratos em contrapartida de fornecedores e obrigações trabalhistas, maiores detalhes na Nota explicativa nº 12;
- (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos
- (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

29.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2020	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Mudanças no valor justo	Outros (**)	30/06/2021
Empréstimos e financiamentos	2.756.643	(13.426)	(42.009)	-	41.779	2.742.987
Debêntures	1.449.732	-	(23.269)	-	55.772	1.482.235
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	970.931	-	(28.293)	10.405	78.854	1.031.897
Passivos de arrendamento	21.690	(3.812)	(335)	-	335	17.878
Dividendos a pagar	66.559	(220.840)	-	-	154.740	459
Totais	5.420.295	(238.078)	(93.906)	10.405	176.740	5.275.456

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

30 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	<u>Vigência</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Após 2023 (*)</u>
Energia contratada (R\$ Mil)	2021 a 2032	1.273.162	2.340.439	2.457.563	29.891.417
Energia contratada (MWh)	2021 a 2032	5.839.328	11.903.052	12.242.011	126.650.114

(*) estimado 12 anos após 2023.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	<u>Vigência</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Após 2023</u>
Arrendamentos e Aluguéis	2021 a 2028	3.394	3.822	2.423	8.313
Sistemas Isolados (R\$ Mil)	2021 à 2027	584.827	568.810	369.261	360.806
Sistemas Isolados (MWh)	2021 à 2027	269.740	284.322	257.599	284.762

(*) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

31 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	30/04/2022	385.286
Responsabilidade civil geral – operações	30/04/2022	30.000
Seguro garantia judicial	(a)	301.345
Seguro garantia licitante	(b)	94.220
Automóvel	30/04/2022	(c)

(a) Apólices vigentes até 2025;

(b) Apólices vigentes até agosto de 2021;

(c) 120 veículos próprios segurados.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

32 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos intermediários

Em 06 de agosto de 2021, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos intermediários de R\$ 269.462, decorrentes do resultado do período findo em 30 de junho de 2021, e R\$ 61.899, oriundos de reserva estatutária de investimentos.

Reajuste Tarifário Anual

Em 06 agosto de 2021, a diretoria da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com 9,01% de efeito médio a ser percebido pelos consumidores. As novas tarifas entrarão em vigor no dia 07 de agosto de 2021 e possuirão vigência até 06 de agosto de 2022.

Notas Explicativas

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

Mauro Chaves de Almeida

Sérvio Túlio dos Santos

Conselho Fiscal

Titulares

Cristiane do Amaral Mendonça

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Claudia Luciana Ceccatto de Trota

Marco Antônio de Almeida Lima

Moacir Gibur

Ricardo Bertucci

Notas Explicativas

Diretoria Executiva

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor Presidente

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Relações com Investidores

Rubens Jose de Figueiredo Briseno
Diretor

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-PA

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 10 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O-7-T-CE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A, nos termos do: (i) inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução ICVM 480, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias, referente ao período findo em 30 de junho de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Marcos Antônio Souza de Almeida, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor de Relações com Investidores; Bruno Pinheiro Macedo Couto, Tinn Freire Amado, Rubens José de Figueiredo Brisenno, Tatiana Queiroga Vasques, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 10 de agosto de 2021 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia, com relação às informações contábeis intermediárias da Companhia, referentes ao período findo em 30 de junho de 2021.